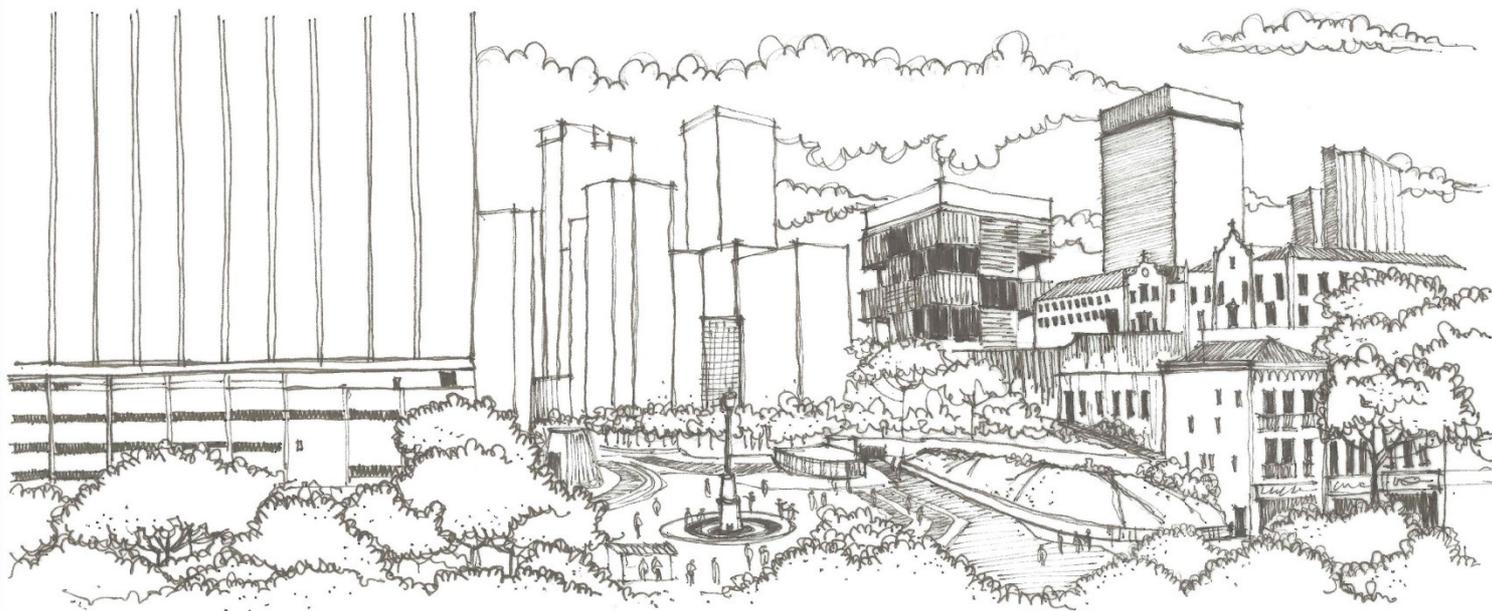


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

MÁRCIA CÂMARA BANDEIRA DE FIGUEIREDO

MEMÓRIAS E LUGAR:

REPRESENTAÇÕES DE MEMÓRIAS INDIVIDUAIS SOCIAIS ASSOCIADAS AO
LARGO DA CARIOCA



RIO DE JANEIRO
Novembro/2013

MÁRCIA CÂMARA BANDEIRA DE FIGUEIREDO

MEMÓRIAS E LUGAR:

REPRESENTAÇÕES DE MEMÓRIAS INDIVIDUAIS SOCIAIS ASSOCIADAS AO
LARGO DA CARIOCA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Cury Paraizo

RIO DE JANEIRO
Novembro/2013

F476

Figueiredo, Márcia Câmara Bandeira de,
Memórias e lugar: representações de memórias
individuais sociais associadas ao Largo da Carioca/Márcia
Câmara Bandeira de Figueiredo. – Rio de Janeiro:
UFRJ/FAU, 2013.
131f. Il.; 30cm.

Orientador: Rodrigo Cury Paraizo.

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/PROURB/Programa de
Pós-Graduação em Urbanismo, 2013.

Referências bibliográficas: p.127-131.

1. Patrimônio cultural. 2. Espaço urbano. 3. Largo da
Carioca (Rio de Janeiro, RJ) – História. I. Paraizo, Rodrigo
Cury. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em
Urbanismo. III. Título.

CDD 363.69

MÁRCIA CÂMARA BANDEIRA DE FIGUEIREDO

MEMÓRIAS E LUGAR:

**REPRESENTAÇÕES DE MEMÓRIAS INDIVIDUAIS SOCIAIS ASSOCIADAS AO
LARGO DA CARIOCA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em urbanismo.

Aprovado em: _____

(Orientador, Prof. Dr. Rodrigo Cury Paraizo, PROURB-UFRJ)

(Profa. Dra. Eliane Ribeiro de Almeida da Silva Bessa, PROURB-UFRJ)

(Profa. Dra. Marlice Nazareth Soares de Azevedo, UFF)

RIO DE JANEIRO
Novembro/2013

À minha amada família: Cátia, Bernardo e Renata.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Rodrigo Cury Paraizo, pelas inestimáveis contribuições, compreensão, disponibilidade e incentivo ao longo do trabalho;

Às professoras Eliane Bessa e Maria Cristina Cabral, pelas contribuições na banca de qualificação;

A CNPq, pela concessão da bolsa de mestrado, fundamental para realização deste trabalho;

À professora Margareth Pereira, pelas aulas inspiradoras e por me apresentar os escritos de Maurice Halbwachs;

Aos professores e funcionários do PROUB – FAU – UFRJ, sem os quais não se constrói o ambiente acadêmico;

Às funcionárias Keila Maria, Margareth e Marcinha pela ajuda e atenção carinhosa despendida;

Aos meus colegas de mestrado em especial Fernanda Caixeta, Vyrna Jacomo e Gustavo Leivas com quem pude dividir minhas angustias, rir e revitalizar minhas forças para continuar esta pesquisa;

Aos funcionários do arquivo do IPHAN do Rio de Janeiro e do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH, pela disponibilização dos dados e pela atenção despendida ao longo da pesquisa.

E, carinhosamente,

À minha mãe Cátia, pelo ajuda e incentivo. Ao Bê, meu amigo e admirado pai. À minha irmã Renata e ao meu querido cunhado Vinicius. A minhas avós Norma e Helena. Ao meu primo João Marcelo, pelo ajuda no trabalho de campo. Aos meus amigos queridos: Silvia, Rafael, Bel, Thaissa, Dani, Regi e Karol. Em especial a todos os usuários do Largo da Carioca que participaram deste trabalho.

RESUMO

FIGUEIREDO, Márcia Câmara Bandeira de. Memórias e Lugar: representações de memórias individuais sociais associadas ao Largo da Carioca. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

A partir da relação entre memória, espaço e lugar, nos propomos fazer uma leitura de uma determinada área da região central da Cidade do Rio de Janeiro: o Largo da Carioca. Nesta perspectiva, o trabalho teve como objetivo principal construir uma metodologia capaz dar visibilidade às memórias individuais sociais associadas ao largo através dos métodos da história oral e dos mapas mentais.

Nossa intenção foi, a partir dessas memórias individuais, construir um quadro de referências de memórias coletivas sobre o Largo, pondo em evidência uma das dimensões do lugar de memória que não é tão facilmente apreendida, pois se apresenta mais difusa, mesmo organizada e construída por diferentes sujeitos a partir de suas diferentes relações com o espaço.

Ao longo do trabalho buscamos demonstrar que essa dimensão individual do lugar de memória é importante para a compreensão da representatividade dos monumentos, das ambiências tombadas, e dos valores de patrimônio, uma vez que os aspectos de memória de um determinado espaço da cidade não se limitam à visão oficial ou a visão acadêmico-histórica. Estas nem sempre abarcam a dimensão da experiência, ou seja, das histórias das memórias vividas que encontram na estabilidade da matéria (HALBWACHS, 1990), ou nas “pedras da cidade” (BOSI, 2003), um meio de permanecer e acontecer.

Palavras-chave: Largo da Carioca, Lugar de Memórias, Memórias individuais, História Oral, Mapas Mentais.

ABSTRACT

FIGUEIREDO, Márcia Câmara Bandeira de. Memórias e Lugar: representações de memórias individuais sociais associadas ao Largo da Carioca. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

In this dissertation, we propose to do a reading of a particular area of central Rio de Janeiro City, namely Largo da Carioca, using the relationship between memory, space and place as the starting point. Under such perspective, our work aimed at building a methodology capable to provide visibility to the individual memories associated to the Largo by applying oral history and mental maps as the key methods.

We intend to build a frame of reference for collective memories about the Largo based upon these individual memories, highlighting one dimension of the place of memory that cannot be very easily apprehended, since it presents itself in a diffuse fashion, organized and built by different subjects and their diverse relations to the space.

Throughout this work, we seek to demonstrate that such a dimension of the place of memory is relevant to a better understanding of the representativeness of monuments, heritage ambiances, and values embodied in cultural heritage, as the memory aspects of a particular space in the city, in fact, are not limited either to the official view or the academic/historical view. Quite often, these views fail to cover the dimension of experience, i.e. histories related to the lived memories that find in the stability of the matter (HALBWACHS, 1990) or in the “stones of the city” (BOSI, 2003) a way to exist and endure.

Keywords: Largo da Carioca, Place of Memory, Individual memories, Oral History, Mental Maps.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ESQUEMA GRÁFICO SOBRE O CONCEITO DE LUGAR DE MEMÓRIA SEGUNDO NORA (1983).	36
FIGURA 2 – ESQUEMA GRÁFICO SOBRE O CONCEITO DE LUGAR DE MEMÓRIA SEGUNDO CASTELLO (2007).	37
FIGURA 3 - ESQUEMA GRÁFICO SOBRE O CONCEITO DE LUGAR DE MEMÓRIA ADOTADO NO TRABALHO.	39
FIGURA 4: TERRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO NA ÉPOCA DA FUNDAÇÃO DA CIDADE SEGUNDO EDUARDO CANABRAVA BARREIROS.	43
FIGURA 5: ILUSTRAÇÃO DA FACE PRINCIPAL DO PRIMEIRO CHAFARIZ DE CARIOCA COM AS DEZESSEIS CARRANCAS E BICAS DE BRONZE.	47
FIGURA 6: ILUSTRAÇÃO DOS TANQUES DO PRIMEIRO CHAFARIZ DA CARIOCA UTILIZADOS PARA LAVAGEM DE ROUPAS E PARA DAR ÁGUA PARA OS ANIMAIS.	47
FIGURA 7: HOSPITAL DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA DEMOLIDO EM 1906.	48
FIGURA 8: ILUSTRAÇÃO DO TERCEIRO CHAFARIZ DA CARIOCA	50
FIGURA 9: PRÉDIO DA IMPRENSA NACIONAL LOCALIZADO JUNTA A ESCADARIA DO CONVENTO.	51
FIGURA 10: AS LINHAS BONDES EM SEU PERCURSO PELO LARGO DA CARIOCA.	52
FIGURA 11: ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO LARGO DA CARIOCA SITUADOS NO LADO OPOSTO DO HOSPITAL DA PENITÊNCIA. APÓS A REFORMA PASSOS, AS LOJAS FORAM SUBSTITUÍDAS PELO HOTEL AVENIDA.	52
FIGURA 12: ALARGAMENTO DA RUA CARIOCA. PARA A REALIZAÇÃO DA OBRA TODOS OS IMÓVEIS DO LADO PAR FORAM DESTRUÍDOS.	54
FIGURA 13: DEMOLIÇÃO DO HOSPITAL DA PENITÊNCIA EM 1906.	55
FIGURA 14: HOTEL AVENIDA E GALERIA CRUZEIRO.	55
FIGURA 15: VISTA DO LARGO DA CARIOCA A PARTIR DO CHAFARIZ E APÓS A REFORMULAÇÃO DE PASSOS.	55
FIGURA 16: CONSTRUÇÃO DO TABULEIRO DA BAIANA. AO FUNDO O EDIFÍCIO DO LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS.	56
FIGURA 17: LARGO DA CARIOCA CORTADO POR RUAS EM MEADOS DO SÉCULO XX. AO FUNDO, VISTA DO TABULEIRO DA BAIANA.	56
FIGURA 18: NO CANTO DIREITO DA IMAGEM VISUALIZA-SE O EDIFÍCIO AVENIDA CENTRAL INAUGURANDO UMA NOVA TIPOLOGIA ARQUITETÔNICA NO LARGO DA CARIOCA.	58
FIGURA 19: INÍCIO DA ABERTURA DA AVENIDA REPÚBLICA DO CHILE.	58
FIGURA 20: O LARGO DA CARIOCA DURANTE AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DO METRÔ.	59
FIGURA 21: MAPAS EVIDENCIANDO O PROCESSO DE CONFORMAÇÃO DO LARGO DA CARIOCA E SEU ENTORNO.	61

FIGURA 22: PANORAMAS EVIDENCIANDO AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA PAISAGEM DO LARGO DA CARIOCA.	62
FIGURA 23: PAISAGEM ATUAL DO LARGO DA CARIOCA E ALGUNS DE SEUS ASPECTOS DE MEMÓRIA CONSTRUÍDA. FONTE: ACERVO PESSOAL.	63
FIGURA 24: TABELA DOS BENS TOMBADOS PELO SPHAN /IPHAN NO LARGO DA CARIOCA	65
FIGURA 25: CAPA DOS PROCESSOS DE TOMBAMENTO DO CONVENTO E IGREJA DE SANTO ANTÔNIO E DA IGREJA.....	66
FIGURA 26: O CONJUNTO ARQUITETÔNICO RELIGIOSO DO LARGO DA CARIOCA TOMBADO PELO SPHAN/DPHAN/IPHAN. VISTA A PARTIR DO EDIFÍCIO AVENIDA CENTRAL.....	67
FIGURA 27 TABELA DOS BENS TOMBADOS PELO INEPAC NO LARGO DA CARIOCA	69
FIGURA 28: RELÓGIO DA CARIOCA	70
FIGURA 29: INTERVENÇÃO DE AMENIZAÇÃO DO ESPAÇO AMBIENTAL NO LARGO DA CARIOCA.	74
FIGURA 30: INTERVENÇÃO DE AMENIZAÇÃO DO ESPAÇO AMBIENTAL NO LARGO DA CARIOCA.	74
FIGURA 31: INTERVENÇÃO DE AMENIZAÇÃO DO ESPAÇO AMBIENTAL NO LARGO DA CARIOCA.	75
FIGURA 32: PA N.º 10.600 E NO PAL N.º 41.632. DELIMITAÇÃO DA ZONA ESPECIAL DO CORREDOR CULTURAL E SUAS SUBZONAS.	76
FIGURA 33: PA N.º 10.600 E NO PAL N.º 41.632. TRECHO DO LARGO DA CARIOCA CLASSIFICADO COMO SUBZONA DE RENOVAÇÃO URBANA.	76
FIGURA 34: LARGO DA CARIOCA: AMBIÊNCIAS E BENS INSTITUÍDOS NOS ÂMBITOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.	79
FIGURA 35: – TABELA DETALHANDO OS OBJETIVOS, PROCEDIMENTOS E O LOCAL DE REALIZAÇÃO DE CADA UMA DESSAS INSTÂNCIAS.	88
FIGURA 36 – ESQUEMA DOS USOS DO LARGO DA CARIOCA OBSERVADOS DURANTE O TRABALHO DE CAMPO.....	90
FIGURA 37 - MAPA MENTAL ELABORADO PELO INFORMANTE S. N. (64 ANOS/DESCANSAR) .	96
FIGURA 38 - MAPA MENTAL ELABORADO PELO INFORMANTE V.B. (82 ANOS/TRABALHAR).	101
FIGURA 39 – MAPA MENTAL ELABORADO PELO INFORMANTE W. B. (53 ANOS/TRABALHAR).	101
FIGURA 40 – MAPA MENTAL ELABORADO PELO INFORMANTE A. B. (30 ANOS/CUIDAR).	104
FIGURA 41 – MAPA METAL ELABORADO PELO INFORMANTE V. G. (25 ANOS/CONSUMIR)...	105
FIGURA 42 – ESQUEMA GRÁFICO DO ESQUEMA SOBRE A CONSTRUÇÃO ESTRUTURAL DO LUGAR DE MEMÓRIA	111
FIGURA 43 – MAPEAMENTO DA DELIMITAÇÃO FÍSICA DO LARGO DA CARIOCA SEGUNDO AS MEMÓRIAS INDIVIDUAIS SOCIAIS.	114
FIGURA 44 – QUADRO DA DELIMITAÇÃO QUALITATIVA SEGUNDO OS INFORMANTES ENTREVISTADOS.....	114
FIGURA 45 – QUADRO DAS PERMANÊNCIAS VISÍVEIS E INVISÍVEIS SEGUNDO CADA INFORMANTE.	115
FIGURA 46 – ESQUEMA GRÁFICO DA RELAÇÃO ENTRE AS PERMANÊNCIAS E OS OBJETOS PATRIMONIAIS RECONHECIDOS PELOS USUÁRIOS.....	116
FIGURA 47 – TABELA DOS VALORES MONUMENTAIS SEGUNDO RIEGL (1987).....	117

FIGURA 48 – QUADRO DOS OBJETOS PATRIMONIAIS RECONHECIDOS E DOS VALORES ATRIBUÍDOS A ELES PELOS INFORMANTES	118
FIGURA 49 – DELIMITAÇÃO FÍSICA DO LUGAR NA CONCEPÇÃO DA MEMÓRIA OFICIAL E INDIVIDUAL SOCIAL.....	120
FIGURA 50 – QUADRO DA DELIMITAÇÃO QUALITATIVA DO LUGAR NA CONCEPÇÃO DA MEMÓRIA OFICIAL E INDIVIDUAL SOCIAL.	121
FIGURA 51 – QUADRO DOS VALORES PATRIMONIAIS NA CONCEPÇÃO DA MEMÓRIA OFICIAL E INDIVIDUAL SOCIAL.....	122

SUMÁRIO

Introdução

I.	Considerações Iniciais	13
II.	Objetivos	14
III.	Justificativa	15
IV.	Estruturação da Dissertação	16
V.	Métodos	18
1.	Lugar de Memórias: discussão conceitual	20
1.1.	As Memórias em Questão	21
1.2.	Memória, Espaço e Lugar	31
1.2.1.	Memória e Espaço	31
1.2.2.	Lugar	32
1.2.3.	Lugar de Memória	33
1.2.4.	Conclusão	38
2.	O Largo da Carioca como um Lugar de Memória Oficial	40
2.1.	Breve História do Largo da Carioca	41
2.1.1.	Século XVI e XVII: do sítio original à construção do Convento de Santo Antônio	41
2.1.2.	Século XVIII: da instalação do primeiro Chafariz à construção do Hospital da Penitência	45
2.1.3.	Século XIX: da chegada da Família Real à implantação das Linhas de Bonde	48
2.1.4.	Primeira metade do Século XX: da abertura as Avenida Rio Branco à construção do Tabuleiro da Baiana	52
2.1.5.	Segunda metade do Século XX: do desmonte do Morro de Santo Antônio à implantação do Metrô	56
2.2.	Lugar Memória Oficial	63
2.2.1.	Atuação do IPHAN no Largo da Carioca	64
2.2.2.	Atuação do INEPAC no Largo da Carioca	67
2.2.3.	Atuação do IRPH no Largo da Carioca	70
2.2.4.	Síntese	76
3.	Representação das Memórias Individuais do Largo da Carioca	79
3.1.	Procedimentos	80
3.1.1.	Pesquisa Qualitativa	80
3.1.2.	História Oral	82
3.1.3.	Mapas Mentais	84
3.2.	Trabalho de Campo	86
3.2.1.	Reconhecimento	87

3.2.2. Teste Piloto	90
3.2.3. Trabalho de Campo Final	92
3.2.4. Interpretações: Mapas Mentais e Entrevistas	93
4. Lugar de Memórias Individuais Sociais	107
4.1. Estruturação do Lugar de Memória	105
4.2. O Largo da Carioca como um lugar de memórias individuais sociais	112
4.2.1. Elemento estruturante – delimitação	112
4.2.2. Elemento estruturante – permanências	114
4.2.3. Elemento estruturante – objetos patrimoniais e valores patrimoniais	115
4.3. Síntese: Lugar de Memórias Individuais Sociais e Lugares de Memórias Oficiais	117
5. Conclusões	123
6. Referências Bibliográficas	126

INTRODUÇÃO

I. Considerações iniciais

A partir da relação entre memória e lugar, nos propomos fazer uma leitura de uma determinada área da região central da Cidade do Rio de Janeiro: o Largo da Carioca como um Lugar de Memória. O desenvolvimento do trabalho partiu, então, do seguinte questionamento:

O que é um “**Lugar de memória**”?

A partir de uma investigação teórica e empírica, nosso argumento básico é de que o lugar de memória é um objeto ao qual atribuímos narrativas associadas a diferentes tipos de memórias que se distinguem, sobretudo, por sua escala de significação e pelo seu grau de compartilhamento e complexidade. Entendemos que o lugar de memória se consagra não só por meio da memória histórica e oficial, como também a partir das memórias individuais e coletivas, construídas a partir da vivência direta de um determinado espaço.

Portanto, a identificação dos lugares de memória da cidade não é algo trivial ou fácil, uma vez que essa identificação passa, necessariamente, pela caracterização dessas diferentes dimensões e de suas relações. Além disso, essa dificuldade de identificação reside, especialmente, na dimensão coletiva dos lugares de memória.

Para Halbwachs (1990) a memória coletiva pressupõe a formação de memórias sociais vinculadas a grupos estáveis, bem delimitados e ligados à ideia de continuidade temporal. Todavia, o que existe hoje é uma coletividade mais complexa, na qual as relações sociais são mais variadas e fluídas, o que, conseqüentemente, gera a produção de memórias coletivas fragmentadas, menos organizadas. Por outro lado, é justamente por evidenciar o nexos social da memória individual, e sua relação indissociável com o espaço, que o autor nos fornece meios de identificar representações de memórias coletivas do lugar.

Sua abordagem considera que as memórias individuais ocorrem de forma sistêmica, o que permite estabelecer diferentes associações entre memórias, e, conseqüentemente, entre pessoas. Assim, com bem observa Paraizo “a diversidade

de pertencimentos a grupos sociais de um mesmo indivíduo, conquanto fragmentária, é apenas uma forma mais complexa de um mesmo fenômeno” (2009, p. 25). Ora, nesse sentido, entendemos que é a partir dos aspectos de espacialidade das memórias individuais sociais, tomadas em sua complexidade, que encontramos os meios de identificar um quadro de referências de memórias coletivas associadas a determinado espaço da cidade.

Entendemos que essa dimensão individual social do lugar de memória é importante para a compreensão da representatividade dos monumentos, das ambiências tombadas e dos valores de patrimônio a eles atribuídos. Sobre isso, ressaltamos que os aspectos de memória de um determinado espaço da cidade não se limitam à visão oficial ou a visão da histórica como campo científico. Estas, nem sempre abarcam a dimensão da experiência, ou seja, das memórias vividas que encontram na estabilidade do espaço construído (HALBWACHS, 1990), ou nas pedras da cidade (BOSI, 2003), um meio de permanecer. Estas memórias dos sujeitos comuns também produzem lugar e, justamente por isso, participam do processo de composição e valorização do Patrimônio Cultural Construído.

É importante esclarecer que não temos a intenção de apontar ou de sanar falhas com relação à visão oficial e à visão acadêmico-histórica, mas sim de balizar as suas limitações para a composição e compressão aprofundada do Largo da Carioca como um lugar de memórias. Como descreve Alberti (2004), não se trata de estabelecer polarizações do tipo “memória oficial” *versus* “memória popular”, ou “memória dominante” *versus* “memória dominada”. Mas, de reconhecer que a relação entre memória e espaço opera em dimensões múltiplas que ora se diferenciam, ora se reforçam, ora se complementam.

II. **Objetivos**

Tendo como objeto empírico de estudo o Largo da Carioca, o objetivo geral da pesquisa é desenvolver um experimento capaz de dar visibilidade as narrativas individuais associadas ao lugar: seus pontos de ancoragem e significados.

Como objetivos específicos do processo de pesquisa podemos relacionar:

- 1) Discutir a relação entre memória e espaço em suas diferentes escalas a partir das seguintes categorias conceituais: Lugar de Memória Oficial, Lugar de Memórias Coletivas e Lugar de Memória Individuais Sociais.
- 2) Caracterizar o Largo da Carioca como um Lugar da Memória Oficial investigando os bens patrimoniais e suas respectivas narrativas instituídas nos âmbitos Nacional, Estadual e Municipal.
- 3) Construir representações das narrativas de memórias individuais associadas ao largo através de entrevistas e mapas. Analisar seus aspectos de espacialidade: seus elementos estruturantes e as incidências entre eles.
- 4) Reconhecer as diferenças e similaridades entre o Lugar da Memória Oficial e o Lugar das Memórias Individuais Sociais no Largo da Carioca.

III. Justificativa

As discussões projetuais sobre o espaço urbano, não raro, se deparam com dúvidas na eleição de quais elementos construídos conservar e quais remover para, no seu lugar, desenvolver de novas relações de uso demandadas pelos espaços públicos contemporâneos. Neste processo de escolha, ou de negociação, as memórias associadas ao lugar assumem um papel fundamental ao determinar os valores dos objetos, dos monumentos e da cultura inerente ao espaço construído da cidade. Além disso:

A questão da memória se torna pertinente, uma vez que, unindo de forma dialética o passado, o presente e o futuro, pode servir para estabelecer formas de vida sem ruptura brutal, respeitando um presente que encontra sua fundamentação no passado. Esse objetivo vale, especialmente, para o estudo do modo como os indivíduos e os grupos se situam dentro de seus espaços de vida e como se ligam a eles – aqui, na cidade (JODELET, 2002, p. 31).

Paraizo (2009) descreve que o quadro de referência originário da memória coletiva é de grande importância para as práticas patrimoniais, e sobre isso afirma:

A memória, vivenciada coletivamente, é uma das instâncias definidoras de elementos a serem preservados, tanto do ponto de vista objetivo – por exemplo, qual edifício preservar – quanto do ponto de vista mais subjetivo e sutil do arcabouço de valores tradicionais a serem representados e preservados para as gerações em formação (op. cit., p. 39).

Portanto, acreditamos que a presente pesquisa justifica-se, principalmente, por uma possível contribuição ao direcionamento de futuros projetos que busquem em suas soluções a conciliação entre a necessidade de adequação do espaço urbano às demandas do presente e a importância da conservação da capacidade de identificação dos sujeitos com os seus lugares de vivência.

Nesta direção, a busca por um experimento de leitura do lugar de memória segundo a interpretação de seus usuários contribui para ampliar e aprofundar o conhecimento sobre os aspectos memoriais do espaço, dando visibilidade a uma de suas dimensões que acreditamos não ser tão facilmente identificada, e, conseqüentemente, incorporada de alguma maneira ao projeto.

O Largo da Carioca é objeto de estudo do presente trabalho. Sua seleção se deu, principalmente, por sua explícita ligação com a memória e história da cidade. Lugar das atividades e dos acontecimentos diversos do cotidiano, o largo é também um dos logradouros públicos mais antigos do Rio de Janeiro - sua criação remonta os tempos de fundação da cidade. Em sua configuração, inúmeras vezes modificada, é possível reconhecer vestígios de diversos momentos da transformação urbana da cidade. Além disso, como bem observa Santana (2004, p.10), o Largo é também é homônimo ao morador da cidade estabelecendo com ele uma significativa alusão poética e simbólica.

IV. Estrutura da Dissertação

Capítulo 1 - O Lugar de Memória

O primeiro capítulo é dedicado ao estudo dos conceitos fundamentais para o embasamento teórico da dissertação. Seu objetivo é discutir a relação entre memória e espaço em suas diferentes escalas buscando com isso estabelecer uma categorização dos diferentes tipos de lugares memória.

Capítulo 2 – O Largo da Carioca como um Lugar de Memória Oficial

Este capítulo tem como objetivo caracterizar o Largo da carioca como um Lugar de Memória Oficial. Para tanto, estrutura-se em duas partes:

Na primeira parte construímos um breve histórico do Largo da Carioca com o objetivo ressaltar em sua configuração atual suas “rugosidades”, ou os seus aspectos de memória construída. Na segunda parte os elementos e ambiências cujos valores memoriais são instituídos nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Ao final, buscamos estabelecer uma síntese das informações obtidas em um mapa, produzindo, assim, uma base comparativa para as representações de memórias individuais sociais.

Capítulo 3 – Representação das Memórias Individuais do Largo da Carioca

Este capítulo constitui o desenvolvimento da pesquisa e divide-se em duas grandes partes, ou subcapítulos: **Construção do experimento e Aplicação.**

Na primeira parte são discutidas questões pertinentes à busca de um experimento qualitativo de captação e representação das narrativas individuais atribuídas ao lugar. A segunda parte consiste na realização do trabalho de campo fruto da metodologia que existe em seu aporte teórico e empírico, estruturando-se em quatro instâncias:

- Reconhecimento: na qual busca-se identificar quem são atores/usuários comuns do Largo da Carioca e, a partir disso, estabelecer os critérios de seleção de informantes mediante princípios qualitativos.
- Teste Piloto: Esta etapa do trabalho consiste em uma aproximação do experimento testado com um usuário do Largo da Carioca.
- Trabalho de Campo Final: Esta etapa consiste na prática efetiva da pesquisa com a realização do experimento junto aos informantes selecionados.
- Interpretações: Nesta parte, a partir dos conceitos trazidos da teoria, dedicamo-nos à interpretação das entrevistas e dos mapas mentais obtidos no trabalho de campo.

Capítulo 4 – O Largo da Carioca como um Lugar de Memórias Individuais Sociais

Este capítulo refere-se à etapa analítica do trabalho dos resultados obtidos no trabalho de campo a luz do aporte teórico da pesquisa. Esta etapa estrutura-se em três subcapítulos:

- Estruturação do Lugar de Memória – no qual buscamos construir uma possibilidade de estruturação do lugar de memória identificando os elementos que o compõe.
- Análise – no qual analisamos o conjunto de representações de memórias individuais sociais à luz de cada um dos elementos estruturantes definidos anteriormente.
- Síntese – no qual observamos as relações entre o Lugar de Memórias Individuais Sociais e Lugar de Memórias Coletivas

Capítulo 5 - No capítulo 5 são apresentadas as considerações finais aos aspectos discutidos na pesquisa. Por fim, buscamos observar as diferenças e similaridades entre o lugar de memória construídos a partir das experiências individuais e o lugar de memória instituído nos âmbitos do IPHAN, INEPAC e IRPH.

V. Métodos

No primeiro capítulo, referente à discussão dos aspectos teórico-conceituais da dissertação, a metodologia de trabalho consistiu, basicamente, em um estudo da bibliografia especializada no qual buscamos a perspectiva de diferentes autores e campos. Entre as obras estudadas, tivemos como principal referência o trabalho intitulado “Memória Coletiva” do sociólogo francês Maurice Halbwachs, cujas reflexões estruturam o desenvolvimento do capítulo.

O segundo capítulo, referente à caracterização do largo como lugar de memória oficial, foi dividido em duas etapas. A primeira parte baseou-se no estudo bibliográfico e iconográfico da região. A segunda parte englobou o estudo de bibliografia especializada acompanhada de pesquisas nos arquivos e nos *sites* das instituições responsáveis pela preservação e gestão do Patrimônio cultural da Cidade do Rio de Janeiro.

No terceiro e quarto capítulo, referente ao desenvolvimento da pesquisa, a construção do experimento buscou responder questões não abarcáveis através de

uma única metodologia, sendo, portanto, necessário adotar e construir procedimentos que nos direcionassem às nossas respostas.

No trabalho de campo adotamos métodos analíticos qualitativos do espaço como a observação *in loco*, acompanhada de registros fotográficos e da realização perguntas preliminares aos usuários do Largo da Carioca. Para realização das entrevistas nos apoiamos nos trabalhos desenvolvidos por Bosi (1994 e 2003), Ferreira e Amado (2006) e Alberti (2013), cujas obras exploram a história de vida e a história oral como técnica e metodologia. Com relação à análise dos aspectos espaciais desses depoimentos, utilizamos a técnica dos mapas mentais cujo potencial analítico e expositivo da relação entre usuário-espço já vem sendo trabalhado no âmbito da percepção ambiental. Nesse sentido, a pesquisa se apoiou na metodologia desenvolvida por autores como Kohlsdorf (1996) e Seemann (2003).

1

LUGAR DE MEMÓRIA: discussão conceitual

O presente capítulo é dedicado ao estudo dos conceitos fundamentais para o embasamento teórico da dissertação. O texto a seguir, estruturado em duas partes, teve como principal referência bibliográfica a obra “Memória Coletiva” do sociólogo Maurice Halbwachs.

Na primeira parte, discutimos a memória como um processo individual, coletivo e histórico, observando as relações e diferenças entre eles. Na segunda parte, buscamos compreender a relação mútua entre memória e espaço em suas diferentes escalas, objetivando com isso estabelecer uma conceituação e categorização dos lugares memória.

1.1. As Memórias em Questão

Podemos compreender a memória como um processo individual e como um processo coletivo. No primeiro caso, ela nos remete, inicialmente, a um conjunto de funções psíquicas responsáveis pela capacidade de conservar certas informações “graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas” (LE GOFF, 1990, pg. 423). Seu conhecimento atual abarca a biologia, a psicologia, a psiquiatria e a neurociência. No verbete “Memória”, Le Goff (1990) descreve que o desenvolvimento desses campos de conhecimento contribuíram não só para a superação de ideias retrógradadas como relação aos processos mnemônicos – como a noção de atualização mecânica da memória –, mas também para o alargamento do estudo da memória à luz das ciências humanas e sociais.

Sobre isso, o autor observa que a expansão da memória na filosofia, na psicologia e na literatura do século XIX parece ter preparado as grandes transformações ocorridas no estudo da memória coletiva no século seguinte (LE GOFF, 1990, 471). Essas transformações descritas pelo autor podem ser percebidas nas reflexões desenvolvidas por dois dos principais estudiosos da memória: o filósofo Henri Bergson e o sociólogo Maurice Halbwachs.

No século XIX, o filósofo francês Henri Bergson publica “Matéria e Memória”, obra dedicada ao estudo da memória como fenômeno psicológico individual.¹ Suas

¹ A pesquisa utilizou como fonte de consulta a obra “Matéria e Vida” que reúne textos significativos sobre os temas essenciais da filosofia de Henri Bergson publicados originalmente pelo autor em 1896 em “Matéria e Memória”.

reflexões estruturam-se no princípio da diferença de natureza entre a percepção e a lembrança. A primeira associa-se à matéria, à pura exterioridade e ao presente corporal. A segunda filia-se ao espírito, à subjetividade pura e ao passado, mas um passado capaz de conservar-se integralmente no espírito do sujeito e emergir na sua consciência na forma de imagens-lembrança. Para o autor o passado e o presente não representam dois momentos sucessivos, mas coexistentes. Portanto, a lembrança e a percepção, apesar de diferentes, são simultâneas, dialogam e se relacionam mutuamente.

De fato não há percepção que não esteja impregnada de lembranças. Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada (BERGSON, 2011, p. 86).

De acordo com o autor, é essa interação entre a percepção atual e as lembranças fornecidas pela memória que permitirá o sujeito atualizar acontecimentos anteriores, e assim construir uma ideia de passagem de tempo. Mas, seu discurso conduz a reflexão sobre a memória em si mesma, não ocorrendo uma teorização sobre as relações entre os sujeitos e suas lembranças. Ou seja, não há em sua obra uma preocupação com a tematização sobre os nexos interpessoais e sobre os condicionantes culturais e sociais da memória do indivíduo (BOSI, 1994, p. 54).

No século XX a crença de Bergson na memória puramente individual é relativizada por Maurice Halbwachs em “A Memória Coletiva”, livro póstumo publicado originalmente em 1950. Ex-aluno do Bergson na juventude, o autor encontra na tradição da sociologia francesa – e especificamente nas reflexões de Émile Durkheim sobre a preexistência e o predomínio do “fato social”² sobre o individual – os conceitos que o levam a confrontar a teoria de seu antigo mestre. Nessa direção, diferente da filosofia de Bergson (2011), Halbwachs (1990) tem como objeto de estudo não a memória em si mesma, mas os “quadros sociais da memória”.

Nessa perspectiva, a memória já não é mais apreendida como um fenômeno psicológico individualizado, mas como um fenômeno social, no qual a memória do

² “Os fatos sociais consistem em modos de agir, pensar e sentir, exteriores aos indivíduos e dotados de um poder coercitivo pelo qual se lhe impõem” (DURKHEIM apud BOSI, 1994, p. 54).

sujeito está atrelada ao grupo e as determinações da situação presente. Na concepção de Halbwachs (1990) já não é possível falar, portanto, em conservação integral do passado, como acreditava Bergson (2011), e nem na capacidade dele emergir na consciência presente tal como foi. Para o autor lembrar não é reviver, mas reconstruir experiências passadas com as ideias e situações atuais. Desta forma, a memória não seria formada através do par lembrança-percepção, como defendia seu mestre, mas pelo contexto social e cultural do sujeito, chamado de “quadros sociais da memória”. Portanto, longe de ser um processo neutro e estável, a memória está sempre se redefinindo de acordo com os referentes culturais e sociais do presente.

Em sua concepção não é possível falar de uma memória puramente individual nem mesmo quando se trata de acontecimentos nos quais somente o indivíduo esteve envolvido.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com os objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que os homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 1990, p.26).

Sem negar a dimensão individual da memória, Halbwachs associa a capacidade sujeito lembrar à ideia de pertencimento, pois não é o indivíduo em si que se recorda, senão como membro de um ou mais grupos. A capacidade de um sujeito lembrar é, portanto, determinada por sua habilidade de se situar na perspectiva do grupo familiar, do grupo do trabalho, do grupo religioso, enfim, na perspectiva de um ou mais grupos de convívio, ou daqueles que lhe são peculiares. Entretanto, nesse processo de reconstrução de que se trata a memória, não basta que indivíduos ou grupos lhe tragam seus testemunhos, é necessário que ocorra no sujeito um reconhecimento. Em outras palavras, para que a memória dos outros auxiliem a sua memória é preciso que esta não tenha deixado de concordar ou se identificar com a primeira e vice-versa, ou seja, é necessária que ainda existam pontos de contato entre as duas.

Apesar de admitir uma história de vida singular, o autor procura, a todo o momento, atrelar a memória individual ao grupo e desfazer o que ele entende como uma falsa sensação de uma memória puramente individual. Esta representaria, na realidade, um grau de complexidade maior resultante de lembranças compreendidas em contextos de pensamento distintos, ou de um número maior de entrecruzamentos ou interseções de grupos diversos e às vezes opostos.

É essa complexificação que produz a impressão de uma memória sem medida comum, ou seja, de uma memória individual que existe por si só, independente dos conjuntos, ou grupos de onde suas lembranças foram tiradas (produzidas). Em última instância, o autor afirma que a impressão de uma memória puramente pessoal resulta de uma maior complexidade das condições necessárias para que ela seja elaborada; mas isto, dirá o autor, “é apenas uma diferença de grau” (op. cit., p. 48)³.

Além de relativizar a memória individual, o autor ainda reflete sobre a possibilidade de uma memória coletiva resultante de um quadro de lembranças socialmente construídas e compartilhadas por pessoas de um mesmo grupo. Esta envolve memórias individuais, mas não se confunde com elas.

Ela [a memória coletiva] evolui segundo suas próprias leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal (HALBWACHS, 1990, p. 54).

Na concepção do autor, a memória coletiva não é uma simples agregação de memórias individuais, e nem de um simples repasse de informações entre os membros do grupo. Trata-se de um “lembrar juntos” de indivíduos pertencentes ao mesmo grupo, que remete as ideias de tradição, continuidade e de convívio social e temporal. Nesta perspectiva, Halbwachs busca diferenciar bem a memória coletiva

³ Para Halbwachs, podemos nos limitar a observar nosso passado distinguindo dois tipos de lembranças: aquelas facilmente acessíveis, as quais podemos evocar quando desejamos, e aquelas que não atendem facilmente ao nosso apelo. No primeiro caso, ele dirá que essas lembranças estão no terreno comum, existem para todo mundo, no sentido de que o que nos é facilmente acessível, é igualmente familiar ou acessível para os outros. Neste sentido, por mais paradoxal que isto possa parecer, as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são o nosso bem mais particular.

da memória histórica. Esta é a compilação dos fatos do passado que ocupam maior espaço na memória dos homens; ela começa exatamente onde acaba a tradição, no momento em que a memória social se apaga ou se decompõe.

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, [...] – quando ela se dispersa por alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades que não se interessam mais por esses fatos que lhes são decididamente exteriores, então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem (op. cit., 1990, p. 80).

A memória coletiva é, portanto, uma memória viva. E, quando essa memória não é mais capaz de se sustentar na consciência do grupo, é comum então que essa lembrança seja eternizada ou registrada transformando-se em memória histórica. O autor diz que memória coletiva e memória histórica se distinguem em pelo menos outros dois aspectos. O primeiro é que a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo. A história, que se situa fora desses grupos e acima deles, introduz na corrente dos fatos divisões simples determinando lugares fixos para cada evento, obedecendo a uma necessidade didática de esquematização.

Segundo o autor, no desenvolvimento contínuo da memória coletiva, os limites de separação são irregulares e incertos, enquanto na história os limites são claramente traçados. Nesse sentido, na memória coletiva, o presente não se opõe ao passado como dois períodos históricos que se diferenciam. O segundo aspecto que as distingue é que enquanto há muitas memórias coletivas, há somente uma histórica. Sobre isso afirma:

A história pode se apresentar como a memória universal da espécie humana. Contudo, não existe nenhuma memória universal. Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço. Não podemos reunir em um único painel a totalidade dos eventos passados, a não ser tirando-os da memória dos grupos que guardam sua lembrança, cortar as amarras pelas quais eles participam da vida psicológica dos ambientes sociais em que ocorrem, deles não reter somente o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de revivê-los em sua realidade, mas de recoloca-los no contexto em que a história dispõe os acontecimentos, contextos estes que permanecem exteriores aos grupos [...]. **É dizer que a história se interessa principalmente pelas diferenças, e abstrai as semelhanças sem as quais, contudo, não haveria nenhuma memória,**

pois só nos lembramos de fatos que têm por traço comum pertencer a uma mesma consciência, o que lhe permite ligar uns aos outros, como variações sobre um ou alguns temas (HALBWACHS, 1990, 85-87, grifo nosso).

Assim, na concepção de Halbwachs, a memória histórica se interessa pelas diferenças, analisa os grupos sociais de fora e abrange um tempo consideravelmente longo, apresentando uma versão abrangente, simplificada e esquemática do passado. Já a memória coletiva se interessa pelas semelhanças, analisa os grupos de dentro e sua duração limita-se à duração do próprio grupo.

O autor estabelece, ainda, uma diferença entre memória histórica e memória individual. Sobre a primeira, afirma que um indivíduo pode trazer consigo uma bagagem de memórias históricas, as quais ele pode ampliar através de conversas e leituras. Entretanto, esta será uma memória tomada de empréstimo, ao contrário das lembranças pessoais, que são inteiramente do indivíduo. Haveria, assim, que se distinguir a memória histórica de uma memória autobiográfica. Está, continua o Halbwachs (1990), receberia ajuda da primeira, uma vez que a história de vida do indivíduo está inserida em uma história mais geral. Todavia, a memória histórica só representaria para o sujeito uma versão resumida e esquemática do passado, enquanto a memória vivida apresentaria um quadro contínuo e mais denso, sobre o qual, mais tarde, se apoiará a sua memória.

É nesse passado vivido, bem mais do que no passado apreendido pela história escrita, em que se apoiará mais tarde a sua memória. [...]. Nesse sentido que a história vivida se distingue da história escrita: ela tem tudo o que é necessário para constituir um panorama vivo e natural sobre o qual se possa basear um pensamento para conservar e reencontrar a imagem de seu passado (Ibid., p. 90).

Para Halbwachs, portanto, o sujeito participa de três tipos de memórias: a memória individual, a memória coletiva e a memória histórica. Entre elas existiu uma diferença que diz respeito à escala de significação, ou seja, ao grupo a que ela se refere (nacional, local ou pessoal), e ao grau de compartilhamento e complexidade.

A memória individual pertence ao indivíduo que a compartilha e constrói e a como integrante de um ou mais grupos. Segundo Halbwachs, é em sociedade que o indivíduo reconstrói suas memórias, e em sociedade que ele é instado a revivê-las,

e, ao fazê-lo, o indivíduo se coloca na perspectiva de um ou mais grupos dos quais participa. Nesse sentido, a memória individual pode ser compreendida como um ponto de vista sobre várias memórias coletivas, ou como um ponto de interseção na encruzilhada de muitas correntes de pensamentos coletivos. Portanto, ela é por si só complexa, múltipla e varia segundo as relações que o sujeito mantém com os diversos ambientes coletivos com os quais mantém contato.

A memória coletiva não é, todavia, a agregação de memórias individuais, mas uma memória que se apropria de memórias individuais para criar uma própria, uma representação sobre o passado compartilhada por indivíduos do mesmo grupo. Assim, na concepção do autor, longe de ser um simples processo de repasse de informações, a memória coletiva é um movimento de “lembrar juntos” de indivíduos pertencentes a um grupo socialmente distinto. Trata-se, portanto, de uma memória seletiva, parcial, que olha o grupo de dentro e se limita a ele.

Neste ponto, é necessário reconhecer que a ideia de grupo na reflexão do sociólogo Maurice Halbwachs, desenvolvida na primeira metade do século XX, deve ser entendida dentro do contexto urbano atual. Em sua obra os grupos apresentam uma delimitação muito precisa: o grupo religioso, o grupo econômico, o grupo dos músicos, o grupo familiar etc. Além disso, a duração da desses grupos se estende indefinidamente, ou pelo menos até onde dura a vida humana de seus componentes (op. cit., 1990, 105).

Simmel (1979, p. 18-19) nos ajuda a atualizar esta ideia de grupo ao refletir sobre as transformações nas relações sociais na passagem das pequenas cidades para as grandes cidades. Segundo o autor, diferente das cidades pequenas, a vida metropolitana se caracteriza pela intensificação dos estímulos nervosos decorrentes das transformações ininterruptas produzidas pelo ambiente urbano. Com isso, o sujeito segue a uma propensão à individualização, ao distanciamento dos outros sujeitos e a racionalização de suas relações sociais como uma maneira de proteger sua subjetividade. Além disso, o autor observa que enquanto nas pequenas cidades os círculos sociais são menores em tamanho e número de integrantes, e as relações entre seus componentes mais estreitas; nas cidades grandes esses círculos se ampliam e ao mesmo tempo em que os laços entre seus membros se tornam mais frouxos e transitórios.

Portanto, sem invalidar o discurso de Halbwachs (1990) – que nos é caro ao entendimento do caráter social da memória individual e de sua relação com o espaço –, devemos ter em conta nas sociedades atuais as relações coletivas são mais efêmeras e variadas. Isto também como reflexo da própria da vida urbana contemporânea, na qual os afazeres diários são mais numerosos e complexos e onde os novos espaços de comunicação (*internet, sites, blogs* etc) possibilitam ao indivíduo relacionar-se com um número ilimitado de grupos, e de todas as partes do mundo. Portanto, podemos dizer que o que existe hoje são grupos sociais mais variados e efêmeros, e, conseqüentemente, memórias coletivas mais fragmentadas e difíceis de serem identificadas. Da mesma maneira, temos também memórias individuais sociais cada vez mais complexas, construídas a partir de número cada vez maior entrecruzamentos.

Retomando as reflexões de Halbwachs, o autor entende que o indivíduo participa, ainda, da memória histórica. Mas esta será uma memória tomada de empréstimo, dirá ele, ao contrário das lembranças pessoais e coletivas que são inteiramente do sujeito e dos grupos. Isso porque em sua concepção a memória histórica não se baseia na ideia de compartilhamento, mas na instituição de uma versão integral, ampla, esquemática e simplificada do passado a todos os indivíduos e grupos. Trata-se de uma memória única, fixa, não vivida e situada de fora e acima dos indivíduos e dos grupos. Portanto, se Maurice Halbwachs estabelece uma relação íntima entre a memória individual e a memória coletiva, de maneira que as duas se interpenetram, a memória histórica possui uma relação muito mais exterior a elas.

Neste ponto é necessário ressaltar que, a memória histórica na abordagem de Halbwachs se relaciona a História como campo científico. Nesta perspectiva, assim como a ideia de grupo descrita anteriormente, ela também deve ser entendida dentro do contexto atual.

A História é uma operação intelectual que segue métodos científicos, e que é posta a prova constantemente. Segundo Le Goff, “a História é bem a ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objeto da história, por uma reconstrução incessantemente posta em causa” (1990, pg. 25). O historiador David Lowenthal descreve que a “História é o conhecimento ativo do passado

construído a partir de registros empiricamente testáveis, embasando uma interpretação integral e contingente desse passado” (LOWENTHAL, 2005, apud PARAIZO, 2009, p. 42). Nas palavras de Paraizo “trata-se de uma perspectiva construída e refletida – ou seja, de um ponto de vista selecionado – de fatos e eventos, referenciados por documentos” (2009, p. 41).

Nesta perspectiva, a memória história pode ser entendida como uma memória coletiva associada a um grupo muito específico: os historiadores. Assim, como qualquer memória coletiva, a memória histórica, além de seletiva, não é neutra: o contexto em que o historiador se insere influi na forma como ele interpreta determinado fato histórico (ABREU, 1998). A representação do passado, qualquer que seja ela, nunca pode escapar da intervenção ativa de quem o retrata. A história, pensada desta forma, não pode ser um corpo fixo, à medida que seu ponto de partida está sempre atrelado aos condicionantes culturais e sociais do tempo presente. Como ciência, a memória histórica se abre a revisão. Nela, o passado se apresenta como um conjunto vivo de representações. Ela até pretende ser fixa, mas sabe que não é. Sobre isso, Le Goff afirma que:

A história só é história na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta, na medida em que seu sentido se mantém confuso, misturado... A História é essencialmente equívoca [...] é na verdade o reino do inexato. [...]. A história quer ser objetiva e não pode sê-lo. Quer fazer reviver e só pode reconstruir. Ela quer tornar as coisas contemporâneas, e ao mesmo tempo tem de reconstruir a distância e a profundidade da lonjura histórica (1990, p. 21).

A história de que nos fala o autor é denominada História Nova, que nasceu em oposição à história positivista do século XIX. De acordo com Nora, um dos objetivos da dita “nova história” do século XX era o esforço em criar uma história crítica a partir das memórias coletivas, abandonando a temporalidade linear em proveito dos tempos vividos múltiplos (NORA apud LE GOFF, 1990, pg. 473). Para isso, essa a ciência histórica buscou ampliar o campo dos documentos históricos incorporando a ele, inclusive, as fontes orais.

Portanto, a oposição entre memória coletiva e memória história não é tão objetiva ou precisa como apresentada na concepção de Halbwachs (1990). Além disso, a prática social e científica da história como a entendemos hoje, não pode

mais ser tratada como uma “memória universal do gênero humano”, ou como uma versão única do passado como pretende o autor quando afirma: “há muitas memórias coletivas. [...]. A história é uma e podemos dizer que não há senão uma história” (Ibid., p. 85).

História e memória se comunicam e se complementam. Se de um lado a história incorpora à sua prática científica as memórias sociais através da metodologia da história oral, a memória individual e coletiva tem na primeira um meio de ampliar seu conhecimento sobre o passado e de se situar em um contexto mais amplo da história.

Por fim, cabe esclarecer a diferença entre a memória histórica e a ideia de uma memória oficial. No presente trabalho entendemos esta última como um conjunto de referências do passado que pretende responder pela totalidade social de uma coletividade, abrangendo a diversidade de grupos e indivíduos existentes dentro dela, mesmo que, porventura, os negue, desconsiderando ou não reconhecendo suas particularidades. Trata-se, portanto, de uma memória coletiva mais fixa, organizada, ou enquadrada, associada às instituições. Neste sentido, ela difere-se da memória histórica, sempre aberta à revisão. Por outro lado, a memória oficial se alimenta do material fornecido pela memória histórica para compor, selecionar e valorar os elementos que conformarão o seu quadro de referências. Ou seja, a memória mediada pela ciência histórica, entre outros sem-número de referências, orienta o “trabalho de enquadramento” (POLLAK, 1998) da memória oficial.

Não obstante, entendemos que a memória oficial e a memória histórica, embora mais estáveis, amplas e distantes da memória vivida, elas podem ser assimiladas às memórias dos indivíduos e grupos, e mais, as suas memórias afetivas. Sobre isso, entendemos que o grau de compartilhamento de uma determinada representação do passado demanda não só um reconhecimento direto do sujeito, como também, um movimento pessoal de envolvimento, uma disponibilidade afetiva, ou um deixar se envolver.

1.2. Memória, Espaço e Lugar

1.2.1. Memória e Espaço

Apesar de enfatizar a inutilidade de fixar a memória, Halbwachs (1990) afirma que é na concretude do espaço que ela encontra meios de permanecer e elementos para sua reconstrução. Ou seja, além de ressaltar a todo o momento o caráter social da memória, o autor também enfatizou sua inseparabilidade do tempo e do espaço.

As encruzilhadas dos tempos sociais em que a lembrança está situada correspondem às encruzilhadas do espaço, quer se trate do espaço endurecido e “cristalizado” (“em toda uma parte de si mesmos os grupos imitam a passividade da matéria inerte”), quer extensões vivenciadas em que os grupos fixam, provisória ou definitivamente, os acontecimentos que correspondem às suas relações mútuas com os outros grupos (HALBWACHS, 1990, p. 15).

O espaço é, juntamente com o tempo, elemento fundamental na no trabalho de reconstrução da memória. A concretude e a duração das formas espaciais dão à memória a condição de se materializar e assim permanecer no tempo. “O espaço é uma realidade que dura” diz Halbwachs (1990), que completa:

Nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não tivesse conservado no ambiente material que nos circunda (op. cit., p.170).

Ao falar sobre a relação entre espaço e tempo, Milton Santos afirma que o espaço é acumulação desigual de tempos. Para o autor o espaço da atualidade tem algo de singular: “ele é formado por momentos passados que se foram estando agora cristalizados como objetos atuais, [...]. Por isso o momento passado está morto como tempo e não como espaço” (SANTOS, 1991, p. 10).

A percepção do tempo absorvido pelo espaço se dá através do trabalho da memória, capaz de reconhecer nele as permanências e mudanças, as quais exprimem a acumulação dos tempos em um mesmo espaço. Para Kevin Lynch assimila-se a memória no espaço reconhecendo nele a presença do passado (LYNCH, 1972, MOREIRA, 2009, p. 26).

Mas no discurso de Halbwachs, a memória encontra no espaço não só meios de permanecer e de reconhecer passagem do tempo, como ela própria produz espaço. O autor explicita isso ao falar do espaço doméstico:

Nosso ambiente material traz ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira como são arrumados, todo o arranjo das peças em que vivemos, nos lembram nossa família e os amigos que vemos com frequência nesse contexto. [...]. Nossa cultura e nossos gostos aparentes na escolha e na disposição desses objetos em grande medida se explicam pelos laços que sempre nos ligam a um número enorme de sociedades sensíveis e invisíveis (op. cit., 1990, pg. 158).

Transpondo o seu discurso para ambiente urbano, o autor afirma que não o indivíduo isoladamente, mas os grupos atuam no espaço deixando suas marcas.

Os grupos imprimem de algum modo sua marca sobre o solo e evocam suas lembranças coletivas no interior do quadro espacial assim definido. Em outras palavras, há tantas maneiras de representar o espaço quanto sejam os grupos (op. cit., 1990, pg. 159).

Para Milton Santos (SANTOS apud. ABREU, 1998, p. 82), o lugar, como uma categoria interna ao espaço, é o *locus* do acontecer solidário, do intersubjetivo. Para o autor, a memória urbana, a memória da cidade, é, portanto, a memória coletiva.

A memória e espaço estabelecem, assim, uma relação mútua: não há memória que não se desenvolva sem um contexto espacial; e não há memória que não se impregne das memórias dos grupos para existir. Relações que, segundo o próprio Halbwachs, acontecem em espaços específicos, definidos pelo grupo, em função das marcas e significados construídos nesse processo, como lugar (HALBWACHS, 1990 apud MOREIRA, 2009, p. 31).

1.2.2. Lugar

Lugar é diferente de espaço. Na concepção de Halbwachs a ideia de lugar é entendida como o espaço ocupado, vivenciado, um meio onde a memória se fixa, é

compartilhada e instada a revivê-la. Ou seja, é na interação entre espaço construído e a memória que se funda a sua ideia de lugar, e nesse movimento de transformação do espaço em lugar os objetos materiais são instrumentos que funcionam como estímulo e âncora das lembranças. Na concepção do autor o espaço serve de base material à memória, sendo esta a essência de seu significado (HALBWACHS, 1990 apud MOREIRA, 2009, p. 28).

Para recuperar nosso passado, precisamos ver o meio material que nos cerca e onde a memória se conserva. O “nosso espaço”, dirá o autor, é “aquele que ocupamos, por onde passamos ao qual temos acesso e que fixa as nossas construções e pensamentos do passado para que reapareça esta ou aquela categoria de lembrança” (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Do mesmo modo que Halbwachs, o geógrafo humanista Tuan entende que a diferença entre espaço e lugar se dá pelo sentido extraído da experiência. “Quando um espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar” (TUAN, 1993, p. 83). Segundo o autor, tudo começa como um espaço indiferenciado, transformando-se em lugar conforme o conhecemos e o atribuímos valor. Ou seja, é através da experiência temporal que podemos conhecer um espaço, definindo-o e dotando-o de valor. Nesta perspectiva, o geógrafo relaciona lugar e tempo de três maneiras:

Adquirimos afeição a um lugar em função do tempo vivido nele; o lugar seria uma pausa na corrente temporal de um movimento, ou seja, o lugar seria a parada para o descanso, para a procriação e para a defesa; e por último, o lugar seria o tempo tornado visível, isto é, o lugar como lembrança de tempos passados, pertencente à memória (TUAN, 1983 apud. REIS-ALVES, 2007, p. 2).

1.2.3. Lugar de Memória

Mas, afinal, o que é um “**lugar de memória**”?

O primeiro desenvolvimento conceitual da expressão é atribuído ao historiador francês Pierre Nora em seu clássico texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares”.

Segundo o autor, os lugares de memória surgem em resposta a esse sentimento de que não há mais memória espontânea, combinado à necessidade do

indivíduo contemporâneo por uma memória-história que lhe de sentido de identidade:

Lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. [...]. Lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...]. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. **Se vivêssemos verdadeiramente a lembrança que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória.** É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva (NORA, 1993, p.13).

O autor coloca, assim, os lugares de memória como o último recurso da sociedade diante da aceleração do tempo e da história. Os lugares de memória surgem “como um fato localizado, reproduzindo-se em condições específicas que a defendam [a sociedade] das ameaças da aceleração da história” (MOREIRA, 2009).

De acordo com Nora (1993), para ser um lugar de memória não basta existir uma vontade ou necessidade de memória. Só entram nesta categoria lugares em todos os sentidos do termo: material, simbólico e funcional. Esses três aspectos devem coexistir sempre:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, [...], só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo recorte material de uma unidade de tempo e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada à lembrança. (NORA, 1993, p. 22).

Ou seja, para construir um lugar de memória não basta criar um espaço físico, é necessário incorporá-lo a algum ritual numa tentativa de gerar um processo de identificação por parte dos indivíduos através dos quais lhe será atribuído um significado. Lugares de memória seriam então espaços específicos onde não se vive espontaneamente uma lembrança, mas onde a ritualização de uma memória-histórica pode ressuscitar uma lembrança.

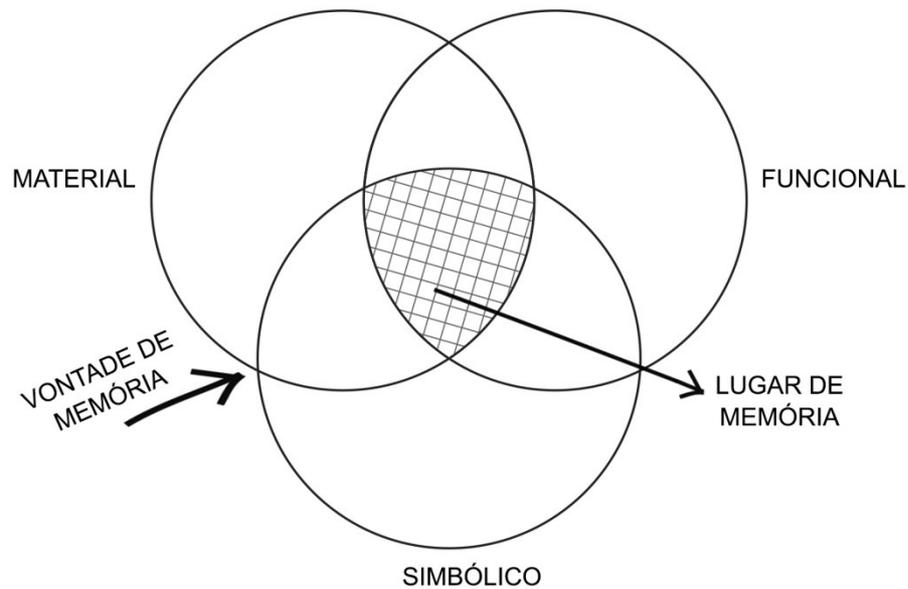


Figura 1 – Esquema gráfico sobre o conceito de lugar de memória segundo Nora (1983).

No campo da Arquitetura e Urbanismo, Lineu Castello apresenta outra abordagem do lugar de memória. Para este autor o lugar é entendido como:

[...] um espaço qualificado, ou seja, um espaço que se torna percebido pela população por motivar experiências humanas a partir da apreensão de estímulos ambientais. Tais estímulos podem ser muito diversificados – tão diversificados quanto são as relações entre as pessoas e o ambiente (CASTELLO, 2007, p.15).

Nesta perspectiva, em sua categorização dos lugares, Castello (2007) afirma que é possível diferenciá-los através do destaque dado a uma de suas dimensões no processo de interações entre pessoas e ambiente. Quando um lugar se destaca pelo seu aspecto material, o autor o denomina de “lugar de aura”. Quando o lugar se destaca pela diversidade de interações sociais que nele se desenvolve, o autor o chama de “lugar da pluralidade”. Já o “lugar da memória” será aquele no qual se vivência, sobretudo, a dimensão temporal. Sobre esta categoria, escreve:

Há outra situação na qual as interações estabelecidas entre as pessoas e o ambiente envolvem fenômenos de natureza mais subjetiva, fenômenos que absorvem as histórias do lugar [...] e que ressaltam a dimensão temporal, uma dimensão que envolve [...] também as formas materiais que abrigam tais abstrações. Os lugares nessa categoria se qualificam a partir de uma

evocação da “memória” coletiva das pessoas a respeito dos fenômenos do ambiente onde vivem essas pessoas, evocam a formação histórica de sua cidade, evocam as formas construídas de acordo com os padrões arquitetônicos vigentes em diferentes períodos históricos, e evocam lendas, enfim, resultam de fenômenos da memória estimulada por elementos do imaginário temporal local (CASTELLO, 2007, p. 22-23)

Portanto, diferente de Nora (1983), Castello entende que essa dimensão do lugar se constrói espontaneamente através dos trabalhos de memória que nele se realizam, estimulados tanto pela presença do patrimônio construído listado pelas instituições; como pela permanência de uma determinada prática cultural associada aquela porção do espaço.

Entretanto, o autor reforça que no primeiro caso, a simples presença da materialidade não é o suficiente para a caracterização de um lugar de memória. São as pessoas que conferem ao lugar essa diferenciação, pois é através de suas memórias que se estabelecem nexos entre o elemento construído e o valor histórico a ele associado. Percebemos com isso, que no limite da categorização proposta pelo autor, a ideia de lugar de memória se consolida a partir da relação entre objetos materiais e imateriais e interações sociais.

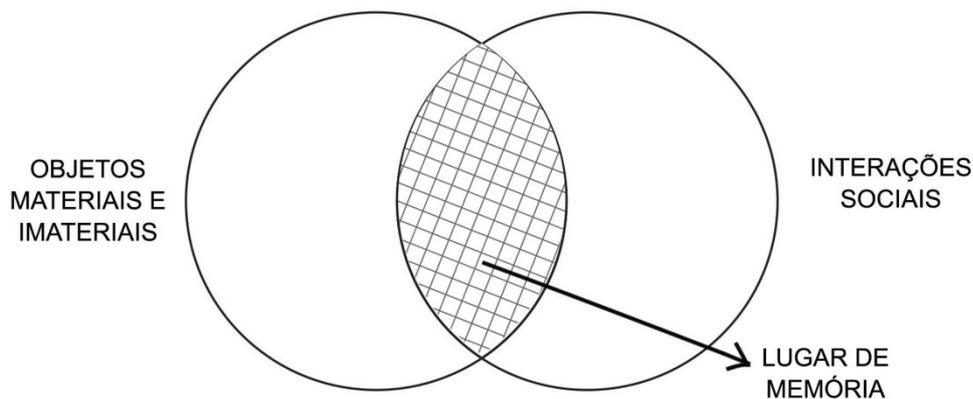


Figura 2 – Esquema gráfico sobre o conceito de lugar de memória segundo Castello (2007).

Buscando estabelecer uma conceituação capaz de sistematizar as diferentes reflexões apresentadas sobre a relação entre memória, espaço e lugar, entendemos o “lugar de memória” como um objeto sobre o qual atribuímos narrativas associadas a diferentes tipos de memórias que se distinguem, sobretudo, por sua escala de

significação e pelo seu grau de compartilhamento e complexidade. Isso nos conduz à seguinte classificação dos lugares de memória:

Lugar da Memória Oficial – um lugar narrado por uma memória instituída que responde pela totalidade social de uma comunidade, abrangendo a diversidade de grupos e indivíduos existentes dentro dela, mesmo que, porventura, os negue, desconsiderando ou não reconhecendo suas particularidades. Aqui o Lugar de Memória se associa à ideia de memória mais ampla, representada pelo Patrimônio Construído listado pelas leis e instituições nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Nota-se que esta memória, embora mais ampla e distante, pode ser compartilhada e incorporada à memória dos indivíduos.

Lugar das Memórias Coletivas – um lugar narrado por memórias construídas socialmente que transcende o indivíduo. No discurso de Halbwachs (1990) esta memória liga-se à ideia de compartilhamento no sentido de um lembrar juntos de indivíduos pertencentes a grupos socialmente identificados. Entretanto, entendemos que o que existe hoje são grupos mais variados e menos estáveis e, conseqüentemente memórias coletivas mais fragmentadas, o que por sua vez, torna essa dimensão do lugar de memória a mais difícil de identificar.

Lugar das Memórias Individuais – Trata-se de um lugar narrado por memórias individuais construídas a partir da vivência de um indivíduo comum, ou seja, o indivíduo tomado em seu caráter múltiplo, sem associá-lo a um grupo social específico. Aqui o lugar de memória será representativo das memórias que o sujeito tem conferindo a um local um caráter memorável e específico, ao vincula-lo a si próprio, à sua história de vida e a suas vivências naquele determinado espaço. Entretanto, como nos ensina Halbwachs (1990), a memória individual, por mais pessoal que ela seja, é sempre uma memória social, fruto de um pensar coletivo. Portanto, em última instância, esta categoria trata de um lugar narrado por diversas memórias individuais sociais que podem se interligar para construir uma representação comum, ou coletiva do lugar.

Entendemos, portanto, que o lugar de memória se consolida no encontro destes três dimensões operadas no espaço construído.

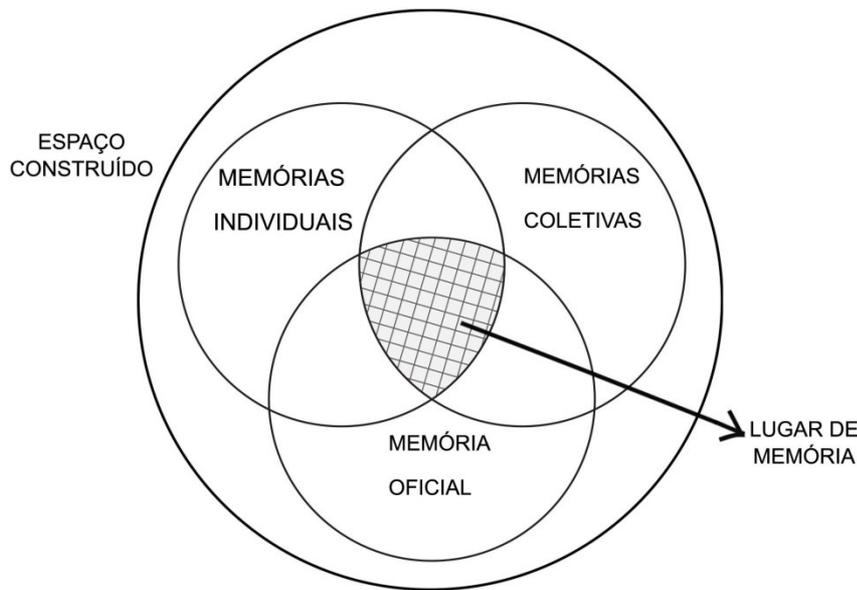


Figura 3 - Esquema gráfico sobre o conceito de lugar de memória adotado no trabalho.

1.2.4. Conclusão

Concordamos com Milton Santos para quem o lugar é entendido o *locus* do acontecer solidário, do intersubjetivo (SANTOS apud. ABREU, 1998, p. 82). A memória urbana, a memória da cidade é, portanto, a memória coletiva. Logo, essa é a dimensão do lugar de memória é a mais importante para o nosso estudo. Todavia, entendemos que a abordagem dada por Halbwachs (1990) à memória coletiva não é adequada para dar conta da complexidade das relações sociais atuais. Sua abordagem pressupõe a formação de memórias coletivas vinculadas a grupos estáveis, bem delimitados e ligados à ideia de continuidade temporal. Todavia, podemos dizer que hoje ainda existem memórias coletivas estáveis, mas cada vez mais memórias coletivas variadas e fragmentadas, menos organizadas e conscientes de si mesmas.

Por outro lado, é justamente por evidenciar o nexos social da memória individual e sua relação indissociável com o espaço, que o autor nos fornece meios de identificar representações de memórias coletivas do lugar. Sua abordagem considera que as memórias ocorrem de forma sistêmica, o que permite estabelecer diferentes associações entre memórias, e, conseqüentemente, entre pessoas.

Assim, com bem observa Paraizo “a diversidade de pertencimentos a grupos sociais de um mesmo indivíduo, conquanto fragmentária, é apenas uma forma mais complexa de um mesmo fenômeno” (2009, p. 25). Ora, nesse sentido, entendemos que a partir dos aspectos de espacialidade das memórias individuais sociais, tomadas em sua complexidade, que encontramos os meios de identificar um quadro de referências de memórias coletivas associadas a determinado espaço da cidade.

Portanto, na presente dissertação, nosso objetivo geral consiste em desenvolver um experimento capaz de dar visibilidade às narrativas de memórias associadas ao Largo da Carioca. Por fim, procuramos observar as diferenças e similaridades entre o Lugar de Memória construído pelo conjunto de memórias individuais sociais e o Lugar de Memória Oficial representado pelo Patrimônio Construído listado pelas leis e instituições nos âmbitos nacional, estadual e municipal.

No próximo capítulo, caracterizaremos nosso objeto de contraposição, o Lugar de Memória Oficial. Para isso, procuramos inicialmente investigar os aspectos de memória construída do Largo da Carioca mediados pela ciência histórica, os quais participam da elaboração ao quadro de referências do passado que constituem o Lugar de Memória Oficial.

2

O LARGO DA CARIOCA COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA OFICIAL

2.1. Breve Histórico do Largo da Carioca

Este subcapítulo tem como objetivo apresentar o Largo da Carioca ressaltando, através de um breve histórico, aspectos de sua memória construída. Em outras palavras, percorrendo momentos significativos de sua história, buscamos, ao final, evidenciar o atual Largo ressaltando em sua configuração física as marcas deixadas pelo seu longo processo de conformação.

Para compreender esses aspectos de memória construída foi necessário estabelecer cortes temporais estruturados em cinco períodos definidos de acordo com as principais intervenções que marcaram a área e que desencadearam nela um processo de transformação. Estendendo-se do século XVI ao século XX, os períodos definidos foram os seguintes: (1) do sítio original à construção do Convento de Santo Antônio, (2) da instalação do primeiro chafariz à construção do Hospital da Ordem (3) da chegada da Família Real à implantação das linhas de Bonde, (4) da abertura da Avenida Rio Branco à construção do Tabuleiro da Baiana (5) do desmonte do Morro de Santo Antônio à implantação do Metrô.

A coletânea de informações históricas presente no texto tem como principais referências bibliográficas as seguintes obras: “Memórias da Cidade do Rio de Janeiro”, de Vivaldo Coaracy; “Largo da Carioca: 1608 a 1999: um passeio no tempo”, de Carlos Gustavo Nunes Pereira; “Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro”, de Frei Basílio Röwer e “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”, do geógrafo Maurício de A. Abreu.

2.1.1. Séculos XVI e XVII: do sítio original à construção do Convento de Santo Antônio

Em 1567, quando Mem de Sá transferiu para o alto do Morro do Descanso⁴ a cidade fundada no sopé do Morro Cara de Cão, no lugar do atual Largo da Carioca existia uma lagoa. Esta, cujas águas estendiam-se até onde hoje se encontra o

⁴ Morro chamado posteriormente de São Januário e do Castelo.

Teatro Municipal, situava-se na parte baixa do território, entre a cidade encastelada e uma grande colina conhecida, mais tarde, como Morro de Santo Antônio.

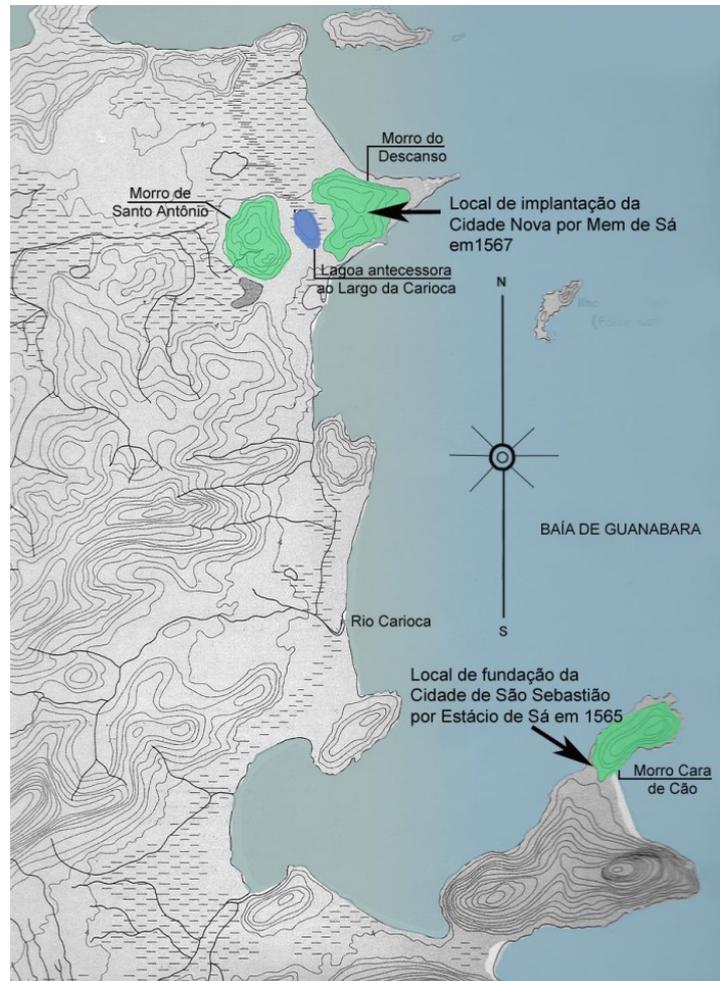


Figura 4: Território do Rio de Janeiro na época da fundação da cidade segundo Eduardo Canabrava Barreiros.

Fonte: Intervenção sobre Barreiros (1967, p. 9).

Nesses tempos primitivos, a região do atual Largo da Carioca ficava distante da cidade. Localizado em uma planície pantanosa e insalubre, o local era considerado por seus habitantes “parte escusa, por onde não andava gente” (COARACY, 1956, p. 146). A lagoa e a encosta do morro que se erguia junto a ela pertenciam à sesmaria de Crispim da Costa e de dona Isabel Marins, sua esposa. Ainda no século XVI, o casal mandou erguer no local uma pequena ermida como testemunho de sua devoção a Santo Antônio. Foi por este motivo que a referida lagoa passou a ser chamada pelo nome do santo, designação pelo qual o morro localizado junto a ela também se tornou conhecido⁵.

⁵De acordo com Barreiros (1967), o Morro de Santo Antônio era chamado de Outeiro do Carmo. Segundo Coaracy (1956), essa denominação inicial se deve a um incidente ocorrido com a

O início do processo de ocupação e urbanização da região do atual Largo da Carioca esteve diretamente relacionado à Igreja, e particularmente associado a duas das três ordens de São Francisco: a dos Frades Menores e a dos Irmãos da Penitência. Cabe ressaltar que, nesse período, as congregações religiosas instaladas na cidade exerciam influencia não só sobre a vida social da população, mas também sobre as transformações empreendidas no espaço (SANTANA, 2004).

Em fevereiro de 1607, chegaram à cidade os frades responsáveis por expandir a missão Franciscana pelo país edificando a casa conventual do Rio de Janeiro. Sobre este fato, Röwer (2008) nos relata que o Morro de Santo Antônio logo atraiu o interesse dos religiosos como um possível sítio para a instalação do novo templo justamente por existir no local de uma capela consagrada a Santo Antônio.

Para obter a posse da área, Frei Leonardo foi tratar com os oficiais da Câmara e com o então governador da cidade, Martim de Sá (gestão de 1602 a 1607). Rapidamente concluídas as negociações, em 19 de abril do mesmo ano as autoridades lavraram escritura dando posse de quase todo o morro à Ordem dos Frades de São Francisco de Assis. Além da concessão, comprometeram-se os oficiais a empreender melhorias no sítio.

Segundo Coaracy (1956), a primeira obrigação assumida consistia em promover a comunicação do futuro convento com o mar. Essa ligação deu origem à Rua São José (denominada originalmente como Caminho do Parto), conectada ao já existente Caminho da Ajuda. A segunda obrigação foi construir uma vala para escoar a água da lagoa. Abriu-se, então, um rasgo no solo até a região conhecida como Prainha (atual Praça Mauá), localizada entre os morros de São Bento e da Conceição. Esse grande canal deu origem a Rua da Vala cujo segmento corresponde à atual Rua Uruguaiana.

Preparado o terreno, coube ao Frei Estevão⁶ lançar a pedra fundamental do alicerce do convento no dia 4 de junho de 1608, véspera de Corpus Christi. A cerimônia, em solene procissão, contou com a presença do governador da cidade

congregação dos Carmelitas, instalada na cidade em 1590. A esses religiosos foi oferecido o morro para ali ergueram sua casa. Apesar de a oferta ter sido recusada pelo grupo, o local passou a ser conhecido pela denominação relacionada à sua Ordem.

⁶ “Do guardião Frei Estevão consta mais que fez o muro da cerca, desde a lagoa até a “Porta do Carro”” (ROWER, 2008, p.33). Por esta, relata o autor, entravam as carroças com os mantimentos para abastecer o convento.

Afonso de Albuquerque (gestão de 1608 a 1613), do Custódio Frei Leonardo de Jesus e de figuras importantes da sociedade, além de representantes do povo (RÖWER, 2008, p.32).

No dia 8 de fevereiro de 1615, terminada as primeiras instalações do convento, transferiu-se para lá a confraria de frades liderada pelo Frei Vicente de Salvador. No dia seguinte, era celebrada a primeira missa, em um altar provisório. Já em 1619, funda-se na cidade a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, recebendo dos franciscanos um terreno ao lado do convento para a construção de sua igreja. De acordo com Pereira (1999), a igreja dos Terceiros só ficou totalmente pronta em 1872. Dela saía a famosa Procissão das Cinzas, atraindo uma verdadeira multidão para o largo que se formava⁷.

Depois um longo período de obras, a conclusão do convento só ocorreu por volta de 1649. Em 1650, iniciou-se nele o primeiro curso de estudos de filosofia e de teologia, o que constituiu um marco importante para história da cidade. Segundo a descrição de Röwer “desde então, [...] o Convento de Santo Antônio foi sempre, com pequena interrupção apenas, um recinto sagrado em que, com carinho, se cultivavam as ciências divinas e humanas; foi um viveiro em que se aguçavam inteligências e se formavam mestres [...]” (2008, p. 40).

Outra relevante melhoria empreendida pelos frades foi a criação do “Campo Santo”. Tratava-se de um cemitério construído para enterrar os escravos e índios que serviam à Ordem. Esse serviço se estendeu aos outros moradores da cidade, o que constituiu uma importante contribuição no combate à epidemia de varíola que assolava o Rio de Janeiro no século XVII. De acordo com Pereira (1999) o cemitério localizava-se entre a ladeira de acesso ao convento e Rua do Piolho (atual Rua da Carioca), um dos muitos caminhos que naturalmente surgiram em torno do Largo que se formava com a presença dos religiosos. Nessa mesma época criou-se a Rua da Cadeia, que atualmente corresponde à Rua da Assembleia.

⁷ O complexo religioso do Largo da Carioca, formado atualmente pelo convento, pelas igrejas de Santo Antônio e da Ordem Terceira da Penitência e pelo Museu de Arte Sacra da Ordem Terceira de São Francisco, sofreu inúmeras alterações em suas estruturas físicas – fachadas, acesso e interior – ao longo dos séculos. Atualmente, o convento passa por uma obra de restauro.

Concomitantemente às obras do convento e da igreja, novas transformações ocorriam na área correspondente ao atual Largo da Carioca e seu entorno. Em meados do século XVII, outro canal foi construído para ajudar no processo de drenagem da lagoa de Santo Antônio. Este conduto, conhecido como Cano, partia da Vala em linha reta até o mar, passando pelo terreiro do Carmo ou da Polé (conhecido depois como Largo do Paço, atual Praça XV de Novembro). O Cano deu origem ao trajeto da Rua do Cano, nome conservado até meados do século XIX, quando passou a se chamar Rua Sete de Setembro.

2.1.2. Século XVIII: da instalação do primeiro Chafariz à construção do Hospital da Penitência

A partir do século XVIII, o Largo da Carioca – conhecido nessa época como Campo de Santo Antônio – passou por um novo processo de transformação, adquirindo feições e funções cada vez mais urbanas. Podemos dizer que esse processo inicia-se quando nele foi construído o primeiro chafariz, que o batizou como “da Carioca”⁸.

O episódio em questão tem relação direta com o problema de abastecimento de água com o qual sofria o Rio de Janeiro desde os seus primeiros tempos. Visando solucionar este antigo problema, o Governador Aires de Saldanha (gestão de 1719-1725) concluiu a obra do primeiro aqueduto⁹ da cidade, através do qual foram canalizadas as águas do distante Rio Carioca para abastecer a população. Segundo Coaracy (1956), o aqueduto, construído sobre arcadas de madeira, ligava o morro do Desterro (atual morro de Santa Tereza) ao morro de Santo Antônio onde sofria uma inflexão para atingir o Campo de Santo Antônio (atual Largo da Carioca). Neste, as águas desembocavam em um grande chafariz construído com pedras talhadas em Lisboa e com dezesseis bicas ornadas com carrancas de bronze. A chamada “Fonte Carioca”, inaugurada em 1723, contava ainda com tanques para a

⁸ A denominação “da Carioca” também foi dada a rua adjacente ao largo. “Esta rua era anteriormente chamada de Rua do Piolho por causa das carroças chamadas de “piolho” que por ali circulavam vendendo frutas e outros objetos” (SANTANA, 2004, p. 62).

⁹ O primeiro aqueduto, chamado de Arcos Velhos, foi inteiramente substituído pelo governador Gomes Freire de Andrade por um novo de traçado mais racional, ligando diretamente o Morro do Desterro ao Morro de Santo Antônio. Foi assim que surgiram os Arcos da Carioca, cuja configuração perdura até os dias presentes (COARACY, 1956).

lavagem de roupa, que serviam, também, como bebedouro para os cavalos (PEREIRA, 1999).

Figura 5: Ilustração da face principal do primeiro Chafariz de Carioca com as dezesseis carrancas e bicas de bronze.

Fonte: Ludwig & Briggs – Coleção Biblioteca Nacional. Coaracy (1956, p. 155).

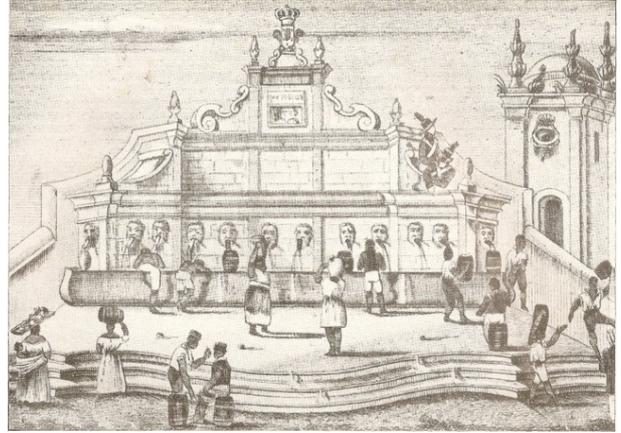


Figura 6: Ilustração dos tanques do primeiro chafariz da Carioca utilizados para lavagem de roupas e para dar água para os animais.

Fonte: Jacob Jansson, 1725. Pereira (1999, p. 44).



Sendo o chafariz a principal fonte de boa água da cidade, logo o largo tornou-se um espaço concorrido atraindo um grande número de pessoas e de diferentes classes sociais como escravos, lavadeiras e senhores. Nessa época, o governador

Gomes Freire de Andrade (gestão de 1733 a 1763) instituiu uma guarda permanente de quadrilheiros no local para controlar a distribuição da água.

Esta foi a origem do nome “Guarda Velha”, que denominou a rua criada no meio da antiga lagoa¹⁰. Originalmente, esta via se chamava Conde de Bobadela, título com o qual foi agraciado o Governador Gomes Freire de Andrade, responsável por terminar de aterrar o que restava da antiga lagoa (ROWER, 2008, p.29). Mais tarde, a expressão “Guarda Velha” denominou outras dependências do largo, como o Circo Olímpico (popularmente conhecido como Circo da Guarda Velha), a cervejaria e o café-concerto que lá se estabeleceram no século XIX.

Outra importante realização do século XVIII e que teve grande impacto sobre a paisagem do Largo da Carioca foi a construção do Hospital da Penitência, erguido sobre o antigo cemitério dos escravos da Ordem Franciscana. Concluído em 1763, o enorme casarão de forma quadrangular possuía três pavimentos e um belo jardim interno. No topo da escada que lhe servia de acesso principal, existia um monumento erguido em homenagem à memória de Luís de Figueiredo e sua mulher, fundadores da Ordem Terceira da Penitência do Rio de Janeiro.

O hospital prestou serviços valiosos à cidade atendendo não só os irmãos da ordem como também as vítimas das epidemias que assolavam a população. Pereira (1999) relata que ao lado do hospital foi aberto o Bar do Necrotério ou o “Chopp dos Mortos”, que funcionava dia e noite atraindo muitos boêmios ao local.

Figura 7: Hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência demolido em 1906.

Fonte: provável Augusto Malta, 1905. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - Coleção Faveret.



¹⁰ O trecho da Rua da Guarda Velha que cortava o largo não existe mais. Entretanto, parte dela corresponde à atual Avenida Traze de Maio.

Na segunda metade do século XVIII, o Conde da Cunha (gestão de 1763 a 1767), mandou cobrir a Vala e o Cano com lajes de pedra transformando-as em ruas transitáveis (GONÇALVES, 2004). Ainda no século XVIII, surgiu outro caminho convergindo para o largo: a Rua dos Latoeiros. Em 1865, esta via passou a se chamar Gonçalves Dias em homenagem ao poeta que nela residiu. Mais tarde, a rua serviu de ponto de partida da primeira linha de bonde puxada a burro instalada no Rio de Janeiro (COARACY, 1956).

Santana (2004) observa que, nessa época, o Largo da Carioca já se configurava como uma região central, ou seja, como um local de encontro e atuação social de diferentes pessoas. Isso tanto pela presença do chafariz, o qual supria a necessidade de abastecimento de água limpa de grande parte dos habitantes da cidade, como pela presença do convento, um elemento agregador de pessoas em torno das atividades ligadas à igreja e à universidade que nele funcionava. Esse papel de centralidade acentuou-se no século XIX, em consequência das rápidas transformações espaciais desencadeadas com a chegada da família real à cidade.

2.1.3. Século XIX: da Chegada da Família Real à implantação das Linhas de Bonde

Em 1808, chega ao Rio de Janeiro o príncipe regente Dom João VI e a corte real portuguesa, desencadeando mudanças na forma e no conteúdo da cidade. Segundo Pereira (1999) a população carioca, que girava em torno de 60 mil habitantes, recebeu cerca de 20 mil novos moradores de um dia para o outro. A estrutura urbana colonial – ainda apertada entre os morros do Castelo, de Santo Antônio, de São Bento e da Conceição – não estava preparada para abrigar tal acréscimo populacional.

Além da questão da moradia, Abreu (2010) analisa que a vinda da família Real, uma classe social até então praticamente inexistente no território carioca, impôs necessidades que atendessem aos seus anseios, e, também, ao desempenho econômico, político e ideológico que a cidade passou a exercer. Principalmente após a Independência do Brasil em 1822, quando o Rio de Janeiro deixa de ser colônia tornando-se capital do Império. Nesse contexto, o Largo da Carioca recebe novos

estabelecimentos e serviços urbanos que alteraram sua paisagem e lhe atribuíram um papel importante na vida cultural e cotidiana da cidade.

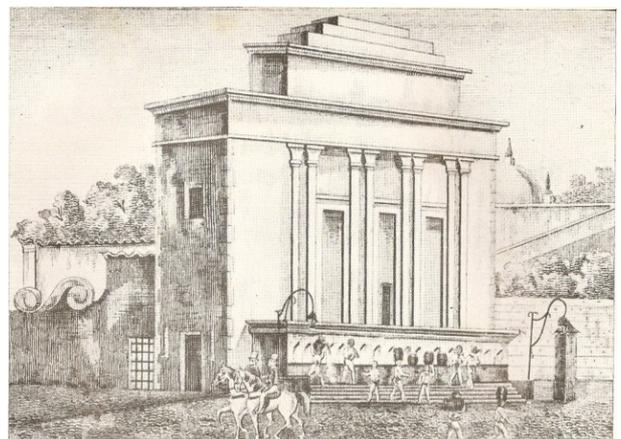
A primeira alteração ocorreu ainda em princípios do século XIX com a derrubada do chafariz original. A antiga fonte d'água foi substituída por um chafariz provisório feito em madeira pintada, imitando granito, e dotado de quarenta bicas. A construção foi logo substituída por um grande chafariz definitivo, inaugurado em 1834. O historiador Vivaldo Coaracy faz uma breve descrição da fonte na qual é possível perceber o impacto da construção na paisagem do largo.

Ainda vive muita gente que se lembra daquela monstruosidade arquitetônica, verdadeiro monumento ao mau gosto, fechando o Largo da carioca. Era uma parede de pedra, simulando a fachada de uma casa, com três portas fingidas, separadas entre si por pilastras esguias. Genuíno trambolho. O que nele distinguia, de interessante e belo, eram as trinta e cinco enormes torneiras de latão brunido que se debruçavam sobre tanques estreitos e longos aos quais dava acesso uma série de degraus extremamente apertados (COARACY, 1956, pg.184).

Apesar da sua “monstruosidade arquitetônica”, o terceiro chafariz prestou um bom serviço à população durante muito tempo, permanecendo no local até o início do século XX, quando foi demolido, após a reformulação do largo.

Figura 8: Ilustração do terceiro Chafariz da Carioca

Fonte: Ludwig & Briggs – Coleção Biblioteca Nacional. Coaracy (1956, p. 170).



Em 1871 inaugurou-se no Largo da Carioca o prestigiado Teatro Lírico. O vasto casarão localizava-se entre da Rua da Guarda Velha com a Rua Senador Dantas (esquina mais tarde conhecida como Tabuleiro da Baiana). O prestígio do Teatro Lírico durou até 1909, quando foi inaugurado nas suas proximidades o Teatro

Municipal. A partir daí, o estabelecimento passou por um processo de decadência até sua demolição em 1934. Em frente ao teatro, existia a Cervejaria da Guarda Velha, primeira indústria da bebida do Brasil. Para atrair os clientes, a administração da fábrica instalou no seu jardim uma área coberta com mesas, cadeiras e um pequeno palco, dando origem ao chamado Café-Concerto da Guarda Velha. Coaracy (1956) relata que esse gênero de estabelecimento era bem comum na vida noturna da cidade.

Compondo o conjunto arquitetônico da Rua da Guarda Velha existiam ainda os edifícios da Imprensa Nacional (ou Tipografia Nacional) e do Liceu das Artes e Ofícios (FAZENDA, 1917). O primeiro foi inaugurado em 1877 e situava-se entre o Teatro Lírio e a escadaria que dava acesso ao Convento de Santo Antônio. Com projeto do engenheiro Paulo Freitas, a arquitetura do edifício em estilo Neomanuelino se destacava na paisagem apresentando dois pavimentos e dois torreões terminados em agulha na fachada principal. O prédio foi demolido em 1938 para o alargamento da Avenida Treze de Maio (CZAJKOWSKI, 2000a).

Figura 9: Prédio da Imprensa Nacional localizado junto a escadaria do convento.

Fonte: Marc Ferrez, 1886. Pereira (1999, p. 63).



Em meados do século XIX, o papel de centralidade que o Largo da Carioca passou a exercer na vida cotidiana da cidade é reforçado com implantação do serviço de bondes. Segundo Abreu (2010), em 1868 a empresa norte-americana *Botanical Garden Railroad Company* (posteriormente Companhia Ferro-Caril do Jardim Botânico) inaugurou sua primeira linha na cidade. Após vinte anos da implantação do serviço, o ponto de partida dos bondes da companhia foi transferido para o Largo da Carioca onde funcionava da seguinte forma:

Entrando pela rua Treze de Maio, os bondes contornavam o Largo, num balão quase circular, saindo pela Rua Senador Dantas, sem necessidade de inverter o sentido do movimento. E este sistema perdurou mesmo depois de adotada a tração elétrica, introduzida nos últimos anos do século XIX, até a remodelação da cidade no tempo de Pereira Passos, quando os bondes passaram a ter o ponto de partida na Galeria Cruzeiro (COARACY, 1956, p. 201).

Figura 10: As linhas bondes em seu percurso pelo Largo da Carioca.

Fonte: Marc Ferrez, 1890. Ermakoff (2006, p. 199).



Em 1882, o primeiro bonde elétrico da Companhia Jardim Botânico fez sua viagem inaugural no largo sob os aplausos da população. Já em 1896, a Companhia Ferro-Caril Carioca começa a atuar na área ligando o largo ao Morro de Santa Tereza através dos Arcos de Bobadela (atual Arcos da Carioca), que nessa época já não mais serviam de aqueduto (PEREIRA, 1999). A concentração de linhas de bonde servindo a diversas partes da cidade transformou o Largo da carioca no ponto central desse sistema de transporte coletivo, atraindo para lá um fluxo populacional ainda maior. Segundo Coaracy (1956), essa movimentação de pessoas acabou estimulando o desenvolvimento do comércio local. Surgiram, assim, confeitarias, cafés, charutarias, jornaleiros e casas de chá.

Figura 11: Estabelecimentos comerciais do Largo da Carioca situados no lado oposto do Hospital da Penitência. Após a reforma Passos, as lojas foram substituídas pelo Hotel Avenida.

Fonte: Autor e data desconhecidos. Acervo do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade.



No final do século XIX, poucas alterações eram perceptíveis na estrutura urbana da cidade. Sua malha ainda conservava as mesmas ruas e praças apertadas e insalubres. Os casarões coloniais, embora reformulados em suas fachadas, também eram os mesmos (PEREIRA, 1999). As grandes transformações verificadas na configuração física tanto da cidade e como no do Largo da Carioca começam no início do século XX, mais precisamente a partir de 1903, quando se inicia a administração do Prefeito Pereira Passos.

2.1.4. Primeira Metade do Século XX: da abertura da Avenida Rio Branco à construção do Tabuleiro da Baiana

Em 1902, o engenheiro Francisco Pereira Passos – antigo membro da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro - foi nomeado para o cargo de Prefeito do Distrito Federal pelo presidente Rodrigues Alves. De acordo com Abreu (2010), em curta gestão, de apenas quatro anos, Passos empreendeu uma verdadeira revolução na estrutura urbana na cidade tendo como principal promotor o próprio poder público. O objetivo de sua reforma consistia em adequar o espaço carioca a sua nova organização social, política e econômica. Em outras palavras, a Reforma Passos visou transformar a cidade colonial em uma capital compatível com a importância de sua função administrativa e simbólica, afrancesada e cosmopolita (VAZ apud MACEDO, 2004, p. 37).

Iniciava-se, assim, o programa intitulado “Embelezamento e Saneamento da Cidade”, provocando sensíveis mudanças no Largo da Carioca e suas adjacências. Para realização das obras viárias, Passos reorganizou a antiga Comissão da Carta Cadastral, que imediatamente uniformizou os PAs, projetos de alinhamento das ruas. Estes, juntamente aos PALs (Projetos de Loteamento) passaram, desde então, a atuar como importantes instrumentos da legislação urbanística da cidade.

Entre as modificações realizadas nas proximidades do largo destaca-se o alargamento das ruas da Assembleia, Uruguaiana e da Carioca, e da Avenida Treze de Maio. Para realizar o alargamento da Rua Uruguaiana foram demolidas as todas edificações do seu lado ímpar. Já na obra de alargamento da Rua da Carioca, demoliram-se as construções localizadas ao longo do lado par da via. Retificou-se,

ainda, a Rua São José, e a Rua Santo Antônio (autal Bitencourt da Silva) ganhou um traçado completamente novo. Além de modificadas, as ruas foram iluminadas e pavimentadas (ABREU, 2010).

Figura 12: Alargamento da Rua Carioca. Para a realização da obra todos os imóveis do lado par foram destruídos.

Fonte: Malta, 1906. Arquivo Geral da Cidade - Coleção Pereira Passos Taveira (2002, p. 20).



A Reforma Passos empreendeu uma série de obras que objetivaram a abertura de avenidas de dimensões monumentais. O Largo da Carioca, até então caracterizado como um espaço apertado, sem vegetação e cercado por edifícios baixos, foi ampliado e ganhou jardins e construções novas com o predomínio de formas de inspiração francesa.

Nesse movimento de renovação, o antigo Hospital da Penitência foi demolido e substituído pelo Edifício Carioca, sede do Correio da Manhã. As quadras situadas entre a nova avenida e o Largo da Carioca ganharam dois importantes edifícios. O primeiro foi o Hotel Avenida, inaugurado em 1911. O edifício localizava-se na esquina da Avenida Central com a Rua São José (trecho não mais existente). Em seu andar térreo ficava a famosa Galeria Cruzeiro, local para onde se transferiu a estação de bonde da Companhia Jardim Botânico (TAVEIRA, 2002).

O segundo edifício, correspondente ao novo Liceu, foi implantado ao lado do Hotel Avenida ocupando toda a quadra situada entre o Largo da Carioca, a Avenida Central e Rua Bitencourt da Silva. Este grande prédio abrigou também o Jornal O Globo, o Café Nice, o Cine Eldorado e a Livraria Freitas Bastos (SANTANA, 2003)¹¹. Com a urbanização, o Largo foi arborizado e recebeu um grande jardim circular onde

¹¹ O Liceu mudou definitivamente sua sede para o edifício em estilo [neomanuelino](#) localizado na Rua Senador Dantas. Inaugurado em 1938, o prédio permanece até hoje no local.

se instalou uma estrutura de bronze com luminárias que, mais tarde, foram substituídas pelo atual relógio da Carioca. O chafariz, embora desativado, permaneceu na praça até 1925 (PEREIRA, 1999).



Figura 13: Demolição do Hospital da Penitência em 1906.

Fonte: Malta, 1906. Taveira (2002, p.20).



Figura 14: Hotel Avenida e Galeria Cruzeiro.

Fonte: Malta, s/d. Taveira (2002, p.19).



Figura 15: Vista do Largo da Carioca a partir do chafariz e após a reformulação de Passos.

Fonte: Autor e data desconhecidos. Ermakoff (2003, p.54).

Durante a gestão de Henrique Dodsworth (1937 a 1945), novas metamorfoses ocorrem no espaço do Largo. Através da Comissão do Plano da Cidade, o prefeito demoliu os prédios da Imprensa Nacional e do Teatro Lírico, alargou a Avenida

Treze de Maio, onde se ergueu o famoso Tabuleiro da Baiana. Esta estação, chamada assim devido ao formato quadrangular da sua enorme laje de cobertura, foi construída com o objetivo de substituir o ponto de bonde da Galeria Cruzeiro localizada no térreo Hotel Avenida. Nesse período, o Largo, que já não apresenta mais o antigo chafariz, recebe o relógio de quatro faces que permanece no mesmo local até os dias atuais.

Figura 16: Construção do Tabuleiro da Baiana. Ao fundo o edifício do Liceu Literário Português.

Fonte: Autor e data desconhecidos. Acervo do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.



Figura 17: Largo da Carioca cortado por ruas em meados do século XX. Ao fundo, vista do Tabuleiro da Baiana.

Fonte: Autor e data desconhecidos. Acervo do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.



As grandes alterações no espaço ocorrem novamente a partir da segunda metade do século XX, com as propostas de desmonte do Morro de Santo Antônio. Nesse período, a paisagem do Largo da Carioca também começa a ganhar feições cada vez mais relacionadas à modernidade dos arranha-céus e seu espaço, antes

cortado por ruas destinadas ao trânsito de automóveis e bondes, se torna finalmente uma área de permanência e circulação exclusiva de pedestres.

2.1.5. Segunda Metade do Século XX: do desmonte do Morro de Santo Antônio à implantação do Metrô

O desmonte do morro era uma ideia antiga. Em 1930, o Plano Agache já pretendia transformar a área ocupada pelo morro em um Centro Monumental¹². Em 1941 José Otacílio Saboya Ribeiro elabora o primeiro projeto de urbanização do Morro de Santo Antônio pressupondo o seu desmonte. Ainda nessa década, o Departamento de Urbanismo, nas pessoas de Affonso Eduardo Reidy e Hermínio de Andrade, estabelece o eixo norte-sul como sendo o principal no plano de urbanização que modificaria bastante esta área (SANTANA; TÂNGARI, 2003).

A partir da Gestão de Dulcídio Cardoso (1952-1954) são finalmente iniciadas as obras de desmonte do Morro de Santo Antônio, o que permitiu a criação de terrenos altamente valorizados na área central da cidade e forneceu o material necessário para construção do Aterro do Flamengo (ABREU, 2010, p. 131). Entretanto, a conclusão do desmonte e o início da urbanização dos terrenos resultantes só ocorreriam na administração de Negrão de Lima (1956-1958), através do Plano de Realizações e Obras com recursos administrados pela Superintendência de Urbanização e Saneamento – SURSAN.

Durante a administração de Negrão Lima encerra-se a concessão do serviço de bonde da Companhia Jardim Botânico na cidade¹³ e inicia-se a construção do Edifício Avenida Central. Projetado em 1957 pelo arquiteto Henrique Ephim Mindlin, este prédio deu início modernização da arquitetura do Largo da Carioca ao introduzir

¹² Durante a gestão do prefeito Prado Júnior, um grupo de arquitetos franceses liderados por Alfred Agache elaborou o primeiro plano diretor da cidade que ficou conhecido como Plano Agache. Embora suas propostas não tenham sido realizadas (com exceção da Praça Paris), o plano já considerava o desmonte do Morro de Santo Antônio (Abreu, 2010, p. 86).

¹³ De acordo com Abreu (2010) a prefeitura municipal decidiu não renovar o contrato com a empresa tendo em vista que os bondes já haviam perdido a sua importância frente ao aumento do tráfego de automóveis na cidade. Cabe ressaltar que antiga linha da Companhia Ferro-Caril Carioca ligando o centro ao Bairro de Santa Tereza continuou prestando este serviço à cidade. Entretanto, com o desmonte do Morro de Santo Antônio, sua estação situada no Largo da Carioca foi transferida para a Rua Lélío Gama junto ao Edifício Sede da Petrobrás.

a tipologia arquitetônica “torre-sobre-placa” e o sistema construtivo em estrutura metálica (CZAJKOWSKI, 2000 b).

Na administração de José Joaquim de Sá Freire Alvim (1958-1960), o último prefeito do antigo Distrito Federal, inaugura-se a da Avenida República do Chile – eixo viário aberto no meio do Morro de Santo Antônio – ao longo da qual se ergueu, nos anos seguintes, uma série de arranha-céus. Entre eles, os edifícios da Petrobrás (1969), do BNDES (1982), da Caixa Econômica Federal (1971) e a Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro (1976) (CZAJKOWSKI, 2000b). Nesse movimento de renovação, antigas construções foram demolidas. Entre elas, o Hotel Avenida, o Tabuleiro da Baiana, o antigo Liceu e o Edifício Sede do Correio da Manhã. Grande parte do que sobrou do morro corresponde à colina que continua abrigando o Convento de Santo Antônio e definindo um dos limites físicos do largo.

Figura 18: No canto direito da imagem visualiza-se o Edifício Avenida Central inaugurando uma nova tipologia arquitetônica no Largo da carioca.

Fonte: Autor e data desconhecidos. Ministério da Educação e Cultura, IPHAN Rio de Janeiro, arquivo.



Figura 19: Início da abertura da Avenida República do Chile.

Fonte: Autor e data desconhecidos. Taveira (2002, p. 47).



Na década de 1970 o Largo da Carioca se transforma em um imenso canteiro de obras para a construção do Metrô. Em 1981 inaugura-se a estação Carioca, que ocupa quase todo o subsolo da área. Após esse período, o espaço entrou novamente em obras. As principais mudanças introduzidas foram a construção de uma praça cercada por grade junto ao convento e a delimitação de um grande corredor para circulação exclusiva de pedestres cruzando o largo da Avenida Nilo Peçanha a Avenida Chile (MARCIAL, 2008). O projeto de reurbanização da área incluía, ainda, o trabalho paisagístico de Roberto Burle Marx com inserção de jardins e piso de pedras portuguesas, passando por algumas etapas até chegar à configuração atual.

Figura 20: O Largo da Carioca durante as obras de construção da estação do metrô.

Fonte: Acervo do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.



Século XXI: o largo atual

Através de uma breve exposição, baseada em relatos históricos, descrevemos uma série de ações de modificação empreendidas na forma e na paisagem do Largo. Ao longo desse processo, elementos antigos foram ora sendo substituídos, ora testemunhando o surgimento de novos elementos. Baseando-nos nesses relatos, podemos lançar um olhar sobre o atual Largo da Carioca como “resultado material acumulado das ações humanas através do tempo” (SANTOS, 2006, p. 69), e ressaltar em sua configuração aspectos de sua memória construída, ou o que os geógrafos chamam de “rugosidades”.

Milton Santos nos explica que a “rugosidade” é o que fica do passado como forma, ou espaço construído, “o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. Assim, “em cada lugar, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas” (op. cit., p. 92). Nesta perspectiva, o Largo da Carioca expressa de maneira exemplar esse “acumular de tempos”, pois além de possuir a peculiaridade de ser um dos espaços públicos mais antigos da cidade do Rio de Janeiro, ele destaca-se, ainda, pelo caráter constantemente renovado de sua configuração física que, apesar disso, ainda guarda as marcas deixadas pelo longo processo de sua constituição.

Nas páginas seguintes, apresentamos inicialmente um resumo do processo de conformação do Largo da Carioca através dos mapas criados por Barreiros (1965) e dos panoramas elaborados por Pereira (1999). Em seguida, apresentamos a atual configuração física da área à luz de algumas das suas “rugosidades”, destacando em sua materialidade esse “acumular de tempos” através de elementos urbanos (construções e ruas) originários de períodos diferentes.

LARGO DA CARIOCA - DESENVOLVIMENTO URBANO

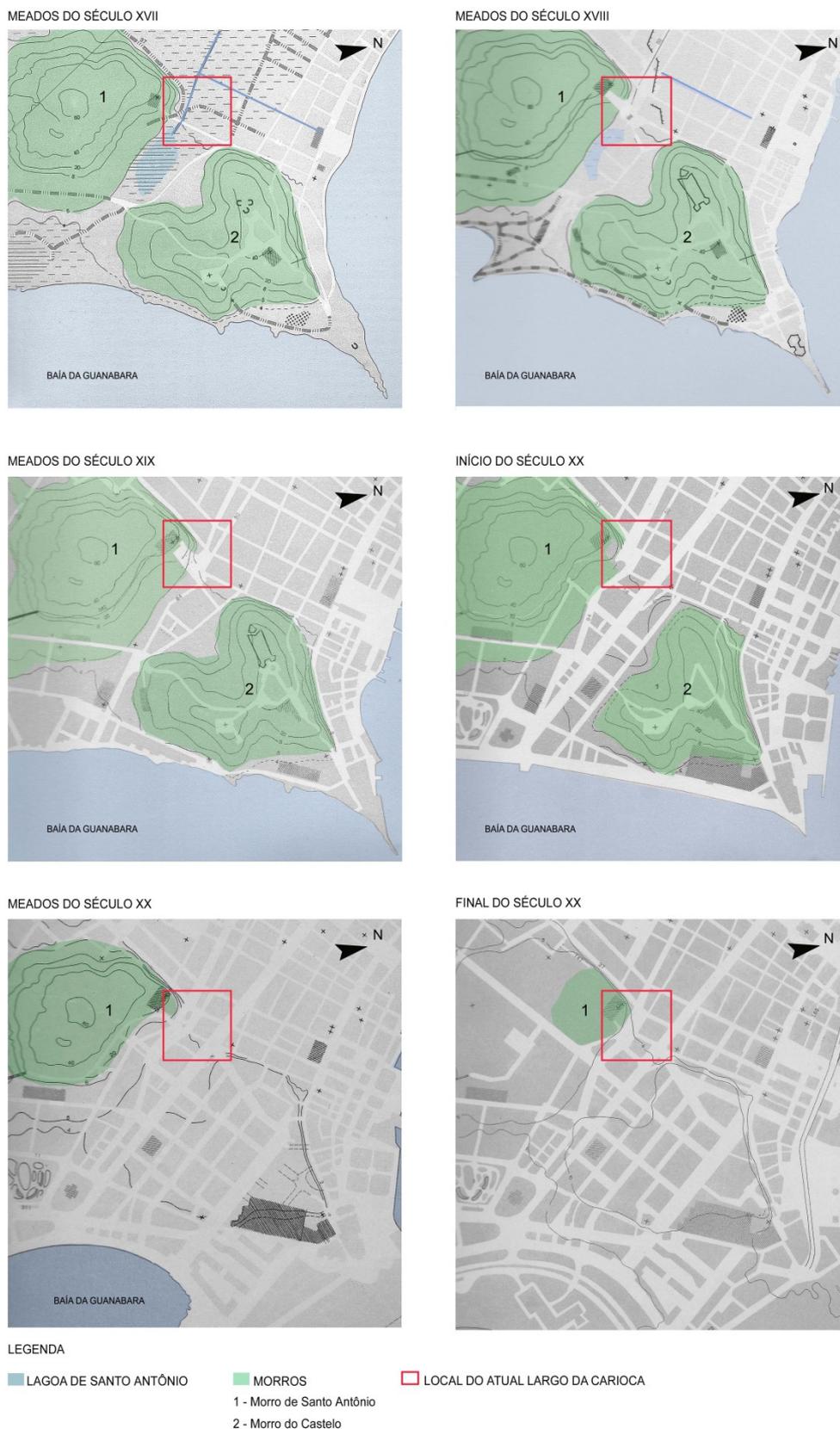


Figura 21: Mapas evidenciando o processo de conformação do Largo da Carioca e seu entorno.

Fonte: Intervenção sobre os mapas de Barreiros, 1965, p. 13-26.

LARGO DA CARIOCA - TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM



Meados do Século XVII



Meados do Século XVIII



Meados do Século XIX



Início do Século XX



Meados do Século XX



Final do Século XX

Figura 22: Panoramas evidenciando as transformações ocorridas na paisagem do Largo da Carioca.

Fonte: Pereira (1999).

LARGO DA CARIOCA - "RUGOSIDADES"



LEGENDA

- Meados do Século XVII
- Meados do Século XVIII
- Meados do Século XIX
- Início do Século XX
- Meados do Século XX
- Final do Século XX

1. Convento de Santo Antônio
2. Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da penitência
3. Liceu Literário Potuguês
4. Edifício Avenida central
5. Edifício Sede da Petrobrás

6. Edifício Sede da Caixa Econômica Federal
7. Estação Metrô Carioca
8. BNDES



Visada

Figura 23: Paisagem atual do Largo da Carioca e alguns de seus aspectos de memória construída. Fonte: acervo pessoal.

Fonte: intervenção sobre base cartográfica digitalizada da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e imagem do programa *Google Earth*.

2.2. Lugar Memória oficial

Este subcapítulo tem como objetivo caracterizar o Largo da Carioca como um Lugar de Memória Oficial. No presente trabalho, este é entendido como o lugar associado a uma memória instituída que responde pela totalidade social de uma comunidade, abrangendo a diversidade de grupos e indivíduos existentes dentro dela, mesmo que, porventura, os negue, desconsiderando ou não reconhecendo suas tradições e particularidades. Aqui, o Lugar de Memória será representativo do patrimônio construído listados pelas leis, decretos e instituições públicas.

No Rio de Janeiro, a atual política de preservação do patrimônio histórico estrutura-se, basicamente, através de três esferas institucionais: no âmbito nacional, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPAHN/DPHAN/IPHAN); no âmbito estadual, através do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), sucessor da antiga DPAH (primeiro órgão de patrimônio cultural em nível estadual de todo o país criado em 1964), e no âmbito municipal, através do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), sucessora da Secretaria do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design (SEDREPAC).

Neste subcapítulo, investigamos como cada um desses órgãos atuam no Largo da Carioca identificando os bens tombados e os conjuntos e ambiências protegidas, bem como as narrativas atribuídas a esses elementos. Ao final, buscamos estabelecer uma síntese das informações obtidas em um mapa, produzindo, assim, uma base comparativa para as representações de memórias individuais.

2.2.1. Atuação do IPHAN no Largo da Carioca

A atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no largo da Carioca se restringe à proteção do complexo religioso formado pelo Convento e Igreja de Santo Antônio e pela Igreja de São Francisco da Penitência, cemitério e Museu de Arte Sacra. Os bens são protegidos através de dois processos diferentes de tombamento conforme especifica a tabela abaixo.

Bem Tombado	Ano Tombamento	Ano Construção	Classificação	Localização na área Central
Convento e Igreja de Santo Antônio	1938	Século XVII	Arquitetura Religiosa	Largo da Carioca
Igreja de São Francisco da Penitência, cemitério e Museu de Arte Sacra	1938	1653	Arquitetura Religiosa	Largo da Carioca

Figura 24: Tabela dos bens tombados pelo SPHAN /IPHAN no Largo da Carioca

Fonte: CARRAZZONI apud MACEDO, 2004, p. 56.

Cabe ressaltar que o tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar o Patrimônio Cultural. O instrumento foi instituído pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, primeiro instrumento legal de proteção do patrimônio cultural no Brasil responsável pela criação do IPAHN. Pela legislação federal, o patrimônio nacional é definido como "conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (DECRETO LEI N.º 25, de 30 de novembro de 1937, artigo 1º).

No processo de tombamento federal, os bens são considerados parte integrante do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional depois de inscritos, separados ou agrupados em um dos quatro livros de tombo: o Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Livro de Tombo Histórico; o Livro de Tombo das Belas

Artes e o Livro de Tombo das Artes Aplicadas. Os bens ficam assim protegidos de destruição, mutilações e demolições (DECRETO LEI N.º 25, de 30 de novembro de 1937, capítulo II: Do Tombamento e capítulo III: Dos Efeitos do Tombamento).

O conjunto formado pelo Convento e Igreja de Santo Antônio e conjunto formado pela Igreja de São Francisco da Penitência, cemitério e Museu de Arte Sacra são tombados, respectivamente, pelos processos n.º 0007-T-38 e n.º 0022-T-38 e inscritos nos livros Belas Artes e Histórico. A inscrição nestes livros associa os bens ao conjunto de obras de valor histórico e de arte erudita nacional ou estrangeira. O tombamento dos bens inclui ainda todo o acervo dos mesmos, conforme com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN de 13/08/85 (LISTA DOS BENS CULTURAIS INSCRITOS NOS LIVROS DO TOMBO (1938-2012) - IPHAN, 2013, p. 112 e 117).

The image shows two pages of a document from the Ministry of Education and Culture (Ministério da Educação e Cultura). Both pages are titled 'INSCRITO' and feature the national emblem. The left page is for process 7-T-38, 'S. P. H. A. N. / D. E. P. T. Seção de História', and lists 'CONVENTO-IGREJA: SANTO ANTÔNIO' and 'RIO DE JANEIRO - GUANABARA (ATUAL CIDADE e Município do RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO)'. It includes a handwritten note: 'O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 13/08/1985, referente ao Processo Administrativo n.º 13/85/SPHAN.' The right page is for process 22-T-38, 'S. P. H. A. N. / D. E. P. T. ARQUIVO', and lists '1) IGREJA: SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA' and '2) IGREJA: SÃO FRANCISCO DA PRAIEIRA RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO'. Both pages have a 'DISTRIBUIÇÃO' column.

Figura 25: Capa dos processos de tombamento do Convento e Igreja de Santo Antônio e da Igreja

Apesar de possuírem processos independentes de tombamento, o IPHAN considera que os bens formam um só conjunto arquitetônico sobre o Morro de Santo Antônio, conforme aponta a descrição presente na ficha de cadastro do Convento e Igreja de Santo Antônio:

A edificação constitui-se de um bloco de maior volume (3 pisos) destinado ao Convento e Retiro Monástico, ligado à igreja de Santo Antônio aberto ao público para o culto e atividades religiosas. A construção data do início do século XVII para instalações dos provinciais franciscanos à época da consolidação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro após a expulsão dos franceses. Sua pedra fundamental foi lançada em 04.06.1608 no Morro de Santo Antônio (ex outeiro do Carmo) e a obra se estendeu por várias décadas. **Formando um só conjunto com a construção em 1651 da Capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência.** Sua arquitetura monástica em estilo Barroco tem **marcante presença no centro da cidade, como testemunha de sua história e acontecimentos importantes ligados ao seu desenvolvimento** (SPHAN – Pró Memória – 6º DR, Ficha de Cadastro do Bem Tombado, Monumento: Convento de Santo Antônio, p. 4, grifo nosso).



Figura 26: O conjunto arquitetônico religioso do Largo da Carioca tombado pelo SPHAN/DPHAN/IPHAN. Vista a partir do Edifício Avenida Central.

Fonte: Acervo pessoal.

2.2.2. Atuação do INEPAC no Largo da Carioca

O INEPAC é um órgão executivo do sistema estadual de proteção ao patrimônio cultural, que tem no Conselho Estadual de Tombamento o órgão normativo e deliberativo. Ambos encontram-se inseridos no âmbito de atuação da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro.

No texto¹⁴ comemorativo dos vinte cinco anos do instituto, o arquiteto urbanista Gustavo Rocha-Peixoto (antigo membro da instituição) descreve a criação do órgão e relata sua diferença com relação ao tombamento executado pelo IPHAN no âmbito federal. Segundo o autor, a atuação INEPAC iniciou-se através da DPHA (Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico), primeiro órgão de patrimônio cultural estadual de todo o país criado em dezembro de 1964 pelo decreto "N" n.º 346 (substituído pelo Decreto-lei n.º 2, de 1969). O objetivo principal do novo órgão era a preservação de um espectro mais amplo de bens de significado diversificado e vinculados à cultura do Estado.

Ao não concentrar prioritariamente a sua atuação na proteção de bens de grande valor erudito ou histórico o novo órgão incidiu mais um campo de ação diverso do órgão federal DPHAN/IPHAN indo ao encontro - logo de saída - de bens culturais de importância mais especificamente estadual (ROCHA-PEIXOTO, 1990).

Apesar dessa ampliação do conceito de bem cultural, que passou a incorporar exemplares da arquitetura eclética e modernista, além de elementos da paisagem natural, a atuação do INEPAC no Largo da Carioca propriamente dito se restringe ao tombamento do Relógio da Carioca. Além deste, o instituto também protege o Bonde de Santa Tereza e o conjunto edificado da Rua da Carioca como resposta aos pedidos de preservação solicitados pela SARCA (Sociedade Amigos da Rua da Carioca). A tabela a seguir apresenta a relação de bens tombados no âmbito estadual no Largo e nas suas proximidades.

¹⁴ O artigo completo encontra-se disponível no site da instituição:
<http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2>

Bem Cultural	Data do Tombamento	Processo
Relógio do Largo da Carioca - Centro_ II RA	26.01.1983 (tombamento definitivo)	E- 3/012.189/81
Rua da Carioca, Centro Lado par: n.º 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 20, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46/48, 50, 52, 54, 56, 58/60, 62, 66, 70, 72, 78. Lado ímpar: n.º 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21/23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 39, 41, 43, 45, 47, 49/51, 53, 55, 57, 61,77, 81, 83, 85, 87. Sendo: 41- terreno baldio, 58/60 – foi desapropriado e virou rua das Flores, 49/51 – Cinema Iris (tombamento isolado), 87 – terreno baldio _ II RA	04.07.1983 26.08.1985 (tombamento definitivo)	E-03/037.709/82
Bondes de Santa Teresa, incluindo todo o sistema de transporte, inclusive os trilhos, mecanismos e acessórios ligados ao funcionamento dos bondinhos abertos (as duas linhas que trafegam os bondes: Dois Irmãos e Paula Mattos, esta última chegando ao Corpo de Bombeiros - bairro de Santa Teresa – e Centro), bem como a garagem e oficina situados no final do pequeno ramal que sai do Largo do Guimarães, Santa Teresa _ XXIII RA.	19.10.1983 08.04.1988 (tombamento definitivo)	E-03/31.269/83

Figura 27 Tabela dos bens tombados pelo INEPAC no Largo da Carioca

Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Guia>. Acesso: junho, 2013.

A legislação atual do Tombamento estadual é composta pelo Decreto-lei n.º 2, de 1969, pela Lei n.º 509, de 3 de dezembro de 1981, que criou o Conselho Estadual de Tombamento; pelo Decreto n.º 5.808, de 13 de julho de 1982, que regulamentou a lei anterior; e pelo Decreto n.º 23.055, de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre a tutela do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo a Lei n.º 509, de 3 de dezembro de 1981 constituem o patrimônio histórico, artístico e paisagístico do Estado da Guanabara os bens públicos ou particulares situados no território estadual, a partir de tombamento pela inscrição no livro próprio. De acordo com o processo de tombamento do Relógio da Carioca, ele se insere na categoria II de bens, especificada pela legislação citada. Esta categoria relaciona o Relógio da Carioca aos elementos diretamente associados a fato memorável da história local.



Figura 28: Relógio da Carioca

Fonte: acervo pessoal.

2.2.3. Atuação do IRPH no Largo da Carioca

No âmbito municipal, o Largo da Carioca se insere na área de atuação do Projeto Corredor Cultural, o primeiro projeto de preservação de parte do centro histórico da cidade que extrapola a preservação de edifícios isolados, introduzindo estratégias de preservação na escala de um conjunto. O projeto foi concebido em 1979, dentro da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, liderada pelo então Superintendente de Planejamento, Armando Leitão Mendes. Desde sua criação até os dias atuais, o projeto passou por diferentes estágios com relação às formas de gestão, à inserção institucional e ao enfoque dado aos espaços a serem preservados (MACEDO, 2004). Atualmente, encontra-se sob a tutela do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), instituição sucessora da antiga Secretaria do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design (SEDREPAC).

Segundo Ernesto Leão, arquiteto urbanista do IRPH, o Projeto Corredor Cultural foi uma iniciativa pioneira a partir da qual outras áreas de proteção foram criadas como a APAC¹⁵. Nas palavras do arquiteto “o Corredor Cultural foi uma semente que se plantou no que se refere à proteção de patrimônio municipal, fugindo de uma ótica de monumento observada na atuação do IPHAN e no INEPAC passando a valorizar as ambiências e os diferentes conjuntos urbanos que a cidade pode ter” (ERNESTO LEÃO: depoimento [jun. 2013]).

Segundo Macedo (2004), o projeto inaugurou uma nova lógica de intervenção na cidade ao introduzir uma política de desenvolvimento urbano associada à preservação das antigas estruturas urbanas¹⁶. Nesta direção, combinando um binômio aparentemente contraditório: renovação e preservação, o projeto assumiu o

¹⁵ Em 1992, com o Plano Diretor Decenal, Lei Complementar 16/1992, estabeleceu-se os alicerces para uma política pública de proteção do patrimônio cultural instituindo a Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC, instrumento utilizado para a proteção do ambiente construído.

¹⁶ Macedo (2004) descreve que um conjunto de fatores contribuiu para essa inversão na lógica de intervenção sobre o espaço Carioca, que até a década de 1970 era marcada pelas intervenções de renovação de tecido e arrasamento de morros. Entre eles, destaca-se a descentralização das políticas de preservação do patrimônio histórico, o que levou a criação de políticas municipais de preservação, a mobilização das comunidades atingidas pelas demolições e a reivindicação da sociedade carioca pela preservação construções da área central. O autor aponta que esses fatores repercutiram na elaboração do Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro (Pub-Rio), de 1978. Nele, são apresentadas pela primeira vez diretrizes de preservação do tecido urbano. A partir disso, surgem os primeiros Decretos de Preservação Ambiental e Paisagística para a área central e o Projeto do Corredor Cultural, que desenvolve em suas propostas vários aspectos tratados nesses decretos e no PUB-Rio.

desafio de equilibrar e compatibilizar esses dois conceitos em suas ações, ao entender “a preservação como uma intervenção dinâmica que não deve engessar os espaços da cidade” (MACEDO, 2004, p. 19).

Em sua fase de concepção, as propostas foram construídas sob a ótica de dois grupos: a Câmara Técnica, composta por intelectuais cariocas ligados à cultura, como artistas, poetas, escritores, jornalistas; e a Equipe Técnica, constituída por técnicos da Prefeitura Municipal dentre os quais destaca-se a participação do arquiteto e urbanista Augusto Ivan Freitas Pinheiro. As leituras e discussões estabelecidas pelos integrantes dos dois grupos foram publicadas no primeiro documento oficial do projeto sob o título de “Corredor Cultural SMP 1979”.

Este documento descreve que o projeto surgiu a partir da constatação de que a tendência de “especialização da função financeira e de negócios” havia gerado um processo de esvaziamento da área central da cidade como espaço “polarizador de atividades de recreação e de lazer” (CORREDOR CULTURAL SMP 1979, 1979, p. 15). Segundo os técnicos e intelectuais envolvidos na concepção do projeto, estas atividades¹⁷ eram entendidas como funções tradicionais do centro do Rio de Janeiro constituindo um forte traço de sua identidade. Nesta direção, a preservação da área só seria possível através do controle dessa especialização e do incentivo às atividades culturais e de lazer.

O nome do projeto de preservação “Corredor Cultural” remete, portanto, a utilização da cultura como estratégia de controle do processo de descaracterização da área central da cidade. No documento ele é descrito da seguinte forma:

Na medida em que a cidade evolui é comum se ver que esta função [recreação e lazer] se desenvolveu ao longo do tempo em um espaço que se poderia classificar de “corredor”, tendo em vista o seu caráter aglutinante e suas necessidades de interligação em uma faixa do espaço urbana, condicionadas pela sua operacionalidade. Assim, teatros, cinemas, bares e restaurantes comumente se encontram concentrados ou distribuídos linearmente. **Por “Corredor Cultural” definiu-se o espaço em que a função cultural se estabeleceu, de maneira contínua, do núcleo central da área urbana da Cidade do Rio de Janeiro, segundo características específicas histórico-arquitetônicas e recreativas** (CORREDOR CULTURAL SMP 1979, 1979, p. 23, grifo nosso).

¹⁷ As atividades culturais de recreação e de lazer da área central a que se refere o documento seriam: pequeno comércio varejista, bares, restaurantes, casa de chá, livrarias, antiquários, teatros, cinemas, salas de música, casas noturnas etc. que normalmente funcionam em prédios mais antigos, geralmente de três pavimentos.

Nesta perceptiva, o objetivo básico da proposta é “criar condições para a revitalização das atividades culturais e recreativas na área central, visto que essas atividades dependem de um suporte físico-espacial adequado” (op. cit., p. 24). O suporte físico para a manutenção dessas atividades seria todo o conjunto formado por imóveis que não tinham interesse histórico isoladamente segundo os órgãos federais e estaduais responsáveis pela sua proteção, “mas em consonância com as atividades tradicionais compunham a ambiência e a identidade da área central” (MACEDO, 2004, p. 26). Como objetivos intermediários, o projeto busca “a consolidação e preservação de determinados espaços históricos e culturais, que fazem parte da memória da cidade” (CORREDOR CULTURAL SMP 1979, 1979, p. 24).

Para execução desses objetivos foram utilizados instrumentos institucionais como legislação urbanística, PA e PAL, posturas municipais, legislação tributária, desenho de mobiliário urbano, projeto paisagístico, sinalização urbana e revisão de traçado. Para implantação da primeira etapa do projeto delimitou-se uma área prioritária abrangendo os seguintes setores: Arcos da Lapa, Cinelândia, Carioca e entorno do Largo de São Francisco. No interior de cada um desses setores foram definidas as seguintes propostas de intervenção: “preservação ambiental”, “reestruturação urbana”, “revitalização de atividades” e “amenização do espaço ambiental” (op. cit., p. 32).

A intervenção de “amenização do espaço ambiental” foi direcionada ao setor da Carioca, qualificado pelos técnicos e intelectuais como elemento de articulação e integração do corredor cultural:

Limitado pelo Largo da Carioca, Avenida Almirante Barroso, Avenida Rio Branco e Rua São José. Área consolidada configurada espacialmente pelo Morro de Santo Antônio (preservado), Edifício Avenida Central e Caixa Econômica Federal (30 pavimentos). Existe uma estação de Metrô (confluências das linha 1 e 2) em seu interior. Apresenta-se como área de integração (Centro Articulado) dos diferentes setores que compõem o corredor cultural (op. cit., p. 34).

As intervenções de “amenização do espaço ambiental” consistiam na implantação de ações de melhoria ambiental através de projetos paisagísticos,

inserção de mobiliário urbano e pintura de empenas cegas dos imóveis. Na década de 1979, o Largo da Carioca encontrava-se prejudicado pelas obras do Metrô. Além disso, prevendo o aumento do fluxo de pedestres após a inauguração da Estação Carioca, foi visto como necessário criar condições para circulação, permanência e descanso com a inserção de mobiliário urbano e projeto paisagístico adequado. De acordo com o documento, o Convento de Santo Antônio foi considerado elemento condicionante para composição ambiental da área. Para melhorar o fluxo de pedestres, foi proposta a supressão de uma pequena via de tráfego existente no local e melhoria da sinalização das ruas do entorno.

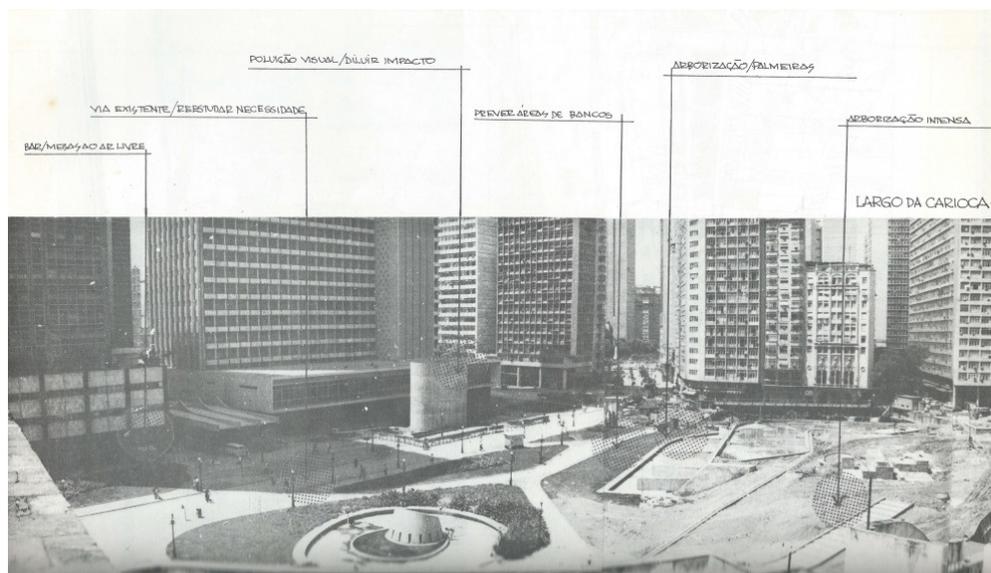


Figura 29: Intervenção de Amenização do Espaço Ambiental no Largo da Carioca.

Fonte: CORREDOR CULTURAL SMP 1979, 1979, p. 90.

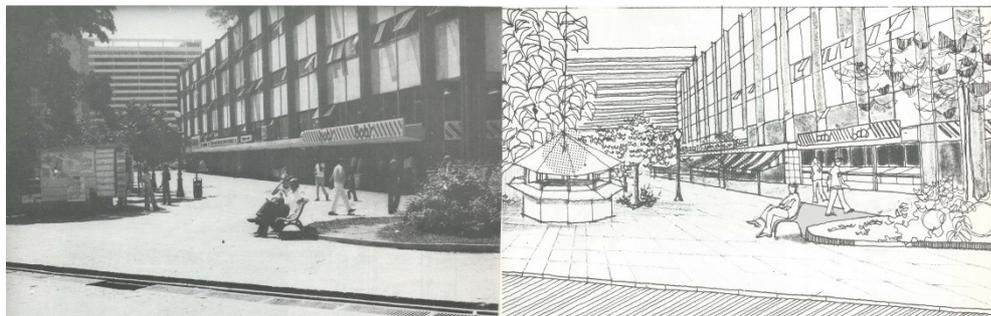


Figura 30: Intervenção de Amenização do Espaço Ambiental no Largo da Carioca.



Figura 31: Intervenção de Amenização do Espaço Ambiental no Largo da Carioca.

Segundo Macedo (2004), após o lançamento do documento oficial em 1979, o Projeto Corredor Cultural passa pela fase de implantação e consolidação que se estende de 1980 a 1989. Nesse período, cria-se o Decreto n.º 4.141, de 14 de julho de 1983, através do qual foram regulamentadas as delimitações do Corredor Cultural e as condições de uso e ocupação do solo constante no PA n.º 10.290 e no PAL n.º 38.871.

Mais tarde, a Lei n.º 506, de 17 de janeiro de 1984¹⁸ cria a Zona Especial do Corredor Cultural de Preservação Paisagística e Ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, garantido uma legislação mais sólida e detalhada para o projeto. A delimitação da Zona Especial do Corredor Cultural foi ampliada com relação àquela estabelecida pelo decreto anterior. Além disso, área foi subdividida segundo três classificações: Subzona de Preservação Ambiental, Subzona de Reconstituição e Subzona de Renovação. Mais tarde, esta lei foi complementada e modificada pela Lei n.º 1.139, de dezembro de 1987, que substituiu os PA e o PAL anteriores pelos PA n.º 10.600 e no PAL n.º 41.632 e instruiu somente duas subzonas: a Subzona de Preservação Ambiental e Subzona de Renovação.

¹⁸ O texto completo da Lei n.º 506, de 17 de janeiro de 1984 encontra-se disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/centro_lei506_84_corredor_cultural.pdf.

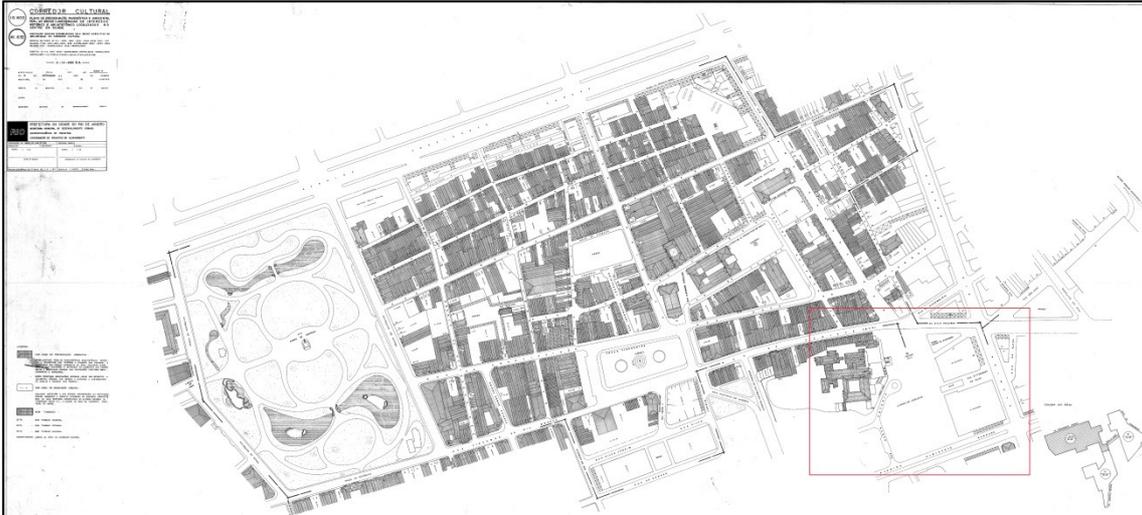


Figura 32: PA n.º 10.600 e no PAL n.º 41.632. Delimitação da Zona Especial do Corredor Cultural e suas subzonas.

Fonte: intervenção sobre documento digitalizado fornecido pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

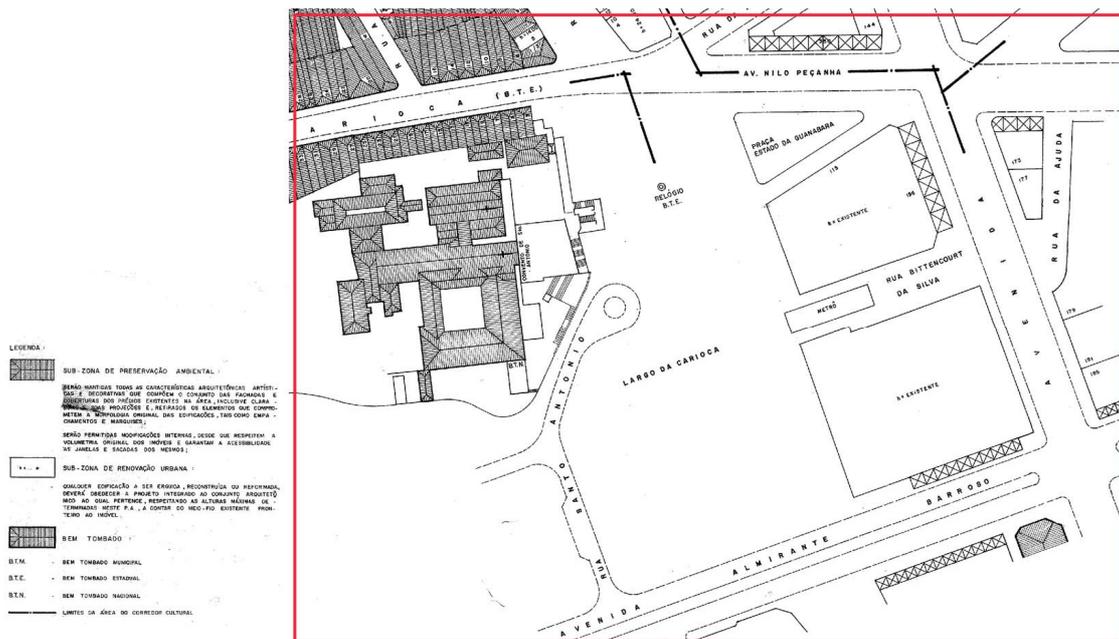


Figura 33: PA n.º 10.600 e no PAL n.º 41.632. Trecho do Largo da Carioca classificado como Subzona de Renovação Urbana.

Fonte: Intervenção sobre documento digitalizado. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Esta é subdivisão vigente do Projeto do Corredor Cultural sobre a qual nos relata o arquiteto e urbanista *Ernesto Leão*, um dos técnicos do IRPH responsáveis pela atual gestão do projeto:

No Corredor Cultural você tem duas subáreas: Subárea de Renovação Urbana e Subárea de Preservação Ambiental. Nesta entra o conceito de preservação, ou seja, o quê a gente busca com a preservação de um determinado bem e de um determinado conjunto de edificações? É resguardar a ambiência do local. E essa ambiência a gente acaba garantindo com a preservação dos elementos de fachada, cobertura, ornatos, a volumetria da edificação... A gente pode até mexer nas partes internas da edificação com certa flexibilidade, até porque precisamos adequar os usos desses edifícios que tiveram uma determinada finalidade e num determinado momento de construção, mas hoje com a própria dinâmica da cidade eles precisaram e precisam ter sua função adequada as necessidades do dia a dia. Aquilo que o tempo demanda de novo. Então, os imóveis que estão nessa Subárea de Preservação recebem esse tratamento. Têm também os imóveis que pertencem à Subárea de Renovação Urbana, que são aqueles imóveis que, a princípio, não formam aquela ambiência característica do Corredor Urbano, já estão ligados a própria modernização do Centro, a movimentação de construções novas. Nesse caso nós temos que ter um olhar para que essas transformações não levem a descaracterizar aquilo que se manteve (ERNETO LEÃO: depoimento [jun. 2013]).

Segundo *Ernesto Leão*, o Largo da Carioca é predominantemente uma Subárea de Renovação. Sobre a preservação da ambiência do Largo da Carioca o arquiteto relata que qualquer intervenção empreendida na área deve seguir determinados parâmetros estéticos para não piorar a descaracterização que já existe na mesma. Entre os parâmetros estabelecidos, cita a limitação de gabarito nos lotes passíveis de renovação urbana e o controle dos materiais aplicados nas reformas e o controle dos anúncios publicitários.

2.2.4. Síntese

No que se refere ao patrimônio construído do Largo da Carioca, a atuação do IPHAN e do INEPAC se restringe à preservação, respectivamente, do conjunto religioso franciscano e do Relógio da Carioca. Estes são protegidos como elementos isolados através do instrumento de tombamento federal e estadual com a inscrição nos Livros de Tombo os quais associam os bens aos elementos de importância estética e diretamente associados a fato memorável da história nacional e local.

No âmbito municipal, o Largo da Carioca como um todo é protegido pelo Projeto Corredor Cultural, cuja atuação sobre o espaço vai além da preservação de edifícios isolados, introduzindo estratégias de preservação de sua ambiência e se desdobra, sobretudo, na delimitação de uma área. Na estrutura do Projeto, o Largo é

entendido, predominantemente, como um elemento de articulação do Corredor Cultural e como um espaço associado a uma memória mais recente do desenvolvimento urbano do Centro, referente ao período de modernização e das novas construções. No mapa a seguir, buscamos estabelecer uma síntese das informações obtidas produzindo uma representação do Largo da Carioca como Lugar de Memória Oficial que servirá como base comparativa para as representações de memórias individuais.

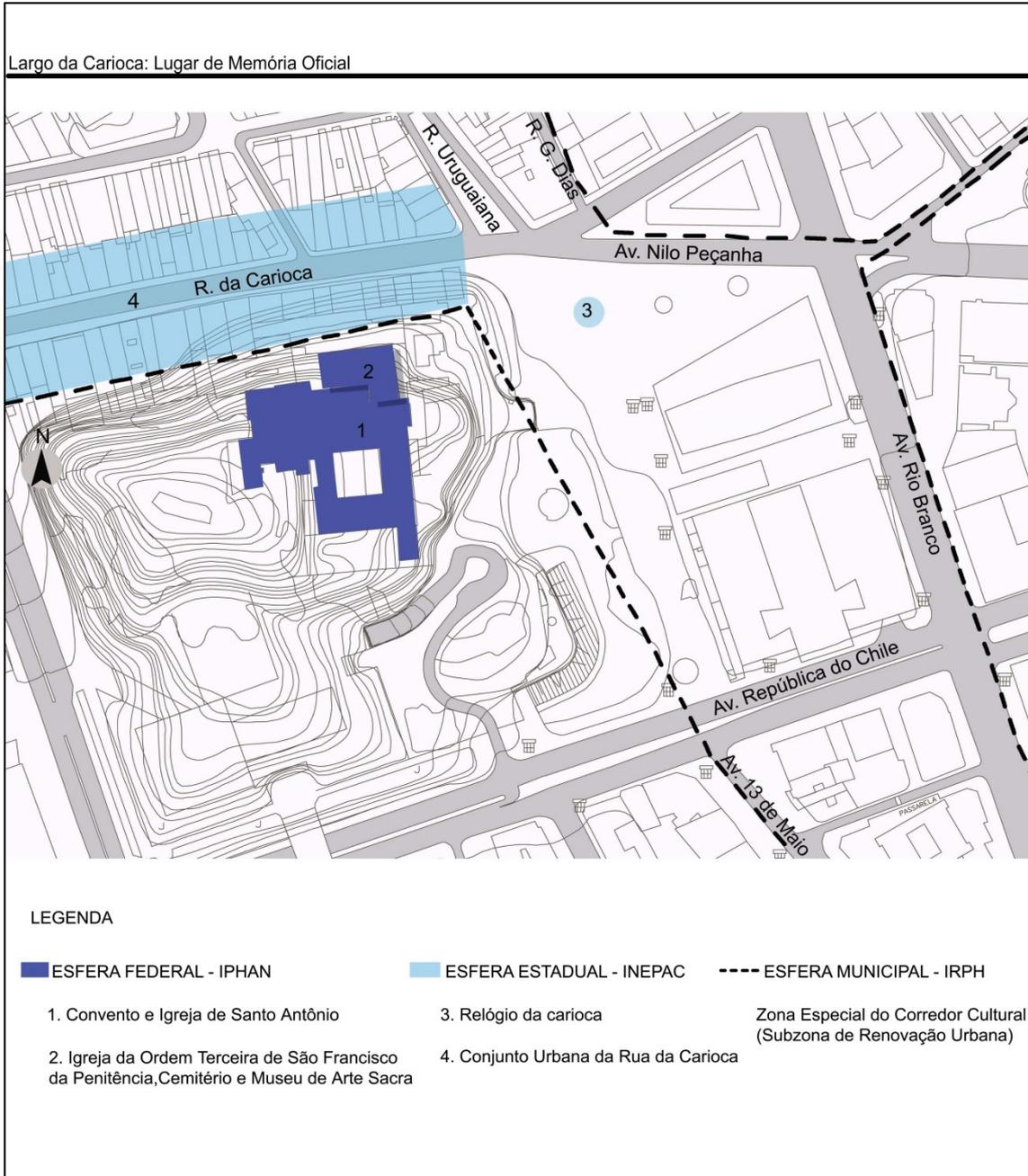


Figura 34: Largo da Carioca: ambiências e bens instituídos nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Fonte: intervenção sobre base cartográfica digitalizada da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

3

Representações de Memórias Individuais Sociais associadas ao Largo da Carioca

Este capítulo tem como objetivo construir um experimento capaz dar visibilidade às memórias individuais associadas ao Largo da Carioca, através dos métodos da história oral e dos mapas mentais. Nossa intenção é mostrar das memórias individuais no estudo do lugar de memória. Estes registros alcançam uma memória pessoal que, como se buscará mostrar, é também uma memória social, coletiva.

Esta etapa da pesquisa estruturou-se em três partes, ou subcapítulos: Procedimentos, Trabalho de Campo e Interpretações.

No primeiro subcapítulo, definimos o tipo de pesquisa adotada. Além disso, estudamos procedimentos considerados pertinentes à construção do nosso experimento.

No segundo subcapítulo partimos para aplicação direta dos procedimentos definidos em campo. Esta etapa é dividida em três instâncias: reconhecimento, quando observamos as relações sócio-espaciais *in loco*, e, a partir disso, selecionamos nossos informantes; teste piloto, quando nos aproximamos dos procedimentos metodológicos adotados; e trabalho de campo final, momento em que aplicamos as entrevistas e mapas mentais ao universo amostral definido.

No terceiro subcapítulo, a partir do cruzamento entre os conceitos trazidos da teoria e o material produzido na prática de campo, dedicamo-nos à interpretação das entrevistas e dos mapas mentais. Por fim, buscamos reconhecer as diferenças e similaridades entre o lugar da memória oficial e o lugar das memórias individuais no Largo da Carioca.

3.1. Procedimentos

3.1.1. Pesquisa Qualitativa

Nossa investigação partiu do questionamento de qual tipo de pesquisa seria seguida. Os objetivos delineados nos conduziram à pesquisa qualitativa. Segundo Goldenberg (2004), na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é

com a representatividade numérica do objeto pesquisado, mas com o aprofundamento de sua compreensão seja ele um grupo social, uma instituição, uma trajetória, um lugar etc. Corroborando com a autora, Minayo afirma que:

A pesquisa qualitativa se preocupa com questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um **universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes**, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] **a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e das relações humanas, um lado não perceptível e captável em equações, médias e estatísticas** (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Nos procedimentos adotados neste trabalho – abrangendo desde a escolha do universo amostral de informantes, passando pela realização da pesquisa propriamente dita, até a fase de interpretação do material coletado –, não houve uma preocupação em projetar resultados numéricos para a população, ou para um determinado espaço da cidade. Nosso objetivo foi o de construir um caminho analítico capaz de contribuir para a compreensão dos aspectos de memória do Largo da Carioca ressaltando o ponto de vista de seus usuários.

Para empreender uma abordagem qualitativa sobre os objetivos propostos foi necessário ir à campo e observar *in loco* como os indivíduos se relacionam com o nosso recorte empírico. De acordo com Minayo (2002) o trabalho de campo representa uma possibilidade de aproximação ao objeto de estudo, e de criação de conhecimento partindo da realidade presente no campo. Este, entendendo como um “recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação” (op. cit., p. 53).

Nesta direção a partir do trabalho de campo construímos o nosso universo amostral e estabelecemos uma abordagem direta com os informantes selecionados. Nesse ponto, nos apoiamos nos estudos desenvolvidos por Bosi (1994, 2003), Alberti (2004) e Ferreira e Amado (2006), cujos trabalhos exploram a história de vida e a história oral como técnica e metodologia para a realização das entrevistas; e nos estudos desenvolvidos por Kohlsdorf (1996) e Seemann (2003), cujos trabalhos

exploram, entre outros, os mapas mentais como método para entendimento da relação entre usuários e espaço.

3.1.2. História Oral

Alberti (2013) afirma que a história oral é potencialmente útil ao estudo da história das memórias por permitir o acesso a uma pluralidade de percepções do passado. Além disso, afirma que uma de suas principais vantagens resulta, justamente, do fascínio e da riqueza do vivido, no qual a representatividade da experiência individual residirá no fato de que os indivíduos comuns concentram em si características dos grupos nos quais estão envolvidos. Nesse sentido, a autora ressalta a importância do estudo das memórias individuais para entender o processo de negociação que leva a construção de uma identidade coletiva.

Estudar essa história é estudar o trabalho de constituição e de formalização de memórias, continuamente negociadas. A constituição da memória é importante porque está atrelada à construção de identidade. [...]. Ela é resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade (ALBERTI, 2013, p. 27).

De acordo com Ferreira e Amado (2006) é possível identificar três principais status da História Oral: o primeiro advoga ser ela uma técnica; o segundo, uma disciplina; e o terceiro, uma metodologia. Interessa-nos aqui explorá-la como técnica e metodologia de pesquisa. No primeiro caso, ela se constitui basicamente na gravação de entrevistas tendo como um dos seus principais alicerces a narrativa. Isso significa que o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado, suas experiências, em linguagem selecionando e organizando os acontecimentos – e os lugares desses acontecimentos – segundo determinados sentidos.

Como metodologia, Ferreira e Amado (2006) afirmam que a história oral atua como uma “ponte entre teoria e prática”. Neste sentido, como qualquer outra metodologia, ela apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho, tais como os diversos tipos de entrevistas e suas implicações para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos e as diversas maneiras do

pesquisador relacionar-se com os seus entrevistados. Para os autores, em seu status de metodologia a história oral será capaz de apenas suscitar questões, jamais de solucioná-las. As soluções devem ser buscadas na teoria, pois é ela que oferece o embasamento e os meios de refletir sobre o conhecimento transmitido pelas fontes orais.

Os autores nos trazem, ainda, orientações pertinentes sobre três questões essenciais relativas à realização das entrevistas: a seleção do entrevistado, o lugar da entrevista e o tipo da entrevista. Com relação à primeira, afirmam que deve-se ter em conta, por exemplo, a faixa etária do entrevistado e a importância do entrevistador estabelecer uma relação de confiança com ele. Com relação à segunda, descrevem que, em suma, não existe uma recomendação específica quanto ao melhor lugar para realização da entrevista. Todavia, advertem sobre a influência que o lugar escolhido pode exercer sobre o entrevistado. Sobre a última questão, Ferreira e Amado (2006) afirmam que existem basicamente três tipos de entrevista: diretiva, quando o questionário é detalhado e preciso; não-diretiva, se ela for deixada totalmente livre; e semidiretiva, se ela se configurar como um meio-termo entre “um monólogo de uma testemunha e um questionamento direto” (op.cit., p. 237).

A escolha dos entrevistados, do número de entrevistados, do tipo de entrevista, e do local da entrevista são decisões que dependem, obviamente, dos interesses do pesquisador, dentro dos quais cada uma das possibilidades apresentará vantagens e desvantagens. Nesta perspectiva, Eclea Bosi nos traz contribuições valiosas para a utilização da História oral aplicada ao estudo da relação entre memória e espaço.

Em “Memória e Sociedade: lembranças de velhos”, a autora se ocupa em colher e dar “existência escritural” as memórias individuais de oito sujeitos idosos.

Não se trata de uma obra com proposta amostral: o intuito que me levou a empreendê-la foi registrar a voz e, através dela, a vida e o pensamento de seres que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós (BOSI, 1994, 37).

Estabelecendo uma abordagem qualitativa em sua pesquisa, o estudo se concentrou nas memórias dos velhos, considerados pela autora como testemunhas

privilegiadas, uma vez que nas suas lembranças é possível verificar uma história social mais definida: “os velhos são a fonte onde jorra a cultura, o ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara” (op. cit., p. 18). Os jovens, mesmo os adultos, estão mais comprometidos com as lutas e contradições do presente, enquanto os velhos se ocupam mais longamente com o passado. Para o jovem a memória é fuga, arte e lazer. Para o velho, dirá Bosi, lembrar é narrar consciente e atentamente a sua própria.

Em uma obra mais recente intitulada “O tempo vivo da Memória: ensaios de Psicologia Social”, Ecléa Bosi afirma que a memória dos velhos é diferente da memória oficial. Suas lacunas e recortes são diferentes das histórias que se lê nos livros, e sua narração traz algo de profundamente verdadeiro: a emoção da experiência. Além disso, afirma que “a memória dos velhos desdobra e alarga de tal maneira os horizontes da cultura que faz crescer junto com ela o pesquisador e a sociedade em que se insere” (BOSI, 2003, p. 199).

Assim como Bosi (1994, 2003), consideramos os idosos como testemunhas privilegiadas, pois é na sua memória que podemos melhor observar as transformações ocorridas no espaço – suas mudanças e permanências –, e a complexidade do caráter social da memória individual teorizado por Halbwachs. Com relação ao tipo de entrevista, consideramos a semi-diretiva a mais adequada ao estudo da memória. Neste sentido, um roteiro de perguntas previamente formuladas foi aplicado a todos os entrevistados com o intuito de direcionar suas narrativas ao nosso objeto de interesse, mas, ao mesmo tempo, deixando certo grau de liberdade ao trabalho de elaboração de suas memórias. Por fim, com relação ao local da entrevista, entendemos que as entrevistas deveriam ser realizadas, preferencialmente, no próprio Largo da Carioca, buscando com isso, testá-lo como elemento de estímulo e ponto de partida à construção das narrativas.

3.1.3. Mapas Mentais

De acordo com Kohlsdorf (1996, p. 117), os “mapas mentais” se apresentam como “cartas subjetivas nas quais se expressam os valores visuais da cidade conforme o concebe quem o desenha”. A autora observa que frequentemente essas

representações espaciais vão além de projeções ortogonais sobre um plano horizontal, contendo, muitas vezes, perspectivas, elevações, símbolos e inscrições verbais conformando um rico conjunto que expressa a imagem do espaço percebido e imaginado pelos indivíduos. Segundo Kohlsdorf a imagem intersubjetiva, ou compartilhada pelos sujeitos pode ser obtida a partir da sobreposição dos mapas que compuseram o universo, ou através da identificação das incidências de diversos elementos, observando as suas qualidades métricas, geométricas e de localização (op. cit., p. 118).

Seemann considera que a cartografia, em seu sentido amplo, pode oferecer uma valiosa contribuição para trabalhar com a memória e o espaço simultaneamente e, nesta perspectiva, afirma que a espacialização das memórias através de desenhos ou mapas mentais pode servir como narrativa. O autor nos explica que nas pesquisas que trabalham com questões de percepção ambiental os mapas mentais não devem ser vistos como produtos cartográficos sujeitos a regras de projeção, escala ou precisão, mas como formas de comunicar, interpretar e imaginar conhecimentos ambientais. Nesse sentido, essas representações devem se lidas como mapeamentos (processos) e não como produtos estáticos. “O mapeamento assim [...] inclui o que é lembrado, imaginado, contemplado. O mundo figurado através do mapeamento pode ser material ou imaterial, existente ou desejado, inteiro ou em partes, experimentado, lembrado ou projetado em várias maneiras” (2003, p. 3).

Citando o geógrafo Yi-Fu Tuan, o autor apresenta cinco funções dos mapas mentais que apontam seu potencial metodológico: “eles nos preparam para comunicar efetivamente informações espaciais; eles tornam possível ensaiar comportamento espacial na mente; eles são dispositivos mnemônicos; eles são meios de estruturar e armazenar conhecimento; e eles são mundos imaginários, porque permitem retratar lugares não acessíveis para as pessoas” (TUAN apud. SEEMANN, 2003, p. 8).

Por tais considerações, o mapa mental foi um dos instrumentos técnicos utilizados para dar visibilidade às narrativas de memórias individuais associadas ao Largo da Carioca. Isso não só pela sua pertinência técnica para no registro da

percepção que os sujeitos têm sobre determinado espaço, mas porque ao representar graficamente o seu espaço físico particular, o indivíduo faz associações com partes dele, e tais seleções estão impregnadas de lembranças.

De fato não há percepção que não esteja impregnada de lembranças. Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada (BERGSON, 2011, p. 86).

Além disso, por mais pessoais que estas lembranças sejam – estando ligadas à história de vida do sujeito –, elas suscitam imagens e valores que são compartilhadas por outros indivíduos.

Kohlsdorf (op. cit., p. 118) descreve que o meio mais comum de se operar um mapa mental procede solicitando-se ao entrevistado que desenhe de memória um determinado espaço sem induzir a qualquer classificação. Em outra possibilidade, o pesquisador pode encaminhar para registro de certas categorias importantes à intenção de seu trabalho. No processo de desenho dos mapas optamos por não induzir o informante a classificações pré-estabelecidas.

3.2. Trabalho de Campo

O trabalho de campo foi dividido em três instâncias: reconhecimento, quando selecionamos informantes privilegiados a partir da observação *in loco* da relação entre usuários e espaço; teste piloto, quando nos aproximamos e apuramos os procedimentos adotados entrevistando um informante; e trabalho de campo final, quando aplicamos as entrevistas e mapas mentais ao universo amostral definido. É importante esclarecer que essas instâncias não se desenvolveram de modo linear ou como uma série de ações sequenciais, mas como momentos que no decorrer trabalho de campo se misturaram e se complementaram. O quadro a seguir detalha os objetivos, procedimentos e o local de realização de cada uma dessas instâncias.

Instâncias	Objetivo	Procedimento	Onde
Reconhecimento	Reconhecer o objeto empírico de estudo, seus atores/usuários e definir o universo amostral de informantes.	Observação <i>in loco</i> , levantamento fotográfico e entrevistas preliminares.	No Largo da Carioca.
Teste Piloto	Testar os procedimentos adotados com o objetivo de determinar a estrutura final da entrevista e como proceder na aplicação dos mapas mentais.	Entrevistas e mapas mentais, com posterior análise.	No Largo da Carioca e fora dele
Trabalho de Campo Final	Realizar a pesquisa efetivamente.	Entrevistas e mapas mentais com posterior análise.	No Largo da Carioca e fora dele.

Figura 35: – Tabela detalhando os objetivos, procedimentos e o local de realização de cada uma dessas instâncias.

3.2.1. Reconhecimento

Realizada entre março e abril de 2012, a etapa de reconhecimento teve como objetivo selecionar informantes para realização do nosso experimento. Para tanto, foi necessário que inicialmente reconhecêssemos o Largo da Carioca, sua movimentação e cotidiano urbanos, e, a partir disso, descobrir quem são seus atores/usuários. Através da observação direta em diversos horários do dia e dias da semana, acompanhada de fotografia, e da aplicação de perguntas preliminares, as primeiras visitas implicaram, assim, no ato de cultivarmos um primeiro envolvimento com o espaço.

Observar o Largo da Carioca como espaço público que abarca uma série de atividades do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro colocou-nos frente ao movimento de idas e vindas de pedestres; as “rodinhas” dos artistas que, de momento em momento, se formam e se desfazem; aos camelôs vendendo suas mercadorias na área cercada nas proximidades do edifício do BNDES; aos artesãos e pintores da Rua Bitencourt da Silva; às pessoas descansando e conversando; e

outras subindo a escadaria da Igreja e Convento para rezar, ou simplesmente para contemplar o largo do alto. Além deste, o movimento dos guardas municipais cuidando do Largo e orientando os passantes; os moradores de rua dormindo junto ao Edifício da Caixa Econômica; o entre sai de pessoas do metrô e do Edifício Avenida Central; e os sujeitos lendo as últimas notícias nos jornais pendurados nas bancas de jornal.

Espaço de passagem e de descanso, de lazer e de trabalho, do sagrado e do profano, a dinâmica de uso do Largo pode ser expressa pela combinação constante destas dualidades. Esse contraste constante entre movimento e pausa revela-se, também, nos primeiros contatos com os usuários, quando questionados sobre sua relação com o espaço:

- 1- *Isso aqui é uma **sala de espera**. Se você não tem resposta de emprego, e para não voltar para casa, você vem para o Largo da Carioca* (informante S. H. S., 25 anos, sentado nos bancos da área certada junto ao Convento).
- 2- *Pra mim isso aqui é um **local de descanso**... Venho aqui sempre. Trabalho em uma loja na Rua da Carioca* (A., 32 anos, parado na porta do Metrô).
- 3- *Trabalho na Petrobrás, então **eu passo por aqui todos os dias**...* (informante F., 23 anos, passando pelo Largo).
- 4- *Aqui dá para dizer que a praça é nossa. **É para extravasar**. Eu admiro o largo, podem falar o que quiser, mas eu gosto daqui* (informante R.F., 59 anos, passando pelo Largo).
- 5- *O largo é muito isso, interação. É um espaço democrático. Tenho uma relação afetiva, ele me contagia, **gosto de ouvir música** aqui na banca* (informante S.N., 65 anos, em pé junto à Banca Princesinha da Carioca).

Na página a seguir, apresentamos o esquema dos usos do Largo da Carioca observados durante o trabalho de campo.

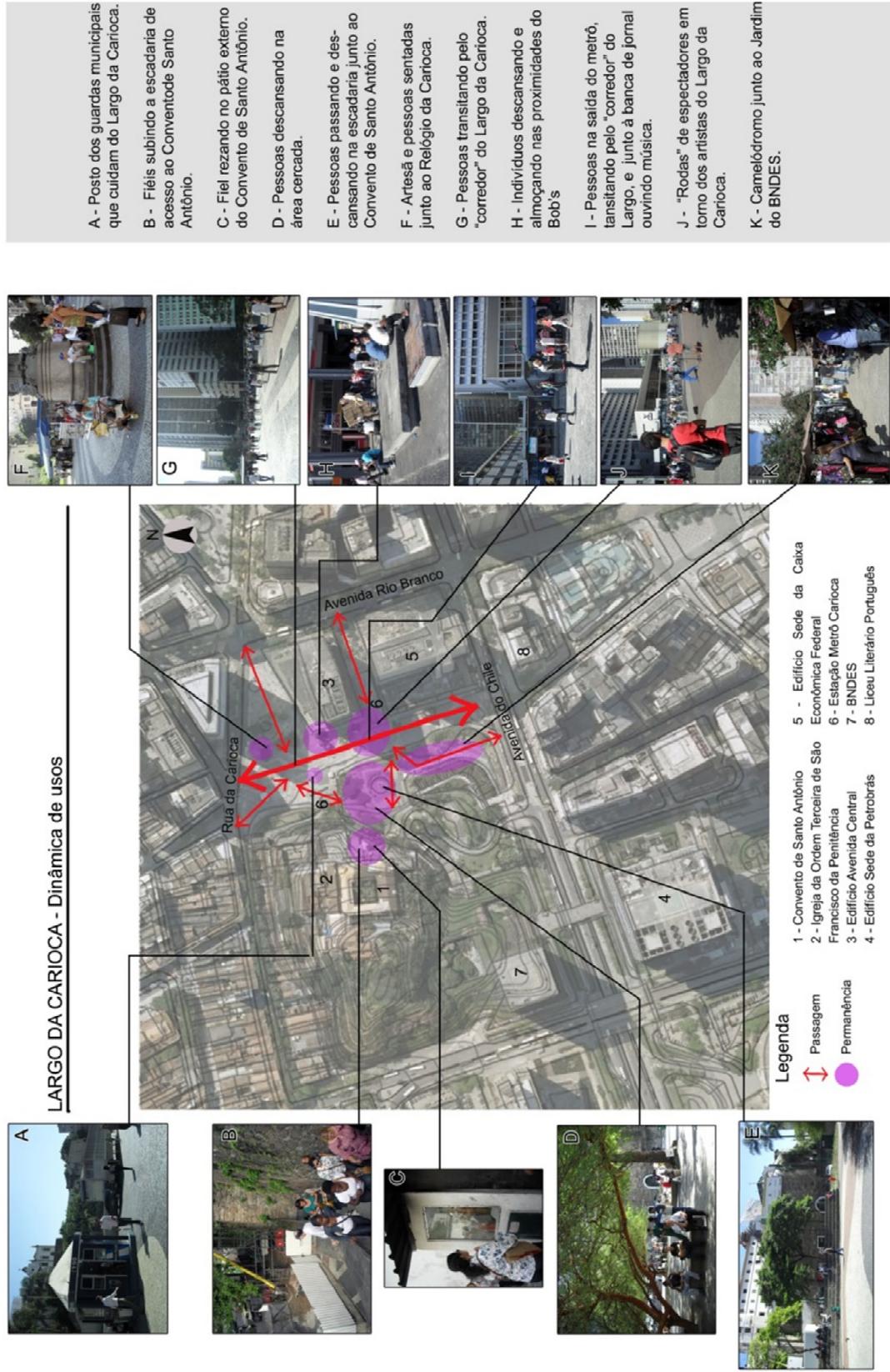


Figura 36 – esquema dos usos do Largo da Carioca observados durante o trabalho de campo

Como resultado dessa experiência, que chamamos aqui reconhecimento, baseada na observação *in loco* acompanhada de registros fotográficos e na abordagem direta dos usuários com questionários preliminares selecionamos 6 informantes escolhidos em função de sua disponibilidade de participar do experimento, o grau de envolvimento com e no espaço, o tipo de relação sócio-espacial que eles mantêm com ele e a faixa etária.

Nota-se que, com relação ao número de indivíduos selecionados, é importante ressaltar que não temos a intenção de validar estatisticamente um universo amostral. Estabelecendo uma abordagem qualitativa, o principal compromisso do trabalho de campo é com o próprio processo de construção do experimento capaz de dar visibilidade as narrativas individuais. Em outras palavras, a representatividade do grupo selecionado se dá não pelo número de indivíduos que o compõe, mas por suas narrativas, são estas histórias e vivências com o espaço estudado que dão o peso à pesquisa e à realização do exercício empírico.

3.2.2. Teste Piloto

O teste piloto consistiu em uma aproximação do experimento testado com um usuário do Largo da Carioca. Para essa instância selecionamos um dos informantes idosos abordados na fase de reconhecimento. Seu critério de seleção levou em conta sua faixa etária – acima de 60 anos – sua relação múltipla com o largo – passagem, trabalho e descanso – e seu interesse e disponibilidade em participar pesquisa.

Com relação à idade do entrevistado, a escolha de um informante idoso para realização desta etapa visou, também, definir um tempo máximo de duração da entrevista que não fosse cansativo ao entrevistado. Além disso, procuramos testar as reais possibilidades de utilização da técnica dos mapas mentais junto aos informantes, uma vez que nem todos sabem, ou se sentem confortáveis em desenhar. Em todo este processo, o respeito ao informante foi aspecto primordial para nós, desde a explicação para o que se destinava a pesquisa, passando pela

solicitação de utilização de gravador de voz, até a preservação da identidade do entrevistado e a transcrição fidedigna de suas falas.

O teste piloto foi realizado no dia 14/05/2013, das 11h00min da manhã às 13h00min horas da tarde e foi dividido em duas partes. Na primeira parte realizamos uma entrevista semidiretiva no Largo da Carioca, no qual pedimos que informante descrevesse sua relação com o espaço, as lembranças a ele associadas e os elementos diretamente associados as suas lembranças (monumentos, construções e espaços). Na segunda parte, realizada imediatamente depois da entrevista, solicitamos ao informante desenhasse o Largo da Carioca na forma de um mapa mental e nele identificasse os elementos associados as suas memórias.

Durante a realização do desenho anotamos a ordem dos objetos representados e perguntamos ao informante os significados atribuídos a eles. Em alguns momentos esse questionamento não foi necessário. No processo de elaboração do mapa, por muitas vezes o informante espontaneamente explicava o porquê de cada um dos elementos representados e as lembranças a eles associadas. Neste processo, observamos que o desenho funcionou como uma técnica complementar às entrevistas, nos ajudando a identificar os referenciais espaciais das suas lembranças, uma vez que alguns elementos que não avisam sido mencionados durante a entrevista, foram representados no mapa.

O informante, ao elaborar o mapa, procurou inicialmente estruturar o espaço antes de desenhar os elementos diretamente associados a suas lembranças. Além disso, o entrevistado em questão representou aspectos espaciais não mais existentes fisicamente, mas que de alguma forma permaneciam na sua memória. Por esse motivo solicitamos que ao final do mapa, ele reforçasse sua seleção envolvendo os elementos associados as suas memórias com cores diferentes, uma para aqueles objetos existentes ou visíveis, e outra para os não mais existentes fisicamente, mais presentes na sua imagem mental do lugar.

Embora a técnica dos mapas mentais tenha sido satisfatória com o informante selecionado, procuramos desde já encontrar meios alternativos de obtenção de uma leitura mais direta dos aspectos de espacialidade das memórias individuais. Nesse

sentido, no trabalho de campo final, além do material para elaboração dos mapas, levamos imagens panorâmicas e aéreas do espaço para servir de base sobre a qual os informantes que não concordassem com o procedimento do mapa, pudessem selecionar as referências espaciais de suas lembranças. Obviamente, este procedimento não substitui o mapa mental, técnica que compreende muito mais que a simples seleção de objetos, envolvendo também a maneira como estes objetos e o próprio espaço são representados. Entretanto, entendemos que mesmo limitada, a utilização das imagens seja uma alternativa válida.

3.2.3. Trabalho de Campo Final

O trabalho de Campo final foi realizado entre os meses de maio e julho 2013 com três informantes idosos (entre 60 e 82 anos de idade) e dois informantes jovens (um com 25 anos e o outro com 30 anos de idade). Além destes, entrevistamos também um informante de 53 anos, filho de um dos informantes idosos. No que diz respeito à relação com o largo, os indivíduos entrevistados estabelecem diferentes formas de uso com o espaço como passar, consumir, cuidar, descansar e trabalhar.

É importante evidenciar que entre o contato inicial até a realização da trabalho de campo final propriamente dito, houve um período de tempo necessário para que entrevistador e informante se conhecessem minimamente, e com isso construíssem uma relação de confiança que culminou na concessão das entrevistas e na elaboração do mapas mentais. Em outras palavras, houve, antes da realização do trabalho final, um período de conquista e envolvimento, no qual as visitas constantes do pesquisador ao Largo contrubuíram para que a relação entre entrevistador e informante fosse consolidada.

Com relação à seleção dos dois informantes jovens, escolhemos um indivíduo que cuida do largo e um indivíduo que o frequenta com o intuito de consumir. Com isso, procuramos selecionar indivíduos que estabelecem relações distintas, de permanência e passagem. Com relação aos informantes idosos, selecionamos um indivíduo que trabalha no Largo e seu filho, que desenvolve a mesma atividade que o pai. Além destes, um indivíduo que não trabalha mas que estabelece uma relação de

permanência com e no largo, utilizando-o como espaço de larzer e de descanso; e o último que o utiliza como espaço de passagem.

As entrevistas e os mapas foram realizados em diferentes dias da semana, conforme a disponibilidade dos informantes e seguindo as observações e os procedimentos aplicados no teste piloto. Com relação às entrevistas, utilizamos o mesmo roteiro semiestruturado de perguntas com todos entrevistados, adicionando, eventualmente, outras perguntas conforme o desenvolvimento da entrevista. Sobre isso, podemos citar a entrevista realizada com informnte V.G. (25 anos, consumir) a quem questionamos sobre as memórias tomadas de “empréstimo” de livros ou de narrativas de outros indivíduos, além das memórias de suas próprias vivências no e com Largo.

3.2.4. Interpretações: Mapas Mentais e Entrevistas

Neste subcapítulo bordaremos mais detalhadamente o processo do experimento realizado com cada entrevistado, revelando a reconstrução de suas memórias associadas ao largo, tanto através das narrativas orais como gráficas. Descreveremos nosso contato inicial com o entrevistado, o processo de conquista, suas memórias e como os conceitos do aporte teórico da pesquisa se sustentam em suas falas.

- S. N. (64 anos/descansar)

O primeiro contato com o informante se deu junto à banca de jornal localizada próxima a entrada do Edifício Avenida Central. Logo de início, o senhor S.N. se mostro interessado em participar do experimento, e evidenciou em suas primeiras falas um forte laço afetivo com o espaço. Quando questionado sobre a sua relação de uso com o largo, o entrevistado a descreveu como intensa e próxima, ligada tanto as suas atividades de lazer como de trabalho.

“Minha relação com o Largo é bastante intensa porque eu passo muito por aqui. Eu tenho clientes no Centro, onde eu faço muito trabalho. Então, é constante eu estar passando aqui no Largo. E isso há muito tempo. Eu moro aqui perto, no Bairro de Fátima, e é comum seus moradores andarem até aqui porque é perto, então, qualquer coisa que a gente tem que fazer: banco, escritórios... a gente vem

andando por aqui. Então esse é um caminho comum que eu passo várias vezes na semana. Além disso, tem as atrações que o Largo oferece: feiras, shows... Essa paisagem sempre mudando de dia, as pessoas, os acontecimentos... Então o Largo passa a ser uma coisa muito próxima da gente” (S. N. 60 anos/ descansar).

A entrevista propriamente dita só ocorreu por volta de duas semanas depois desse primeiro encontro. Durante esse tempo, mantivemos contato com o informante por telefone até o dia da entrevista, realizada no Largo da Carioca. Sentados no anfiteatro localizado na área cercada junto ao Convento de Santo Antônio, iniciamos nossa conversa questionando sobre as lembranças associadas aquele espaço da cidade. Em sua resposta pudemos observar que a todo momento, S. N. se coloca na perspectiva de algum grupo do qual faz parte para reconstruir suas lembranças. E como membro de algum grupo que o informante extrai e reconstrói suas lembranças, evidenciando o aspecto social e a ideia pertencimento da memória individual teorizada por Halbwachs (1990). Suas lembranças, como o próprio entrevistado afirma, são múltiplas, assim como são múltiplos com grupos que lhe são peculiares. Ora estas lembranças se associam ao grupo político de juventude, e ou ao grupo de amigos com os quais pulava carnaval.

“Minhas lembranças do Largo da Carioca são muitas e variadas. Por muitos momentos eu vim aqui no Largo. Desde as campanhas do PDT e do Brizola a gente tinha o Largo da Carioca como o lugar para a gente se manifestar” (S.N., 64 anos).

“Ah, tem o carnaval! É fatal, a gente normalmente se encontra aqui para brincar no “Bola Preta”. Eu tenho um grupo de amigos e saímos todos os anos no “Cordão do Bola Preta”. Sempre marcamos de nos encontrar aqui porque lá na Cinelândia ficava muito cheio. Vários momentos da minha vida eu passei por aqui, e às vezes o objetivo era o próprio Largo da Carioca, como os encontros” (S.N., 64 anos).

Outro aspecto interessante em sua narrativa oral é o caráter biográfico de sua memória. Para o informante narrar suas memórias sobre o Largo da Carioca é narrar sua história pessoal de vida, aspecto esse que segundo Bosi (1994) é uma característica peculiar da memória dos velhos.

“Eu tenho uma passagem bastante importante na minha vida. No início do meu casamento, eu me encontrava aqui com a minha mulher. Nós saíamos do trabalho e a gente ficava ali no Bob’s um tempo depois íamos para algum cinema. O Largo da Carioca serviu durante algum tempo como pano

de fundo para o nosso namoro. Nesse sentido, o Largo da Carioca participou de uma maneira bastante saudosa na minha vida. Hoje eu e Elaine não somos mais casados”

A segunda parte do exercício, referente à elaboração do mapa mental, foi realizada no mesmo dia e fora do Largo Carioca. Com isso, objetivamos identificar de forma mais direta os aspectos de espacialidade de suas lembranças, tendo a memória como ponto de para construção de uma representação do largo.



Figura 37 - Mapa mental elaborado pelo Informante S. N. (64 anos/descansar)

Na elaboração de seu mapa, o informante iniciou o desenho pelo percurso que ele atravessa da sua casa até o Largo da Carioca. Em seguida, se preocupou em representar a base formal do largo, desenhando as ruas e os edifícios que o delimitam, os espaços internos que o definem e os edifícios que compõe sua paisagem. Além disso, o entrevistado representou e uma série de vivências cotidianas observadas no largo como as famosas “rodinhas” dos artistas, os passantes, os músicos, a feira de artesanato. Em seu mapa, percebemos uma clara relevância das práticas culturais para a composição de seu quadro de referências espaciais.

Ao reconstruir suas memórias na forma de uma narrativa gráfica, o informante S. N. (64 anos/descansar) associa o Largo aos momentos da sua vida, ao longo dos quais o espaço serviu de palco para as suas vivências passadas e atuais. Entre elas, o informante cita as manifestações políticas, o início do seu relacionamento amoroso com sua ex-esposa, o encontro com os amigos durante o Carnaval e os momentos de lazer e descanso após o trabalho.

Entre os elementos diretamente associados as suas lembranças, o informante destacou o Bob's, a banca de jornal, os artistas e o convento de Santo Antônio, elemento este que ainda não havia sido citado. A elaboração do mapa funcionou também como uma técnica complementar à entrevista, instando e trazendo à tona outras lembranças.

- J. P. (60 anos, passar)

O primeiro contato com o informante se deu no restaurante Bar Luiz, um dos estabelecimentos mais antigos da Cidade, localizado na Rua da Carioca, um dos limites físicos do largo. A entrevista foi realizada no próprio Largo da Carioca junto ao Edifício Avenida Central. Mais uma vez foi necessário estabelecer um processo de conquista do entrevistado, e realizar algumas visitas ao local antes da realização da entrevista. Aos poucos, conseguimos estabelecer uma relação de confiança que culminou na concessão do depoimento.

Quando questionado sobre a sua relação com o espaço, o discurso do informante apresentou um forte caráter nostálgico com relação a um Largo que em sua percepção não existe mais. Nesse sentido, suas lembranças ressaltavam as transformações ocorridas no local, sobretudo com relação ao uso. Para ele o Largo de antigamente era um espaço de lazer, e, hoje, só de passagem. Diferente do informante S. N. (64 anos), o informante J. P. (60 anos), não apresentou o mesmo

caráter biográfico em sua narrativa. A história narrada é sobre o próprio largo, a qual o informante associa à história da Rua da Carioca e do Bar Luiz.

“Falar sobre a relação com o Largo da Carioca é um passado que vem sempre na memória da gente porque é um passado bom. Quando o Bar Luiz foi fundado na Rua da Carioca, no Largo da Carioca ainda não existia prédio, não existia residência ainda era chácara. Para você ver como as coisas mudaram. Hoje em dia a gente tem até medo de passar lá. Naquela época as pessoas sentavam ali, conversavam, brincavam, tinha jogo de dama naquelas mesinhas para brincar. Então são memórias boas que vem do passado e a memória recente que foi uma evolução. Hoje o Largo da Carioca é só passagem. É só pedestre que vai e vem no seu dia a dia. Eu passo aqui todos os dias quando venho para trabalho e quando vou para casa. Hoje é só passagem. Hoje não se tem mais lazer no largo, não se para mais para nada porque se tornou uma área passagem” (J. P. 60 anos/passar).

A segunda etapa da entrevista ocorreu no Bar Luiz. Por não ter concordado em realizar o mapa mental, apresentamos ao informante algumas imagens panorâmicas do Largo para que ele pudesse selecionar elementos associados as suas lembranças. O único elemento marcado foi o Convento de Santo Antônio, considerado pelo informante como o objeto mais importante do Largo.

“Para mim ainda é Convento de Santo Antônio porque muitas pessoas depois do seu dia de trabalho entram lá para fazer as suas orações. E isso até hoje permanece. Então, isso me traz muita lembrança de quando a gente ia lá para ajoelhar, rezar, agradecer e pedir. E até hoje o convento permanece como o ponto mais importante do Largo da Carioca” (J. P. 60 anos/passar).

- **Informante V.B. (82 anos/trabalhar) e informante W. B. (53 anos/trabalhar)**

Os informantes V.B. (82 anos/trabalhar) e W. B. (53 anos/trabalhar) são, respectivamente, pai e filho, que trabalham juntos como jornalistas no Largo da Carioca. Proprietários da Banca Princesinha da Carioca, ambos são personagens conhecidos no espaço e foram citados por vários usuários durante a etapa de reconhecimento.

Nosso contato inicial com os informantes se deu na própria banca, considerada por eles e pelo público uma importante referência no espaço. A banca funciona durante todo o dia, apresentando intenso movimento de fregueses e pessoas que

param ali para comprar e ouvir música. Esse movimento dificultou nossa aproximação com os entrevistados, principalmente com o senhor V. B. (82 anos). Este também demonstrou certa desconfiança com relação ao propósito da pesquisa, sendo novamente necessário estabelecer um processo de conquista do entrevistado em questão. Neste processo, realizamos algumas visitas ao local, sobretudo nos dias menos movimentados.

Ao narrar suas memórias, o pai se coloca o tempo todo na perspectiva do grupo de comerciantes locais, relatando sua relação com os outros jornalheiros e com os ambulantes. Novamente observamos o aspecto coletivo e ideia de pertencimento da memória individual teorizada por Halbwachs (1990).

“No Largo da Carioca antigamente tinha o Morro de Santo Antônio e o bondinho de Santa Tereza que passava pelo meio do morro, depois por dentro do Edifício Carioca até chegar ao largo. Em frente a minha banquinha tinha a loja Seda Moderna, mais adiante um pouco, do lado esquerdo, a Merceria Nacional e depois a loja Esquina da Seda. Onde fica hoje o prédio da Caixa Econômica era a redação do jornal O Globo. O Roberto Mario vinha aqui cedinho na banca trazer o jornal para eu vender. Onde fica o Edifício Central era o Hotel Avenida. Era tudo casinha baixa... Isso no ano de 1955. O Silvio Santos vendia gravata aqui no Largo da Carioca. Alô Silvio Santos se você estiver escutando eu ainda tenho as gravatas que você me dava de presente! Quando o “rapa” chegava, ele e a turma que vendia aqui no largo saíam correndo e colocavam a malinha embaixo da minha banca. Eu fingia que não via. Queria ajudar!” (V. B., 84 anos).

Além disso, sua narrativa de memória sobre o largo se confunde, a todo instante, com a narração de sua própria trajetória de vida, confirmando a ideia de Bosi (1994) de que para o velho, lembrar é narrar consciente e atentamente a sua própria vida.

“Eu vendo jornal aqui desde 1954. Em 1954 que começou a minha banquinha aqui. Nessa época o Largo era muito bonito, o bondinho chegava por aqui, passava pelo Edifício Carioca e parava em frente a minha banquinha. Então, eu sempre tive freguesia boa. A polícia especial ficava lá no alto, onde o bonde passava pelos arcos. Agora os bondes só funcionam do outro lado do edifício da Petrobrás, que não existia nesse tempo. A avenida Chile também não existia... Só existia a rua do Lavradio, onde ficava a Tribuna da Imprensa do Carlos Lacerda; e a praça Tiradentes, onde ficavam as redações. Nessa época eu fechava a banca nove horas da noite e lembra uma hora da manhã para fazer a “redação”. Eu ia à redação do jornal “O Dia” do Chagas Freitas, na Rua Riachuelo; na praça Mauá, onde distribuía revistas e jornais; na avenida Rio Branco, onde ficava a sede do Jornal do Brasil... Tudo pela “Viação Canela”, ou seja, naquela época eu fazia isso tudo a pé. Depois eu trazia a mercadoria para banca, abria umas seis horas da manhã e começava a trabalhar” (V. B., 84 anos).

Já o filho, além de narrar suas próprias experiências, incorpora ao seu quadro de referências dados e elementos associados tanto ao que foi vivido por ele como às experiências vividas por seu pai. Em sua narrativa observamos também a relação indissociável entre memória e espaço. O informante relata a todo o momento as transformações ocorridas na configuração urbana do largo. Além disso, assim como o pai, sua narrativa sobre o largo apresenta também um aspecto biográfico, se confundindo com sua própria história de vida.

“Eu praticamente cresci aqui... Eu frequento o Largo da Carioca desde criança. Quando eu tinha entre 10 e 12 anos de idade eu já vinha com o meu pai para a banca de jornal, por isso eu conheci bastante o Largo da Carioca como era antigamente. Teve muita modificação depois disso tudo, não é? Antigamente passada carros e ônibus; existiam vários prédios aqui do lado direito, em frente ao Convento de Santo Antônio, e hoje não existe mais por causa da construção do metrô. O Largo da Carioca foi alvo de várias modificações, algumas boas e outras ruins. Uma das ruins é que o Largo se transformou em um grande calçadão sem nenhuma árvore. Antigamente tinha um bosque aqui ao lado do convento, era maravilhoso com árvores, bancos... Era um terreno onde o pessoal se refugiava quando fazia calor de 40º, pois era bem arejado. Hoje em dia é esse tamanho de prédio que tampa o ar dessa região” (W. B., 53 anos).

A segunda etapa do exercício, referente à elaboração dos mapas mentais, ocorreu no próprio Largo da Carioca, uma vez fez que os informante não puderam se ausentar da banca. Os mapas produzidos pelos entrevistados apresentam desenho semiestruturada do espaço, com traços representando as ruas e a escadaria de acesso ao convento. Os edifícios foram representados pelo nome.

Nos mapas de pai e filho, observamos a relevância dos elementos materiais na composição de seu quadro de referências. Percebemos também que esses elementos se relacionam diretamente com a atividade profissional exercida por eles. Seus mapas destacam, por exemplo, os estabelecimentos comerciais e o bonde que vinha de Santa Tereza até o largo trazendo movimento e clientela para a banca de jornal. Não obstante, observamos que seus desenhos ressaltam as transformações físicas ocorridas no local tendo como referência uma determinada imagem do Largo que eles guardam na memória. Para o pai essa imagem corresponde ao Largo da Carioca da década de 1950 e, para o filho, ao Largo da Carioca da década de 1970.

- **Informante A. B. (30 anos/cuidar)**

O primeiro contato com o informante se deu junto a cabine da Guarda Municipal localizada no Largo da Carioca. O entrevistado trabalha como guarda no local há dez anos e o frequenta desde criança. Diferente do que ocorreu com os outros usuários que participaram da pesquisa, o informante concedeu a entrevista sem fosse necessário estabelecer um processo de conquista. A entrevista ocorreu no largo, durante a qual ora permanecemos sentados em algum ponto, ora percorrendo os seus espaços.

Quando questionado sobre sua relação com o espaço, A. B. (30 anos), sua narrativa expõe um vínculo afetivo e pessoal com o Largo da Carioca, associando suas lembranças à sua vivência familiar no local.

Minha relação também é muito pessoal porque os meus pais me traziam muito aqui antigamente, para passear. Antes não existia essa grade e a feira aqui a trás ficava aqui do lado de fora. Então a gente vinha nela fazer compras e passear. Antigamente eu e o meu irmão jogávamos bola aqui na praça. Antigamente a violência era menor, era muito mais fácil e tranquilo passear por aqui. Eu também já trabalhei aqui no Centro não como guarda municipal na Avenida Rio Branco e passava por aqui todos os dias. Às vezes almoçava por aqui, descansava e ficava vendo as pessoas passarem (A. B., 30 anos).

Sua narrativa transita, sobretudo, entre dois contextos diferentes: ora as lembranças associadas ao largo tem lugar no contexto de sua vida familiar, ora no contexto de sua vida profissional, como guarda municipal do Largo da Carioca. Em ambos os casos, o informante reconstrói suas lembranças como membro dos grupos que lhe são peculiares.

A maneira como ele evoca suas lembranças parece, mais uma vez, comprovar a hipótese de Halbwachs (2003) acerca do caráter sempre coletivo da memória individual. Como já observamos antes, apesar de jovem, a narrativa do informante apresenta um forte caráter afetivo e saudoso associado às suas vivências familiares no Largo da Carioca, sobretudo com o seu pai, quando criança. O informante chega a afirmar, inclusive, que essas lembranças são o motivo pelo qual escolheu e permanece trabalhando como guarda municipal no Largo da Carioca.

“Pessoalmente para mim o Largo é marcante porque lembra meu pai. Eu o perdi têm dois anos. Eu já tive, por exemplo, oportunidade de sair daqui, mas eu gosto muito do Largo da Carioca por me trás essa lembrança. Meu pai me trazia muito aqui como eu lhe disse anteriormente. A gente lanchava nesse Bob’s, por exemplo. A gente pegava o lanche e vinha aqui para o largo comer. Quer dizer, o largo lembra muito a minha família, nós quatro: eu, meu irmão, meu pai e minha mãe” (A. B., 30 anos).

A segunda etapa da pesquisa ocorreu, a pedido do entrevistado, no Edifício da Caixa Econômica, utilizado por ele como local de descanso. Seu mapa apresenta uma representação semiestruturada do espaço, detalhando mais alguns pontos como os edifícios e o espaço cercado junto ao Convento de Santo Antônio. Em seu desenho, percebemos uma clara associação entre os elementos representados e as suas memórias ligadas ao grupo familiar e ao grupo de trabalho, descritas em sua entrevista. Seu mapa mescla, portanto, elementos nos quais se fixam suas memórias familiares e afetivas, tais como o Bob’s, a banca Princesinha da Carioca e o Convento, locais onde seu pai o levava; e elementos associados à sua vivência cotidiana, tais como a barrada da Cida Baiana, o Edifício da Caixa Econômica e o posto da Guarda Municipal e os crentes, elementos que em seu discurso estão diretamente associados à sua atividade de guarda municipal.

“Minha irmã estuda História e é apaixonada pelo Rio de Janeiro, apesar de morar em Niterói. Ela trabalhou e trabalha aqui no centro do Rio e de vez em quando ela me joga uma assim: “Victor você sabia que lá Largo da Carioca tinha um lago?”, “Você sabia que o Convento de Santo Antônio é de 1600?”. Ela começa a me contar essas estórias, coisa de professor de História, não é? Então você acaba agregando... Quando eu cheguei aqui na semana seguinte eu fiquei pensando: poxa aqui já foi um lago, tinha um chafariz em algum lugar... Então isso acaba fazendo parte e você acaba gravando e contando isso para outras pessoas. Quando eu vim aqui com a minha namorada eu acabei contando essas histórias para ela também” (V. G., 25, anos)

Neste ponto, destaca, por exemplo, a permanência do Convento de Santo Antônio, objeto que até então não havia sido mencionado. Em seu discurso, percebemos, portanto, uma diferença de natureza entre as lembranças evocadas. De um lado, lembranças evocadas que se apoiam em histórias vividas pelo informante, conformando o que Halbwachs (1990, p. 73) chamaria de uma memória interior ou biográfica. Do outro lado, lembranças que se apoiam em uma história apreendida, conformando o que autor chamaria de uma memória exterior, juntamente por não ter sido construída a partir de uma vivência.

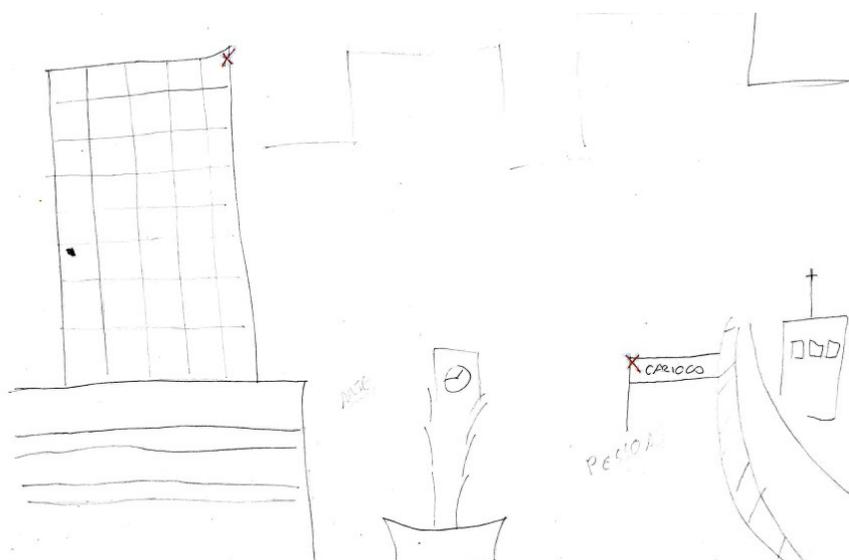


Figura 41 – Mapa mental elaborado pelo informante V. G. (25 anos/consumir)

Diferente dos outros mapas, nos quais há uma estruturação da base material do espaço e características formais mais próximas do espaço real, no mapa desenvolvido pelo informante os elementos estão mais soltos no desenho e

apresentam um aspecto simbólico, englobando o valor geral concedido ao espaço. Sobre isso, suas narrativas associadas aos elementos representados nos revelam os seguintes significados:

O metrô - *“No fundo você tem o metrô que é uma forma de ligação com resto da cidade, uma ligação entre pessoas e lugares. Não teria lugar melhor para o metrô para ligar o centro as outras partes da cidade. Ele está em um lugar perfeito”.*

O Relógio da Carioca – *“me chama muito a atenção, não sei.. O Largo da Carioca já é interessante porque de um lado você tem a igreja de Santo Antônio, que eu imagino que seja de mil seissentos e alguma coisa, minha irmã me falou algo assim, do outro lado você tem exatamente o Edifício Avenida Central, e, no meio, o relógio que também é uma antiguidade. Então ele me chama atenção por estar no meio de dois tempos, o relógio marca o tempo. Eu acho isso interessante...”.*

3.2.4.1. Conclusão

Através das entrevistas, obtivemos um saldo de respostas bem diversificado, em que ora as memórias narradas apresentavam um caráter mais saudoso e afetoso com relação ao Largo, ora um relato mais ligado ao cotidiano do espaço. Em geral, os relatos mais nostálgicos foram contados pelos informantes idosos. Notamos que os entrevistados mais velhos faziam uma associação de suas vivências ao ambiente do Largo ressaltando as transformações ocorridas no espaço ao mencionar suas “rugosidades” e os elementos (materiais e imateriais) não mais existentes, mas que ficaram guardados na forma de imagens lembranças nas suas memórias (Tabuleiro da Baiana, Galeria Cruzeiro, bonde, movimentos políticos).

“No Largo da Carioca antigamente tinha o Morro de Santo Antônio e o bondinho de Santa Tereza que passava pelo meio do morro, depois por dentro do Edifício Carioca até chegar ao largo. [...]. Tinha também o Tabuleiro da Baiana e a polícia especial, a Guarda Velha. Onde fica hoje o prédio da Caixa Econômica era a redação do jornal” (Informante V.B. 82 anos).

“Para você ver como as coisas mudaram. Eu acho que muitas coisas mudaram para o bem e outras nem tanto. Hoje em dia a gente tem até medo de passar lá. Lembro-me daquela época em que as pessoas sentavam ali, conversavam, brincavam, tinha jogo de dama naquelas mesinhas para brincar” (Informante J. P. 60 anos).

No caso dos dois informantes jovens entrevistados, obtivemos resultados bem distintos. O informante V. G. relata uma vivência mais objetiva com o espaço, associando-o ao seu cotidiano e suas memórias a elementos como o metrô e o comércio de informática, sem apresentar um peso memorial e nostálgico em suas narrativas, apesar de reconhecer o valor histórico do local. Por outro lado, o A. B. apresentou um relato carregado de memórias afetivas e saudosas.

“Olha tem muitos anos que eu trabalho com informática, têm quase uns dez anos. Então, eu estou sempre por aqui porque aqui é onde eu consigo os melhores preços em produtos de informática. E aqui no Edifício da Avenida Central eu venho semana sim, semana não. Às vezes, em algumas semanas eu venho mais de uma vez” (V. G. 25 anos/ consumir).

“Minha relação também é muito pessoal porque os meus pais me traziam muito aqui antigamente, para passear. Antes não existia essa grade¹⁹ e a feira ficava aqui do lado de fora, no meio do Largo. Então a gente vinha nela fazer compras e passear. [...]. Pessoalmente para mim o Largo é marcante porque lembra meu pai. Eu o perdi têm dois anos. Eu já tive, por exemplo, oportunidade de sair daqui, mas eu gosto muito do Largo da Carioca por me trás essa lembrança” (A. B. 30anos/cuidar).

Quanto aos desenhos, assim como nas entrevistas, observamos a mesma diversidade de respostas. Em dois dos mapas observou-se a relevância dada aos aspectos de uso do espaço na composição do quadro de referências memoriais (mapas dos informantes S. N., 64 anos/descansar; e A. B. 30 anos/cuidar). Em outros desenhos, o que prevalece são os elementos físicos do lugar na composição do conjunto de referências memoriais (mapa elaborado pelo informante V. G. de 25 anos/consumir). Por fim, em dois dos mapas obtidos, o que prevalece é uma dimensão de tempo específica. Nestas representações os elementos desenhados relacionam-se à configuração do Largo da Carioca de uma determinada época (V.B. 82 anos/trabalhar, e W. B. 53 anos/trabalhar).

¹⁹ O informante se refere à grade que isola a área onde se localizam os camelôs do restante do Largo. A entrevista foi realizada próximo ao posto da Guarda Municipal, em frente ao Edifício Avenida Central.

4

Lugar de Memórias Individuais Sociais

Objeto empírico de trabalhos de pesquisa anteriores, a área indica que variados enfoques podem ser aplicados na leitura do Largo da Carioca. No que tange a reflexão específica sobre a relação entre memória e lugar, dentro dos objetivos delineados na presente pesquisa, entendemos que nosso estudo não estaria completo sem a apreciação do Largo Carioca como um lugar de memórias individuais sociais. Memórias estas fruto de um pensar coletivo e que, portanto, podem se interligar para construir um quadro de memórias coletivas.

Concordamos com Arruda (2008) quando afirma que existem diversas formas de observar, narrar, refletir e selecionar o patrimônio arquitetônico da cidade e que esses olhares são essenciais na conformação do lugar. Neste sentido, buscamos aqui compreender como o Largo é representado por esses diversos olhares através das memórias individuais de seus atores.

Este capítulo refere-se à etapa analítica do trabalho. Seu objetivo final é tentar construir uma representação coletiva do Largo da Carioca como um Lugar de Memória, a partir das representações de memórias individuais sociais obtidas no capítulo anterior. Além disso, buscamos observar as diferenças e similaridades entre o Lugar de Memória de Coletiva e o Lugar de Memória Oficial. Para tanto, o presente capítulo foi estruturado em três partes:

Na primeira, tendo como base o referencial teórico da pesquisa, buscamos propor uma possível estruturação do lugar de memória identificando os elementos que o compõe. Na segunda parte, reunimos e analisamos o conjunto de representações de memórias individuais à luz de cada elemento estruturante definido anteriormente.

Na terceira parte, procuramos construir uma representação coletiva do Largo da Carioca a partir das representações obtidas nas análises empreendidas. Por fim, buscamos observar as diferenças e similaridades entre a dimensão do lugar de memória – construída através das experiências individuais – e a visão oficial instituída nos âmbitos do IPHAN, INEPAC, IRPH.

4.1. Estruturação do Lugar de Memória

Começamos este subcapítulo com as seguintes perguntas: Como se estrutura o lugar de memória? Quais elementos participam da construção estrutural deste lugar?

Tuan (1993) nos indica uma característica constitutiva do lugar importante ao nosso estudo: o significado ou o valor a ele atribuído através das experiências vividas. Com isso, o autor nos propõe, inicialmente, a ideia de uma **delimitação qualitativa** do lugar que o distingue do espaço indiferenciado. Halbwachs (1990), ao falar da relação entre memória e lugar, afirma que os indivíduos atuam sobre ele deixando suas marcas definindo, assim, um quadro espacial formado por conjunto de referências através das quais suas lembranças se fixam e são reconstruídas. Com isso, entendemos que junto a uma delimitação qualitativa, relacionada ao caráter global do lugar, existe também uma **delimitação física** definida por esse conjunto de elementos.

Todavia, como vimos nas interpretações empreendidas sobre os mapas e narrativas dos informantes, no interior dessa delimitação física e qualitativa, nem todos os seus elementos serviram como âncora e estímulo às lembranças. A memória é um processo seletivo, ela é tanto lembrar como esquecer. “Para que a memória tenha significado é preciso esquecer a maior parte do que vimos” (LOWENTHAL, 2005 apud. PARAIZO, 2009, p.35). É esse processo de escolha que permite falar de “quadro de referências” e de elementos que de alguma forma permanecem na memória dos indivíduos e os conecta ao passado. Entendemos que esses elementos selecionados se aproximam das “permanências” expressas por Rossi (2001).

De acordo com este autor, as permanências são o passado que ainda experimentamos através dos elementos físicos do espaço. São as “pedras das cidades” nas quais podemos escorar nossas lembranças, uma vez que a persistência desses elementos se dá por seu valor construtivo: pela história, pela arte e pela memória.

Castello (2007), por sua vez, ressalta a representatividade dos **objetos patrimoniais** e dos **valores** a eles instituídos dentro deste quadro de referências

espaciais que conformam o lugar de memória. Entretanto, o autor enfatiza a necessidade do reconhecimento destes valores por partes dos indivíduos em suas interações com e no ambiente construído.

Tais considerações nos conduziram a seguinte esquema de construção estrutural dos lugares de memórias:

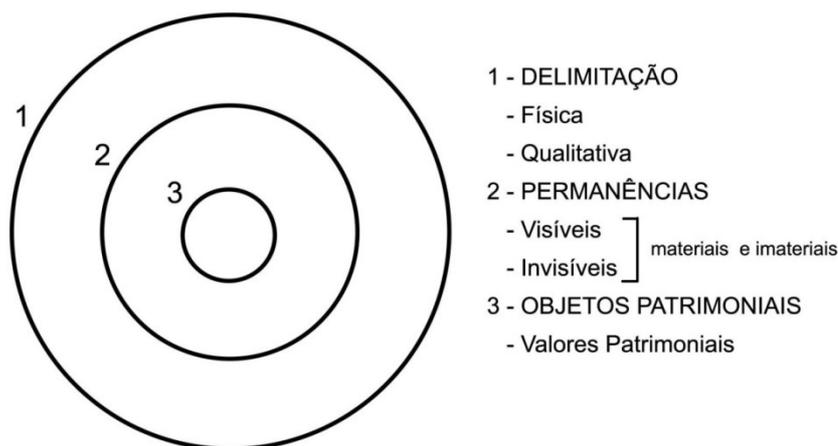


Figura 42 – Esquema gráfico do esquema sobre a construção estrutural do lugar de memória

1- Delimitação

a. Delimitação Física

Este elemento estruturante refere-se à delimitação física do Largo da Carioca como um lugar de memória. O mapeamento desta categoria se deu através de manchas sobrepostas sobre uma base cartográfica da região contendo as variações da delimitação física do Largo para cada um dos entrevistados expressos em seus mapas mentais e nas entrevistas.

b. Delimitação de Qualitativa

Este elemento estruturante do Lugar de Memória diz respeito ao a delimitação do todo não por uma demarcação física mais por um significado. Ou seja, trata do valor geral atribuído ao Largo da Carioca pelas narrativas de memórias de seus usuários. A análise deste elemento estruturante seu deu, sobretudo, através das narrativas orais.

2- Permanências (visíveis e invisíveis)

Este elemento estruturante relaciona-se aos objetos visíveis e invisíveis (matéria e imateriais) do passado que de alguma forma permanecem na memória dos informantes. A identificação desses elementos estruturantes seu deu, tanto pelas narrativas gráficas como pelas narrativas orais.

3- Os Objetos Patrimoniais:

Este elemento estruturante dos lugares de memória refere-se ao conjunto de bens (monumentos, edificações e ambiências) tombados pelas instituições patrimoniais em função da sua representatividade cultural para determinado grupo. Portanto, associado a este elemento há um conjunto de valores instituídos e valores que os indivíduos assinalam que eles incorporem. Para identificação desses valores teve como referência os valores monumentais descritos por Riegl (1984).

4.2 O Largo da Carioca como um lugar de memórias individuais sociais

4.1.1.1. ELEMENTO ESTRUTURANTE – DELIMITAÇÃO

A partir dos mapas mentais e das entrevistas de cada informante obtemos uma série de delimitações físicas possíveis do Largo da Carioca que foram reunidas em uma única base cartográfica da área.

Assim com as delimitações físicas, as entrevistas realizadas com os informantes revelaram percepções muito distintas quanto à delimitação qualitativa do Largo. Ao reunirmos essas diferentes percepções, notamos que os valores atribuídos a ele relacionam-se a elementos de naturezas distintas tais como usos, funções e sentimentos.

Entendemos que esta diversidade de percepções com relação ao contorno físico e qualitativo do lugar reforça, dentro da nossa compreensão, seu próprio valor memorial. Isso porque nos revela a capacidade do Largo em suscitar, ou estimular nos indivíduos o trabalho de reconstruções de suas memórias. Essa força memorial do espaço público permite aos seus usuários relacionarem suas próprias experiências às transformações do espaço.

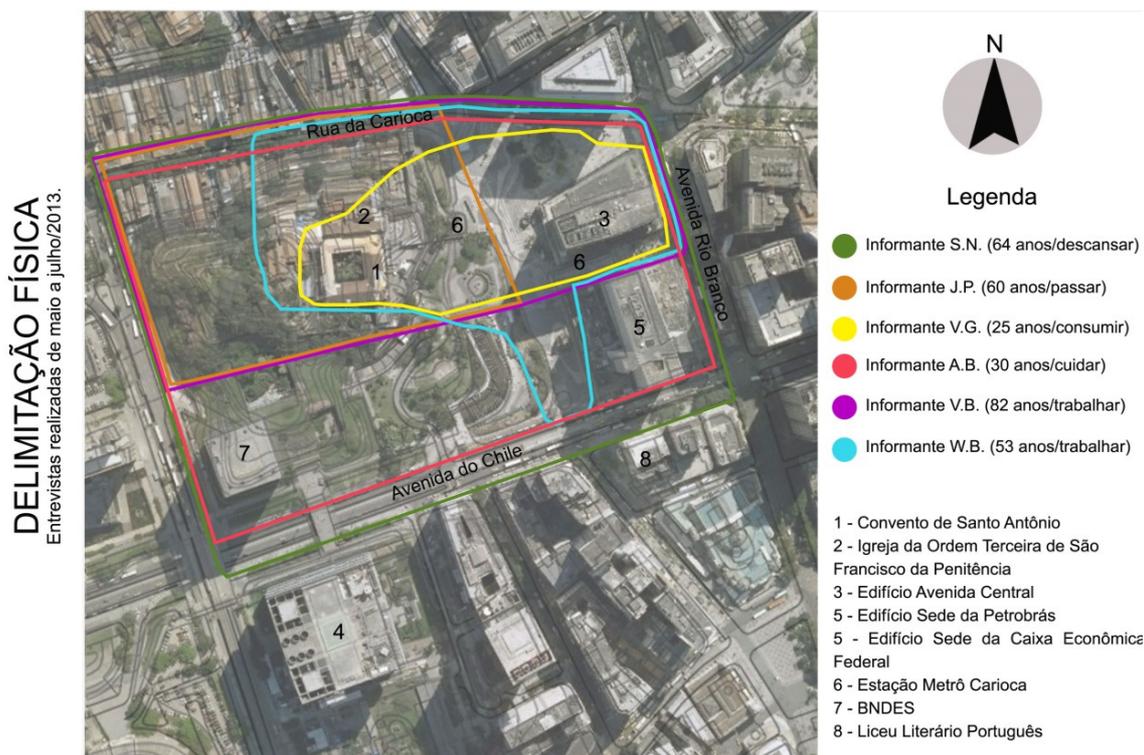


Figura 43 – Mapeamento da delimitação física do Largo da Carioca segundo as memórias individuais sociais.

DELIMITAÇÃO QUALITATIVA
Entrevistas realizadas de maio a julho/2013.

INFORMANTES	S.N. - 64 ANOS Descansar	J.P. - 60 ANOS passar	V.B. - 82 ANOS (pai) trabalhar	W.B. - 53 ANOS (filho) trabalhar	A.B. - 30 ANOS cuidar	V.G. - 25 ANOS passar
Narrativas de Memória Individuais	"O Largo da Carioca tem essa peculiaridade, ele oferece uma maior diversidade nesse seguimento. Você tem desde grupos de forro que param aqui, repentistas, como também jazz. O Largo da Carioca é muito musical, até o burburinho das pessoas passando, dos crentes pregando... O Largo da Carioca está sempre com alguma música de fundo. Vários momentos da minha vida eu passei por aqui, e às vezes o objetivo era o próprio Largo da Carioca, como os encontros"	"Hoje o Largo da carioca é só passagem. Inclusive eu que passo para pegar a condução. Hoje não tem mais uma atividade, uma distração, não tem mais um lazer no Largo da Carioca. É só pedestre que vai e vem no seu dia a dia. Eu passo lá todos os dias quando venho para trabalho e quando vou para casa. Hoje é só passagem. Hoje não se tem mais lazer no largo, não se para mais para nada porque se tornou uma área passagem".	"Todo mundo gosta do Largo da Carioca. Ele é muito importante para mim porque aqui todo mundo me conhece: o pessoal que vem trabalhar, a polícia, os jornaleros e fregueses que vem de longe comprar jornal na minha banca. A minha banca é um patrimônio histórico! Eu vivo disso daqui, meus filhos também! Eu dou mais de duzentas informações por dia. Os turistas passam primeiro por aqui! A minha banca é um ponto turístico".	"Teve muita modificação depois disso tudo, não é? Antigamente passada carros e ônibus; existiam vários prédios aqui do lado direito, em frente ao Convento de Santo Antônio, e hoje não existe mais por causa da construção do metrô. O Largo da Carioca foi alvo de várias modificações, algumas boas e outras ruins".	"Minha relação também é muito pessoal porque os meus pais me traziam muito aqui antigamente, para passear. Pessoalmente para mim o Largo é marcante porque lembra meu pai. Eu o perdi têm dois anos. Eu já tive, por exemplo, oportunidade de sair daqui, mas eu gosto muito do Largo da carioca por me trás essa lembrança"	"Meu contato se dá também tendo o Largo como um ponto de referência. Como eu moro em Niterói e normalmente venho das barcas, então quando eu quero ir para algum lugar eu normalmente venho para o Largo da Carioca e daqui eu me situo. Então fica muito mais fácil para mim. Então, o largo acabou virando o coração do centro do Rio para mim. Começa sempre daqui"
DELIMITAÇÃO QUALITATIVA	encontro e lazer	nostalgia e passagem	turismo e comércio	transformações	afeto	conexão e comércio

Figura 44 – Quadro da delimitação qualitativa segundo os informantes

4.2.2. ELEMENTO ESTRUTURANTE – PERMANÊNCIAS

Este elemento estruturante relaciona-se aos objetos do passado que de alguma forma permanecem na memória dos informantes. A análise desses elementos estruturantes seu deu, tanto pelas narrativas gráficas, como pelas narrativas orais. Em seu discurso, Rossi (2001) enfatiza a ideia de permanências como sinais físicos do passado ainda presentes, ou seja, **permanências visíveis** cuja persistência se dá, entre os aspectos constitutivos, pela memória.

Entretanto, ao reunirmos o conjunto de narrativas e mapas obtidos no trabalho de campo, constatamos a presença de uma série de elementos do passado não mais existentes, mas que de alguma forma persistiam em suas lembranças. Percebemos, também, que essas **permanências invisíveis** englobavam não só **elementos físicos ou tangíveis**; como também, **elementos imateriais**, tais como movimentos e práticas sociais.

PERMANÊNCIAS
Entrevistas realizadas de maio a julho/2013.

PERMANÊNCIAS	S.N. - 64 ANOS Descansar	J.P. - 60 ANOS passar	V.B. - 82 ANOS (pai) trabalhar	W.B. - 53 ANOS (filho) trabalhar	A.B. - 30 ANOS cuidar	V.G. - 25 ANOS passar
VISÍVEIS	Banca Princesinha da Carioca Convento de Santo Antônio Bob's Edifício Avenida Central Feirinhas Passantes Guitarrista Rodinhas de artistas	Convento de Santo Antônio Rua da Carioca Bar Luiz	Banca Princesinha da Carioca Rua da Carioca	Banca Princesinha da Carioca Edifício Avenida Central Bar Luiz/Rua da Carioca	Banca Princesinha da Carioca Convento de Santo Antônio Bob's Pintores da Rua Bitencourt Crente	Morro de Santo Antônio Convento de Santo Antônio Edifício Avenida Central Relógio da Carioca Passagem Artistas
INVISÍVEIS	Carnaval Movimentos políticos	Jogo de damas	Bondinho de Santa Tereza Loja Palermo Loja Seda Moderna Edifício da Carioca Mercearia Nacional Rua e Polícia da Guarda Velha Tabuleiro da baiana Redação de O Globo Hotel Nacional/Galeria Cruzeiro Silvio Santos Morro de Santo Antônio Chafariz da Carioca Jornaleiros	Bondinho de Santa Tereza Loja Palermo Bar Internacional Edifício da Carioca Mercearia Nacional Rua 13 de Maio/Guarda Velha Loja Caneta Continental Lojas Girafas Caminho dos padres Silvio Santos Dercy Gonçalves Vegetação	Feira na área externa Carnaval Jogar bola	Chafariz

Figura 45 – Quadro das permanências visíveis e invisíveis segundo cada informante.

4.2.3. ELEMENTO ESTRUTURANTE – OBJETOS PATRIMONIAIS E VALORES PATRIMONIAIS

Entre as permanências que compõe o quadro de referências de memória dos informantes foram reconhecidos as seguintes ambiências e objetos patrimoniais: Convento de Santo Antônio, Relógio da Carioca e Rua da Carioca.



Figura 46 – Esquema gráfico da relação entre as permanências e os objetos patrimoniais reconhecidos pelos usuários.

Associado a estes elementos há um conjunto de valores instituídos e valores que os indivíduos assinalam que eles incorporem. Investigaremos os valores atribuídos pelos informantes tendo como referência os valores monumentais descritos por Riegl em *“El Culto Moderno a los Monumentos”*.

Nesta obra o autor desenvolve múltiplas possibilidades de valorização dos monumentos organizadas em dois grupos: valores de rememoração e valores de atualidade. Estendo esta possibilidade de classificação dos valores monumentais para os objetos patrimoniais, o autor relaciona os seguintes significados:

VALOR DE REMEMORAÇÃO	
Valor de antiguidade	Remete a ideia de passagem de tempo que se revela visualmente pela erosão da forma e da cor.
Valor histórico	Valor que concede ao objeto patrimonial um valor documental. Este valor repousa sobre uma base científica e só pode ser alcançado por meio de um conhecimento prévio.
Valor de rememoração intencional	Valor que mais se aproxima dos valores de contemporaneidade, na medida em que, seu propósito fundamental é o de não permitir que alguém, ou algum acontecimento se converta em passado.
VALORES DE ATUALIDADE	
Valor de uso	Diz respeito à capacidade do monumento de satisfazer às necessidades materiais do homem
Valor de Arte	Valor de novidade exige do monumento antigo uma à aparência nova, fresca e intacta, assim como a aparência de uma obra moderna recém-criada.
	O valor de arte relativo refere-se à capacidade das obras artísticas antigas continuam acessíveis à sensibilidade moderna.

Figura 47 – Tabela dos valores monumentais segundo RIEGL (1987)

A seguir, apresentamos o quadro que identifica os valores sociais atribuídos a eles.

OBJETOS PATRIMONIAIS E VALORES

Entrevistas realizadas de maio a julho/2013.

OBJETOS PATRIMONIAIS	S.N. - 64 ANOS Descansar	J.P. - 60 ANOS passar	V.B. - 82 ANOS (pai) trabalhar	W.B. - 53 ANOS (filho) trabalhar	A.B. - 30 ANOS cuidar	V.G. - 25 ANOS passar	VALORES PATRIMONIAIS
Igreja e Convento de Santo Antônio	<i>O próprio Mosteiro! As vezes vêm amigos meus de fora e fatalmente eu os levo ao Mosteiro. Também vou lá para descansar, meditar.</i>	<i>Para mim ainda é Convento de Santo Antônio porque muitas pessoas depois do seu dia de trabalho entram lá para fazer as suas orações. E isso até hoje permanece.</i>			<i>O Mosteiro de Santo Antônio porque minha mãe me trazia muito aqui, meu pai também. Além disso, o Mosteiro é o início de tudo. O Largo da Carioca não existia. Primeiro veio o mosteiro, não sei se você sabe disso. Então, pra mim o que é mais importante no Largo da Carioca é o Mosteiro.</i>	<i>O Morro e a Igreja de Santo Antônio são muito bonitos</i>	Valor histórico Valor de Arte Relativo
Relógio da Carioca						<i>O relógio que é uma antiguidade. Então ele me chama atenção por estar no meio de dois "tempos", o relógio marca o tempo. Eu acho isso interessante...</i>	Valor de Antiguidade
Rua da Carioca		<i>Pra mim o Largo da Carioca foi o alicerce da construção da Rua da Carioca. Foi ali que tudo começou. Essa área era da Terceira Ordem e com frequência das pessoas no Largo da Carioca foi surgindo esses bares e restaurantes como o Bar Luiz. Talvez o Bar Luiz seja o único restaurante do centro da cidade que tenha 126 anos. O Bar Luiz tem história...</i>	<i>E tem também a rua da Carioca que ajuda no movimento aqui do Largo. Lá vende de tudo: relógio, roupa, calçada, camisa, padaria, mercearia... Tem tudo na rua da Carioca. Quase todo mundo de lá me conhece porque a gente vem da mesma época.</i>	<i>Hoje em dia, a única coisa que ficou foi o Edifício Avenida Central como um referência da minha juventude e, na Rua da Carioca, o Bar Luiz.</i>			Valor Histórico Valor de Uso

Figura 48 – Quadro dos objetos patrimoniais reconhecidos e dos valores atribuídos a eles pelos informantes

4.3. Síntese: Lugar de Memórias Individuais Sociais e Lugares de Memórias Oficiais

Para Halbwachs (1990) a memória coletiva não é simplesmente um somatório de memórias individuais, mas um movimento de “lembrar juntos” de indivíduos pertencentes a um grupo. Todavia, como descrito anteriormente, entendemos que a abordagem dada pelo autor à memória coletiva não é adequada para dar conta da complexidade das relações sociais atuais. Por outro lado, é justamente por evidenciar o nexos social da memória individual e sua relação indissociável com o espaço, que Halbwachs nos fornece meios de identificar representações de memórias coletivas do lugar.

Sua abordagem considera que as memórias ocorrem de forma sistêmica, o que permite estabelecer diferentes associações entre memórias, e, conseqüentemente, entre pessoas. Nesse sentido, entendemos que essas memórias podem de alguma forma se ligar conformando um quadro de referências coletivas associadas a determinado espaço da cidade.

Entretanto, ao organizar graficamente as narrativas de memórias individuais à luz dos elementos estruturais, obtivemos uma grande variedade de respostas com

relação às delimitações, aos quadros de permanências e aos valores atribuídos aos objetos patrimoniais. Cada indivíduo apresentou, através de suas narrativas, percepções muito distintas sobre o mesmo lugar. Portanto, como é possível extrair de um conjunto de representações de memórias individuais tão diferentes entre si uma representação coletiva do lugar?

Entendemos que mesmo havendo uma indecisão coletiva, ou uma diversidade de respostas com relação aos elementos estruturantes do lugar de memória, é justamente o conjunto dessas percepções diversificadas que compõe o lugar de memórias coletivas da atualidade.

Por outro lado, mesmo existindo entre os quadros de memórias espaciais dos usuários uma série de elementos e valores coincidentes, entendemos que reduzir o lugar de memórias coletivas à interseção dos lugares de memória Individual social significa lhe retirar juntamente os aspectos que melhor lhes caracterizam: sua diversidade e complexidade. Aspectos estes que o diferenciam do lugar de memória oficial.

Portanto, ao invés de buscar uma representação coletiva do Largo da Carioca através da identificação das incidências entre as memórias individuais sociais, tomaremos o conjunto formado por estas, em toda a sua complexidade e diversidade, como base para as nossas reflexões sobre as diferenças entre o lugar de memórias coletivas e o lugar de memória oficial.

Como ressaltamos no início da dissertação não pretendemos estabelecer aqui polarização do tipo “memória oficial” *versus* “memória social”, mas sinalizar as limitações de se apreender os lugares de memória urbanos apenas pela ótica instituída. Portanto, nas linhas a seguir buscamos evidenciar os pontos em que essas memórias se complementam e se diferenciam à luz dos elementos estruturantes do lugar de memória.

- Delimitação física e qualitativa

Como vimos anteriormente, no âmbito municipal, o Largo da Carioca é protegido pelo Projeto Corredor Cultural, cuja atuação sobre o espaço vai além da

preservação de edifícios isolados, introduzindo estratégias de preservação de sua ambiência e se desdobra, sobretudo, na delimitação de uma área. Como podemos observar no mapa abaixo, é interessante observar que do ponto de vista físico, a delimitação proposta pelo Corredor Cultural exclui o Convento de Santo Antônio, um dos mais representativos na memória dos usuários.

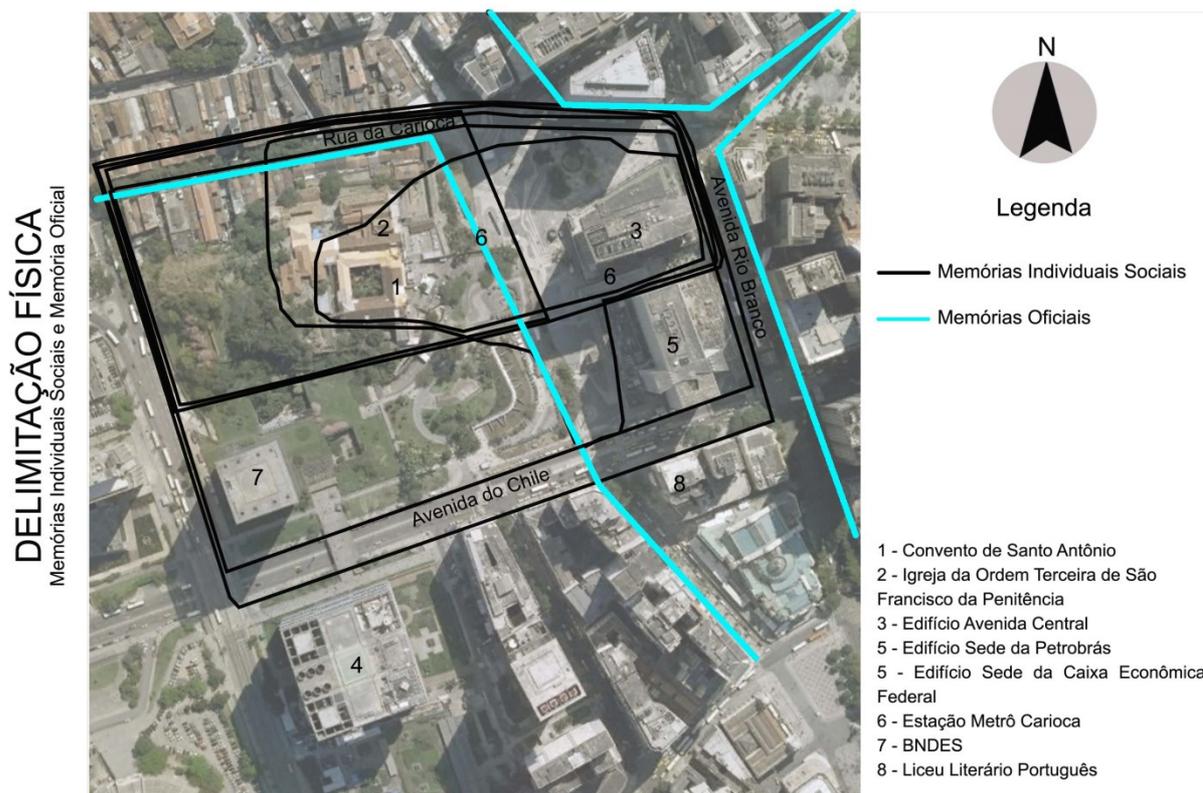


Figura 49 – Delimitação física do lugar na concepção da memória oficial e individual social.

Na estrutura do Projeto, o Largo é qualificado como um elemento de articulação e um espaço associado a uma memória mais recente do desenvolvimento urbano do Centro. Além disso, segundo o IRPH, responsável pela gestão do Corredor Cultural, o Largo da Carioca insere-se na estrutura do projeto como uma Zona de Renovação. Nesta perspectiva, qualquer intervenção empreendida na área deve seguir determinados parâmetros urbanísticos para não piorar, segundo a ótica da instituição, uma descaracterização já existente. Entre os parâmetros estabelecidos, cita-se a limitação de gabarito nos lotes passíveis de

renovação urbana e o controle dos materiais aplicados nas reformas e o controle dos anúncios publicitários.

Delimitação qualitativa	Memória Oficial (IRPH)	Memórias Individuais Sociais
Valor Global atribuído ao Largo da Carioca	Subárea de Renovação, setor de integração e Articulação do corredor Cultural.	Comércio, transformações, nostalgia, afetado, conexão, encontros, arte e descanso.

Figura 50 – Quadro da delimitação qualitativa do lugar na concepção da memória oficial e individual social.

Como podemos observar no quadro acima, as memórias individuais ressaltam outras qualificações possíveis à imagem global do Largo da Carioca, algumas delas em concordância com a narrativa oficial, tais como a apreensão do espaço como lugar de transformações e de articulação; e outras que se contrapõe a compreensão à visão oficial. De uma maneira geral, estas qualificações ressaltam os aspectos os valores humanos do Largo da Carioca como sua vocação para espaço de permanência, encontros, e de forte teor memoriais afetivas. Valores estes, inclusive, imprescindíveis à conformação da ambiência urbana.

- Objetos patrimoniais

Com relação aos objetos patrimoniais, a memória oficial, através do IPHAN, no âmbito nacional; e do INEPAC, no âmbito federal, protege, respectivamente, o conjunto religioso franciscano e do Relógio da Carioca. Estes bens são protegidos como elementos isolados através do instrumento de tombamento federal e estadual com a inscrição nos Livros de Tombo instituindo aos bens valores que podemos relacionar aos valores históricos e de arte relativo descritos por Riegl (1987). Além dos objetos citados, o INEPAC também protege a Rua da Carioca por seu valor história e de conjunto, respondendo uma reivindicação antiga dos comerciantes locais.

Através do conjunto de narrativas de memórias individuais sociais, observamos que alguns dos valores instituídos são reconhecidos ou assimilados às memórias dos usuários.

Valores patrimoniais	Convento de Santo Antônio e Igreja da Penitência	Relógio da Carioca	Rua da Carioca
Memória Oficial	Valor Histórico de Arte Relativo	Valor Histórico e de Arte relativo	Valor Histórico e de Conjunto
Memórias Individuais Sociais	Valor Histórico, de Uso e de Arte Relativo	Valor de Antiguidade	Valor Histórico

Figura 51 – Quadro dos valores patrimoniais na concepção da memória oficial e individual social.

Sobre a questão valores patrimoniais Araújo (2012) propõe uma discussão interessante, que nos possibilita entender a construção destes valores e evitar uma polarização entre memória oficial e memória individual social.

De acordo com o autor, no campo da preservação os valores do patrimônio têm sido frequentemente apreendidos de um lado como “contingentes” e, do outro

lodo, como “objetivamente” dados. Na primeira concepção, os valores não são encontrados nos objetos, mas construídos socialmente, como “um produto da interação entre o artefato e seu contexto” (op. cit., p.1). Na segunda concepção, o “valor” seria uma qualidade “intrínseca” dos objetos.

Nesta perspectiva, o autor afirma que na concepção da contingência do valor enfatiza a importância do processo social de formação do valor. Mas isso, diz ele, não elimina a possibilidade de que alguns valores possam ser universalmente aceitos. Concordamos com o autor, mas acrescentamos que estes valores podem não serem aceitos, como também incorporados às memórias individuais, inclusive as afetivas.

Por outro lado, acreditamos que esse movimento deve ser um diálogo, ou seja, as instituições também devem reconhecer e incorporar as suas políticas essa dimensão de tempo no qual os valores produzidos socialmente através das vivências Individuais e coletivas. E isso não só com relação aos valores, mas também ao próprio processo de seleção dos objetos que incorporarão valores patrimoniais.

5

Conclusões

Este último capítulo reserva-se às conclusões sobre as experiências, análises e resultados obtidos no processo de pesquisa de mestrado pelo PROURB/UFRJ.

A partir da relação entre memória e espaço, procuramos investigar o Largo da Carioca como um Lugar de Memória. O desenvolvimento do trabalho partiu, então, do seguinte questionamento:

O que é um “**Lugar de memória**”?

Para respondermos esta pergunta, foi necessário inicialmente entendimento sobre a memória e de que memórias está se falando quando nos propomos entender a sua relação com o espaço urbano e como os indivíduos e grupos operam com a memória e fundamentam as suas relações no espaço.

A partir das discussões de Halbwachs (1990) compreendemos que o indivíduo participa de três tipos de memória: individual, coletiva e histórica. Foi através deste autor que entendemos também o nexos social da memória, o qual aproxima e interrelaciona os conceitos de memória individual e memória coletiva. Por fim, Halbwachs nos ensinou que memória e espaço estabelecem uma relação mútua, pois não há memória que não se desenvolva sem um contexto espacial; e não há memória que não se impregne das memórias dos grupos para existir. Relações estas que segundo o próprio autor acontecem em espaços específicos, definidos pelo grupo, em função das marcas e significados construídos nesse processo, como lugar (HALBWACHS, 1990 apud MOREIRA, 2009, p. 31).

As reflexões apresentadas pelo autor que nos levaram ao entendimento do “lugar de memória” como um objeto sobre o qual atribuímos narrativas associadas a diferentes tipos de memórias que se distinguem, sobretudo, por sua escala de significação e pelo seu grau de compartilhamento e complexidade. Ou seja, um lugar de memória que para ao mesmo tempo uma dimensão memorial oficial, uma dimensão memorial coletiva e uma dimensão memorial individual.

Percebemos, então, a complexidade que envolve a identificação de um lugar de memória, sendo necessário para isso a caracterização destas diferentes dimensões. Não obstante, argumentamos que essa dificuldade e complexidade residiria, sobretudo, na caracterização da dimensão coletiva do lugar. A partir disso, delimitamos nosso alvo principal: construir uma metodologia capaz de dar visibilidade a uma das dimensões do lugar de memória que acreditamos ser mais difusa, pois contruída por diferentes sujeitos, a partir de suas diferentes interações com e no espaço.

Para atingir nossos objetivos, fomos à campo observar e reconhecer os usuários do Largo; e estabelecemos contato direto com eles. Ao longo desse processo, construímos e testamos um conjunto de métodos capazes de revelar as narrativas de memórias individuais sociais e em sua interseção com o espaço do Largo da Carioca.

Após o trabalho de campo, apostamos na possibilidade de construção de uma representação coletiva do lugar a partir das memórias individuais sociais, identificando nelas seus pontos coincidentes e seus nexos sociais. Entretanto, observamos que ao reduzir o Lugar de Memória Coletiva à interseção dos Lugares de Memórias individuais, estaríamos lhe retirando juntamente as características que melhor o definem e o diferenciam do Lugar de Memória Oficial: sua complexidade e diversidade.

Ao comparar o Lugar de Memórias Individuais Sociais ao Lugar de Memória Oficial, os resultados obtidos nos permitem confirmar a sua importância para práticas e políticas patrimoniais.

Chegado ao final do trabalho, percebemos que a discussão proposta não se encerra por aqui. Fizemos algumas análises e interpretações sobre um tema riquíssimo, o lugar de memória das cidades, e que por isso, torna-se impossível esgotá-lo nesta dissertação. Nesta direção, a reflexão proposta surge como uma contribuição ao aprofundamento do estudo dos lugares de memória da cidade, a partir de uma abordagem que busca privilegiar as memórias individuais e coletivas construídas e reconstruídas a partir de uma vivência direta com o espaço.

6

Referências Bibliográficas

ABREU, Mauricio de. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2010.

_____. Sobre a Memória das Cidades. Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série, Vol. XIV, Porto, 1998, pp, 77-97.

ALBERTI, Verena. Ouvir Contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ARAÚJO, Guilherme Maciel. Os valores do patrimônio cultural. Uma contribuição teórica para as políticas de conservação. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 145.00, Vitruvius, jun. 2012
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4387>. Acesso: Novembro de 2013.

ARRUDA, Phygia. Olhares Particulares. *Arquitextos*, São Paulo, ano 09, n. 102.05, Vitruvius, nov. 2008. Disponível em:
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.102/96>. Acesso: outubro de 2013.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro: ensaio: 1565-1965. Rio de Janeiro: Editora do Instituto Histórico Geográfico do Brasil, 1967.

BERGSON, Henri. Memória e Vida. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

_____. O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CAVALCANTE, Nireu. O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

COARACY, Vivaldo. Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1955.

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000a.

_____. Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000b.

EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro do meu tempo. Rio de Janeiro: Conquista, Vol. I, 2003.

ERMAKOFF, George. Rio de Janeiro 1840-1900: uma crônica fotográfica. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2006.

_____. Rio de Janeiro 1900-1930: uma crônica fotográfica. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2003.

FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

FERREIRA, Marieta de Moraes; **AMADO**, Janína. Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Aureliano Restier. Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: terras e fatos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2004.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

JODELET, Denise. A Cidade e a Memória. In.: Projeto do lugar – colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo. Organizadores Vicente del Rio, Cristiane Rose Duarte, Paulo Afonso Rheingantz. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Proarq, 2002.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

MACEDO, Micaela Arcangelo da Motta. Projeto Corredor Cultural: um projeto de preservação para a área central do Rio de Janeiro (1979-1993).

MARCIAL, Adriana Pires. O Largo de Santo Antônio Ontem...O Largo da Carioca Hoje: estudo das camadas de densidade simbólica e as narrativas urbanas. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOREIRA, Daniel Lopes. Memória e Lugar: reflexões sobre o Patrimônio Cultural em áreas periféricas de Olinda, 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo: Educ, nº 10, dez, 1993.

PARAIZO, Rodrigo Cury. Patrimônio virtual: Representação de aspectos culturais do espaço urbano, 2009. 187f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, Carlos Gustavo Nunes. Largo da carioca: 1608 a 1999: um passeio no tempo. Rio de Janeiro: Novas Direções, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

RÖUWER, Frei Basílio. O Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro: sua história, memórias e tradições. Rio de Janeiro: Jorge Zahae Ed., 2008.

SANTANA, Ethel Pinheiro. A Cidade no Fragmento: lugar e poiesis no Largo da Carioca. 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

_____ ; **TANGARI**, Vera Regina. Espaço arquitetônico x apropriação: estudo de caso no Centro do Rio de Janeiro - Largo da Carioca e Rua Uruguaiana. Paisagem e Ambiente: Ensaio. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, n. 17, p. 7-39, 2003.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. INEPAC: um perfil dos 25 anos de preservação do patrimônio cultural no Estado do Rio de Janeiro em Arquitetura revista nº 8, Rio de Janeiro, 1990.

ROSSI, Aldo. A Arquitetura da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SEEMANN, Jörn. Mapas e percepção ambiental: do mental ao material e vice-versa. OLAM - Ciênc. & Tec. Rio Claro Vol 3 n^o 1 p. 200 - 223 Setembro / 2003.

SIMMEL, G.. A Metrópole e a Vida Mental, in Velho, Otávio Guilherme (org.), O Fenômeno Urbano, 4^a Edição da Zahar Editores, Biblioteca de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Brasil, 1979.

TAVEIRA, Alberto; **JUNQUEIRA**, Eulália. Memória da destruição: Rio, uma história que se perdeu (1889-1965). Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002.

Legislação:

- LEI N.º 25, de 30 de novembro de 1937.
- LEI N.º 509, de 3 de dezembro de 1981.
- LEI N.º 506, de 17 de janeiro de 1984.

Outros documentos:

- Lista dos bens culturais inscritos nos livros do tombo (1938-2012) - IPHAN, 2013.
- SPHAN – Pró Memória – 6º DR, Ficha de Cadastro do Bem Tombado, Monumento: Convento de Santo Antônio, p. 4.
- CORREDOR CULTURAL SMP 1979.
- PA n.º 10.600 e PAL n.º 41.632.